

Felipe Silva Marcondes

**GESTÃO DAS ÁGUAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS DE MINAS GERAIS (CERH-MG): AVALIAÇÃO E  
DESAFIOS**

Bambuí - MG

2022

FELIPE SILVA MARCONDES

**GESTÃO DAS ÁGUAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS DE MINAS GERAIS (CERH-MG): AVALIAÇÃO E  
DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Bambuí como requisito para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Magela Moreira

Linha de pesquisa: Planejamento e Gestão Ambiental

Bambuí - MG

2022

25/02/2022 07:25

SEI/IFMG - 1100275 - Parecer



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
 Campus Bambuí  
 Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação  
 Seção de Pós-Graduação  
 Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Bunitis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG  
 37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

### PARECER Nº 4

#### FICHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado, intitulada “**Gestão das águas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG): Avaliação e desafios**”, de autoria do mestrando em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental, **Felipe Silva Marcondes**, aprovado pela Banca Examinadora de Defesa, em 18/02/2022, com a média de **99,5 pontos**.

A análise das correções finais da dissertação sugeridas pela Banca Examinadora será feita pela professora orientadora.

A Defesa Pública contou com a presença das mestrandas do MPSTA (Amanda Jakelline Dias Araújo, Bárbara Fernanda Amorim Santos Macedo e Sabrina Ferreira de Queiroz), que após a divulgação da defesa pela Secretaria do MPSTA manifestaram interesse em assisti-la, dessa forma houve o cadastro e a liberação do link de acesso a sala virtual.

Bambuí (MG), 18 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Magela Moreira, Professora**, em 21/02/2022, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Luiz Teixeira de Camargo, Professor**, em 21/02/2022, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Flávia do Nascimento, Professora**, em 21/02/2022, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Sousa Cavalcanti, Professor**, em 22/02/2022, às 08:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carinna Gonçalves Simplicio, Usuário Externo**, em 24/02/2022, às 20:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **1100275** e o código CRC **AEA92E82**.

M321g Marcondes, Felipe Silva.  
Gestão das águas pelo conselho estadual de recursos hídricos de Minas Gerais (CERH-MG): avaliação e desafios. / Felipe Silva Marcondes. – Bambuí, 2022.  
152 f.: il.; color.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Simone Magela Moreira.  
Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí, MG, Curso Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental, 2022.

1. Avaliação de instituições participativas. 2. Conselho de recursos hídricos. 3. Gestão das águas. I. Moreira, Simone Magela. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí, MG. III. Título.

CDD 628.14

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Simone Magela Moreira, os ensinamentos, dedicação e companheirismo. Serei sempre grato pelo aprendizado adquirido e pela parceria, que nos rendeu bons frutos acadêmicos.

A toda a minha família, especialmente aos meus pais, que me proporcionaram a maior virtude da vida, o conhecimento. Essa conquista só foi possível pelo amor incondicional de vocês.

À Larissa, por todo carinho, compreensão e apoio. A sua convicção de que tudo terminaria bem, desde o início da trajetória, transmitiu-me confiança para o êxito.

Aos integrantes do grupo “desesperados”, pela amizade e prestatividade, além das boas risadas. Mesmo no auge da tensão, tudo ficou mais leve.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, que contribuíram de alguma forma para essa conquista, especialmente ao Cláudio, amigo adquirido nessa caminhada e exemplo de caráter e dedicação.

## BIOGRAFIA

**Discente:** Felipe Silva Marcondes

**Filiação:** Lourdes Aparecida da Silva / Sérgio Marcondes Cardoso

**Naturalidade:** Belo Horizonte **Estado:** Minas Gerais **Data de nascimento:** 19/10/1990

### **Informações escolares:**

**Ensino Médio:** Escola Estadual Governador Milton Campos. Cidade: Belo Horizonte/MG. Concluído em 2008.

**Curso Superior:** Graduação em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Início: 2009. Término: 2013. Trabalho de conclusão de curso: Fatores Determinantes do Preço de Venda Anunciado de Apartamentos Residenciais em uma Região de Belo Horizonte. Orientadora: Edna Afonso Reis.

### **Cursos de Especialização:**

a. *Master Business Administration* (MBA) em Gestão Estratégica de Negócios pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. Início: 2013. Término: 2014.

b. Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Início: 2018. Término: 2020.

**Experiência Profissional:** Atuou como estatístico no Banco Mercantil do Brasil entre os anos de 2010 a 2014, tendo executado atividades de modelagem estatística com o objetivo de apoiar as estratégias de negócios e relacionamento do Banco relativas à propensão à compra de produtos. Em 2014, ingressou no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) como Analista Ambiental, vínculo estatutário e onde atua desde então; já trabalhou na área de monitoramento de qualidade da água (Projeto Águas de Minas), na gerência de apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e entidades a elas equiparadas e na Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão.

## RESUMO

Com o objetivo de avaliar as políticas de gestão das águas no estado de Minas Gerais pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), este estudo propõe uma ampla reflexão sobre a atuação deste ente colegiado sob a perspectiva de sua produção decisória (*outputs*). Difere, portanto, da análise de causa e efeito entre a publicação de um ato administrativo e o monitoramento ou execução da Política Estadual de Recursos Hídricos (*outcomes*). Utilizando-se de pesquisas complementares, redigidas em formato de artigos científicos que compuseram o corpo da dissertação apresentada, inicialmente, para o resgate histórico, foi realizada uma revisão sistemática na qual o estado da arte relativo à avaliação dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas brasileiros foi analisado. A busca contou com 65 estudos acadêmicos disponibilizados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Considerando-se os critérios de inclusão e exclusão metodológica, foram consideradas 37 dissertações de mestrado (56,9%), 15 artigos (23,1%) e 13 teses de doutorado (20,0%), permitindo concluir que as avaliações, embora ainda incipientes, demonstram a necessidade de um maior fortalecimento institucional, com vistas à melhoria da qualidade participativa, atuação responsável e o adequado apoio técnico, físico e financeiro. Para a segunda parte, foi realizado levantamento censitário dos atos administrativos-normativos do CERH-MG publicados entre os anos de 1999 e 2019, classificando-os quanto aos instrumentos de gestão e às suas competências. Para a análise documental, foram realizadas buscas no Sistema de Informações Ambientais de Minas Gerais e na Imprensa Oficial do Estado. O estudo contou com 487 atos válidos, com os quais foi possível verificar o grau de normatização da implementação da gestão hídrica no Estado. Os resultados encontrados permitiram concluir a participação efetiva do CERH-MG na promoção da gestão hídrica, havendo, contudo, limitações em sua atuação, principalmente quanto ao enquadramento dos corpos d'água, penalidades, compensação financeira aos municípios e ao rateio de custos das obras de uso múltiplo. Por fim, foi aplicado um questionário virtual no formato *Survey* junto aos conselheiros do CERH-MG com o objetivo de alçar possíveis influências sobre a capacidade decisória e contribuir para melhorar os resultados apresentados pela gestão, sob o viés de quatro dimensões: transparência, institucionalização, conhecimento e engajamento e nível de debate. Para aferir o grau de concordância ou discordância entre os atributos, utilizou-se a escala *Likert*. A partir da taxa de resposta de 22%, foi possível verificar avaliações positivas para a maioria dos atributos, embora tenham sido identificadas fragilidades tanto de fatores adjacentes ao CERH-MG quanto de cunho interno. As menções negativas giram em torno dos meios de comunicação do conselho com a sociedade, a periodicidade das reuniões, o conhecimento dos conselheiros sobre a gestão de recursos hídricos, bem como a sua proatividade. Os resultados apresentados nesta dissertação não esgotam a temática e incitam novas pesquisas no âmbito CERH-MG e em outras instituições, de modo que venha a ser mais efetivo o monitoramento entre a edição de uma norma e a concretização em sua execução.

**Palavras-chave:** avaliação de instituições participativas, conselho de recursos hídricos, gestão das águas, instrumentos de gestão.

## ABSTRACT

The present study aimed at evaluating water management policies in the State of Minas Gerais by the State Council for Water Resources (CERH-MG), this study proposes a broad reflection on the performance of this collegiate entity from the perspective of its decision-making production (outputs). It differs, therefore, from the analysis of cause and effect between the publication of an administrative-normative act and the monitoring or execution of the Water Policy (outcomes). Using complementary research, written in the format of scientific articles that composed the body of the dissertation presented, initially, for the historical rescue, a systematic review was carried out in which the state of the art regarding the evaluation of the water resources councils and the Brazilian hydrographic basins was analyzed. The search included 65 academic studies available on the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and on the website of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Considering the methodological inclusion and exclusion criteria, 37 master's dissertations (56.9%), 15 articles (23.1%) and 13 doctoral theses (20.0%) were considered. although still incipient, they demonstrate the need for greater institutional strengthening, with a view to improving participatory quality, responsible action and adequate technical, physical and financial support. For the second part, a census survey was carried out of the administrative-normative acts of CERH-MG published between 1999 and 2019, classifying them in terms of management instruments and their competences. For the documentary analysis, searches were carried out in the Environmental Information System of Minas Gerais and in the Official State Press. The study had 487 valid acts, with which it was possible to verify the degree of regulation of the implementation of water management in the State. The results found allowed concluding the effective participation of CERH-MG in the promotion of water management, with, however, limitations in its performance, mainly regarding the framing of bodies of water, penalties, financial compensation to municipalities and the apportionment of costs of multiple-use works. Finally, a virtual questionnaire in the Survey format was applied to CERH-MG councilors, with the objective of raising possible influences on decision-making capacity and contributing to improve the results presented by management, under the bias of four dimensions: transparency, institutionalization, knowledge and engagement and level of debate. To assess the degree of agreement or disagreement between the attributes, the Likert scale was used. From the 22% response rate, it was possible to verify positive evaluations for most attributes, although weaknesses were identified both in factors adjacent to CERH-MG and internally. Negative mentions revolve around the council's means of communication with society, the frequency of meetings, the councilors' knowledge of water resources management, as well as their proactivity. The results presented in this dissertation do not exhaust the subject and encourage further research within the CERH-MG and other institutions so that the monitoring between the edition of a standard and the implementation of its implementation will be more effective.

**Keywords:** evaluation of participatory institutions, water resources council, water management, management instruments.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Etapas para a seleção dos artigos, dissertações e teses da revisão sistemática.....	23
<b>Figura 2</b> - Quantitativo de produções científicas encontradas com os filtros propostos (Etapa 3) e após as análises sistemáticas de títulos e resumos (Etapa 4).....	24
<b>Figura 3</b> - Evolução das produções científicas do ano 2000 até 2020 por tipo de instituição participativa .....	25
<b>Figura 4</b> - Classificação das produções científicas quanto ao tipo de abordagem: nacional, regional ou local .....	26
<b>Figura 5</b> - Número de atos administrativos emitidos de 1999 a 2019 .....	41
<b>Figura 6</b> – Número de respostas por tempo de atuação do(a) conselheiro(a) .....	57
<b>Figura 7</b> - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 1 – Nível de Transparência.....	58
<b>Figura 8</b> - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 2 – Nível de Institucionalização. ....	60
<b>Figura 9</b> - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 3 – Nível de Conhecimento e Engajamento .....	63
<b>Figura 10</b> - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 4 – Nível de Debate .....	66
<b>Figura 11</b> - Relação entre as dimensões e o impacto na produção decisória do CERH-MG..	67
<b>Figura 12</b> - Tela principal do Produto Técnico .....	70

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Principais objetivos das referências com nível de abordagem nacional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado .....	28
<b>Quadro 2</b> - Principais objetivos das referências com nível de abordagem regional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado .....	30
<b>Quadro 3</b> - Principais objetivos das referências com nível de abordagem local estratificadas por temas principais e por órgão colegiado .....	33
<b>Quadro 4</b> - Perguntas sobre a posição do conselheiro no CERH-MG, segmento de representação, tempo de atuação e formação educacional .....	51
<b>Quadro 5</b> - Atributos avaliados no questionário aplicado aos conselheiros do CERH-MG ...	52

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Distribuição temporal dos atos administrativos, classificados quanto ao instrumento de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) .....	42
<b>Tabela 2</b> - Distribuição temporal dos atos administrativos, classificados segundo as competências do CERH-MG .....	45
<b>Tabela 3</b> – Número de respostas de conselheiros titulares e suplentes.....	56
<b>Tabela 4</b> - Número de respostas por setor de representação.....	56
<b>Tabela 5</b> – Número de respostas por formação educacional .....	57

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas
<b>BDTD</b>	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBH</b>	Comitê de Bacia Hidrográfica
<b>CBHRP</b>	Comitê de Bacia do Rio Paranaíba
<b>CERH-MG</b>	Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais
<b>CNRH</b>	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>FHIDRO</b>	Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais
<b>GIRH</b>	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
<b>IFMG</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
<b>IGAM</b>	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
<b>IPs</b>	Instituições Participativas
<b>IOF-MG</b>	Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais
<b>MPSTA</b>	Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental
<b>PERH-MG</b>	Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais
<b>PNRH</b>	Política Nacional de Recursos Hídricos
<b>PSA</b>	Pagamento por Serviços Ambientais
<b>SEGRH-MG</b>	Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais
<b>SEMAD-MG</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>SIAM</b>	Sistema de Informações Ambientais
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Objetivo geral.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Objetivos específicos.....</b>	<b>17</b>
<b>2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>3 AVALIAÇÃO DOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS E COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 Introdução .....</b>	<b>20</b>
<b>3.2 Metodologia.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 Resultados e Discussão .....</b>	<b>24</b>
<i>3.3.1 Classificação quanto ao nível de abordagem e assuntos principais.....</i>	<i>26</i>
<i>3.3.2 Das abordagens nacionais .....</i>	<i>27</i>
<i>3.3.3 Das abordagens regionais.....</i>	<i>29</i>
<i>3.3.4 Das abordagens locais .....</i>	<i>32</i>
<b>3.4 Conclusão .....</b>	<b>34</b>
<b>4 GESTÃO DAS ÁGUAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS – CERH-MG: ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PANORAMA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1 Introdução .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Sobre a Efetividade dos Conselhos de Políticas Públicas.....</b>	<b>38</b>
<b>4.3 Metodologia.....</b>	<b>39</b>
<b>4.4 Resultados e Discussão .....</b>	<b>39</b>
<i>4.4.1 Instrumentos de gestão .....</i>	<i>42</i>
<i>4.4.2 Competências do CERH-MG.....</i>	<i>44</i>
<i>4.4.3 Panorama de Implementação da Gestão Hídrica .....</i>	<i>46</i>
<b>4.5 Conclusão .....</b>	<b>48</b>
<b>5 CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS: PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS QUANTO AOS POTENCIAIS FATORES DE INFLUÊNCIA DECISÓRIA .....</b>	<b>49</b>
<b>5.1 Introdução .....</b>	<b>49</b>
<b>5.2 Metodologia.....</b>	<b>50</b>
<b>5.3 Resultados e Discussão .....</b>	<b>53</b>
<i>5.3.1 Taxa de resposta e caracterização dos conselheiros .....</i>	<i>55</i>
<i>5.3.1 Dimensão 1 – Nível de Transparência .....</i>	<i>58</i>
<i>5.3.2 Dimensão 2 – Nível de Institucionalização .....</i>	<i>59</i>
<i>5.3.3 Dimensão 3 – Nível de Conhecimento e Engajamento .....</i>	<i>62</i>
<i>5.3.4 Dimensão 4 – Nível de Debate .....</i>	<i>65</i>
<i>5.3.5 Dimensão X Produção Decisória .....</i>	<i>67</i>
<b>5.4 Conclusão .....</b>	<b>68</b>
<b>6 PRODUTO TÉCNICO .....</b>	<b>69</b>
<b>6.1 Critérios para o produto técnico-tecnológico (PTT) .....</b>	<b>71</b>

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE – Atos administrativos coletados entre 1999 e 2019 .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....</b>	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em 1997, foi um marco na nova forma de gestão das águas, especialmente quando divulgou em seus fundamentos a gestão descentralizada e participativa por bacia hidrográfica, contando com o poder público, os usuários e as comunidades (JACOBI; BARBI, 2007). Após a lei federal, muitos Estados editaram suas políticas de recursos hídricos ou se readequaram aos novos princípios, diretrizes e fundamentos, como é o caso mineiro, que, por meio da Lei nº 13.199/1999, substituiu a Lei Estadual nº 11.504, de 20/06/1994 (COSTA, 2008).

Embora o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG) tenha sido instituído em 1987, foi por meio da nova Política (Lei Estadual nº 13.199/1999) que ele foi formalmente regulamentado, conforme menciona o artigo 1º de seu antigo regulamento (Decreto Estadual nº 46.501/2014). Segundo a norma (artigo 2º), o Conselho é um órgão colegiado, deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e tem a finalidade principal de promover a gestão das águas no Estado. Logo, espera-se que, após 35 (trinta e cinco) anos desde a sua criação e o vasto conjunto de competências assumidas, o CERH-MG tenha realizado importantes trabalhos na regulamentação dos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Assim como acontece na maioria de outras instituições participativas, a composição de seus membros é paritária, ou seja, sem diferenciação no número de representantes por segmento. No CERH-MG, há representantes do Poder Público, Estado e Municípios, e representantes dos usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. O fato de envolver diversos setores, muitas vezes, com interesses divergentes, propicia uma situação a ser investigada, em particular, o quanto as questões internas e externas ao CERH-MG podem interferir na promoção da gestão hídrica no estado de Minas Gerais. Portanto, este estudo situa-se no âmbito da avaliação de instituições participativas ou dos conselhos gestores de políticas públicas, neste caso, especificamente, na avaliação do CERH-MG.

De forma a compreender as avaliações em torno dos órgãos colegiados de recursos hídricos brasileiros, primeiramente, realizou-se um apanhado sistemático das produções relacionadas aos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas (instâncias deliberativas regionais). Objetivou-se apresentar os principais resultados encontrados ao longo dos anos sobre estas esferas participativas, estratificando os estudos em abordagens nacionais, estaduais e locais.

Em seguida, voltaram-se os olhares para o CERH-MG por meio de uma investigação censitária de seus atos administrativos (*outputs*). Embora esta avaliação seja estritamente decisória, nota-se a existência de um benefício que ultrapassa a análise de causa e efeito entre a publicação de um ato administrativo e o monitoramento ou execução da política das águas (*outcomes*), já que estas análises se mostram complexas e de difícil mensuração.

Por último, por meio de um questionário no formato *Survey*, mensurou-se a percepção dos conselheiros do CERH-MG quanto aos fatores de potencial influência na produção decisória e, conseqüentemente, na gestão dos recursos hídricos do estado de Minas Gerais. Além de complementar a análise anterior, este instrumento pôde medir os atributos tanto de maior impacto positivo quanto negativo, fornecendo uma análise exploratória sobre as características atuais de funcionamento do Conselho.

## 1.1 Justificativa

A Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MG), além de apresentar os fundamentos, diretrizes gerais e instrumentos de gestão, estabeleceu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG). Os entes que compõem esta organização possuem a missão de desenvolver os instrumentos de gestão, coordenar a gestão integrada e descentralizada, arbitrar conflitos, estabelecer a regulação dos recursos hídricos e promover a cobrança pelo uso da água (MINAS GERAIS, 1999). De acordo com a PERH, o Conselho integra o sistema de gerenciamento juntamente com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), os Comitês de Bacias Hidrográficas, as Agências de Bacia Hidrográficas e quaisquer outros órgãos estaduais e municipais que se relacionem com a gestão de recursos hídricos.

A avaliação da política sob a gestão do SEGRH-MG, assim como a avaliação dos instrumentos de gestão, por exemplo, os planos de recursos hídricos, tem sido alvo de estudos exploratórios sobre a sua efetividade tanto no âmbito federal quanto estadual (ver ABERS; JORGE, 2005; JACOBI; BARBI, 2007; CAMARGOS, 2008; PARDINI *et al.*, 2013; SENRA, 2014; SIMPLÍCIO, 2015). No entanto, especificamente quanto ao CERH-MG, não é conhecida uma avaliação sobre a sua produção decisória e como ela pode implicar na gestão das águas. Decorre dessa reflexão a pergunta: Há normas publicadas pelo CERH-MG relativas aos instrumentos de gestão da PERH?

O conhecimento e a consolidação dos atos administrativos que orientam a execução e gestão dos recursos hídricos tornam-se ainda mais relevantes quando nos deparamos com o

extenso leque de competências atribuídas ao Conselho e às diversas atividades relacionadas a cada instrumento de gestão. Portanto, o fácil acesso aos atos, bem como a sua categorização por áreas de interesse, é significativo para os gestores e principalmente para a sociedade.

Além disso, de acordo com as pesquisas realizadas que antecederam esse estudo, cita-se o desconhecimento acerca da percepção dos conselheiros do CERH-MG quanto aos atributos essenciais para o funcionamento desta instância deliberativa, particularmente sobre como a transparência, institucionalização, conhecimento, engajamento e debate podem impactar nas decisões.

Segundo o portal eletrônico da SEMAD (2020), as funções do Conselho perpassam desde o planejamento dos recursos hídricos até o efetivo controle dos usos, tendo sempre como objetivo proporcionar oferta de água em quantidade e qualidade para todos. Demonstra-se, portanto, a importância do CERH-MG no contexto da PERH e ainda como o órgão norteador do planejamento no âmbito do SEGRH-MG. Além do mais, a multiplicidade de setores envolvidos nas construções normativas instiga o estudo sobre o desenvolvimento deste Conselho e o seu amadurecimento ao longo dos anos.

Por fim, a pesquisa possui estreita relação com a linha de pesquisa de planejamento e gestão ambiental do Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologias Ambientais (IFMG – *Campus* Bambuí), em particular com a gestão das águas. O Conselho, como um órgão deliberativo e normativo central do SEGRH-MG, tem a responsabilidade de elaborar e promover ações de gestão objetivando o aumento da disponibilidade hídrica em qualidade adequada para o seu uso.

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar os atos administrativos emitidos pelo CERH-MG, entre 1999 e 2019, classificando-os segundo critérios qualitativos, e levantar a percepção de seus conselheiros quanto às condições deliberativas e circunstâncias institucionais do conselho.

## **1.3 Objetivos específicos**

- a) Promover o levantamento dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG entre 1999 e 2019;
- b) Classificar os atos administrativos quanto aos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (1) e às competências do CERH-MG (2);

- c) Analisar os atos administrativos obtidos relacionando-os com a gestão de recursos hídricos;
- d) Levantar potenciais fatores de influência na produção decisória e aplicar o questionário aos conselheiros do CERH-MG com o intuito de conhecer suas percepções quanto às condições deliberativas e circunstâncias institucionais;
- e) Analisar os resultados do questionário e extrair informações dos atributos com o objetivo de tecer uma análise sobre as condições institucionais e deliberativas do CERH-MG e os seus principais desafios.

## 2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação está organizada em formato de artigos científicos, além da introdução, considerações finais e um capítulo que detalha a produção técnica, fruto desta pesquisa. A divisão foi facilitada por terem, cada um dos três artigos, objetos de pesquisa e metodologias distintas, embora os conteúdos compilados se complementem e revelem estudos em torno do CERH-MG. Os capítulos são apresentados seguindo um encadeamento lógico, iniciando por uma ampla revisão sistemática acerca das instituições participativas de recursos hídricos e finalizando com as análises dos atos administrativos e do questionário aplicado junto aos conselheiros do CERH-MG.

O primeiro artigo, intitulado “**Avaliação dos Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica: Uma revisão Sistemática**” (Capítulo 3), trata-se de um compilado de produções científicas que tiveram objetivos semelhantes ao do presente estudo, quando se propuseram a avaliar estas organizações, seja para mensurar a execução da política ou se a participação e a representação estavam a contento. O trabalho já se encontra publicado na Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (ISSN: 2317-563X) (MARCONDES; MOREIRA, 2021a).

Nota-se que, antes de aprofundar no estudo do CERH-MG, foi preciso conhecer o *status* das pesquisas científicas relacionadas a estas instituições. A inclusão dos comitês de bacia junto desta análise se deve a diversos fatores. Primeiramente, assim como os conselhos, os comitês de bacias hidrográficas são entes colegiados e pertencentes aos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (MINAS GERAIS, 1999). A atuação do comitê é restrita à unidade hidrográfica que ele representa, e não é raro que as demandas sejam analisadas previamente em instâncias regionais, para somente depois alcançar uma esfera superior. Além dessa proximidade e hierarquia entre os dois entes, o número de comitês de bacias instalados

no Brasil é muito superior ao dos conselhos, fato que motiva a investigação sobre o seu funcionamento.

A pesquisa por meio de revisão sistemática permite a inserção de filtros de busca, de forma a delimitar ao máximo o objetivo. Após a aplicação dos descritores, foi possível identificar 65 (sessenta e cinco) trabalhos científicos com os propósitos almejados. Nesse cenário, concluiu-se a existência de um número reduzido de produções envolvendo os conselhos de recursos hídricos. Quanto às limitações identificadas, salienta-se a necessidade de maior fortalecimento e institucionalização, de modo que suas ações possam fazer frente às decisões governamentais e cumprir com as competências atribuídas à essas instituições. Nota-se que ambas as constatações dão maior robustez ao presente trabalho, reforçando o seu ineditismo e conhecendo fragilidades já observadas em outros estudos.

O segundo artigo, intitulado **“Gestão das Águas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG: Análise, Classificação e Panorama dos Atos Administrativos nos últimos 20 anos”** (Capítulo 4), tem o objetivo de fazer o resgate e a compilação censitária dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG, além de categorizá-los quanto aos instrumentos de gestão da PERH e às competências do Conselho. O trabalho também já se encontra publicado na Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental (ISSN: 2238-8753) (MARCONDES; MOREIRA, 2021b).

Um dos frutos deste artigo foi a elaboração de um banco de dados reunindo todos os atos coletados, bem como as classificações realizadas. Este produto consiste em um aplicativo no formato de planilha eletrônica que oferece de forma simples e objetiva todo o conteúdo já deliberado pela CERH-MG, possibilitando a busca detalhada e categorizada de acordo com o interesse do usuário. O produto técnico, suas aplicações e características encontram-se detalhados no Capítulo 6.

A pesquisa contou com 487 (quatrocentos e oitenta e sete) atos administrativos emitidos entre os anos de 1999 e 2019 e, a partir de análises conjuntas, foi possível identificar o nível de atenção e regulamentação sobre os principais assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais. Além disso, observaram-se lacunas de normatização e implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos e a necessidade de um desempenho mais efetivo dos comitês de bacia hidrográfica, especialmente de assuntos que necessitam de debates regionais.

O terceiro artigo, intitulado **“Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais: Percepção dos Conselheiros quanto aos Potenciais Fatores de Influência Decisória”** (Capítulo 5), tem o objetivo de levantar possíveis causas que possam influenciar a

capacidade de o CERH-MG gerar resultados positivos para a gestão das águas. Percebe-se que, assim como no segundo artigo, o intuito não é traçar um paralelo entre as decisões tomadas e a efetiva execução da política pública, mas sim a busca pela compreensão da capacidade deliberativa e circunstâncias institucionais em que o Conselho está inserido.

Para a construção dos atributos a serem avaliados pelos conselheiros, foi necessária extensa pesquisa junto aos principais artigos, livros e teses que versam sobre o tema. Quanto à metodologia, foi enviado por e-mail o questionário digital, baseando-se, em sua construção, na escala *Likert* para a mensuração dos atributos. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 7 de julho de 2020, conforme apresentado no ANEXO.

Destaca-se o fato de a taxa de resposta à pesquisa ter alcançado apenas 22%, representando 26 (vinte e seis) respondentes dentre os 118 (cento e dezoito) consultados. A maioria dos atributos foi avaliada positivamente pelos conselheiros, embora tenham sido identificadas fragilidades tanto de cunho interno quanto de fatores adjacentes ao CERH-MG, por exemplo, fraca percepção de existência de canais de comunicação com a sociedade. Salienta-se, contudo, que os resultados apresentados não representam a opinião da totalidade dos integrantes do CERH-MG, e, desta forma, as inferências devem ser trabalhadas de forma exploratória, fornecendo indícios sobre a situação do Conselho.

### **3 AVALIAÇÃO DOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS E COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

#### **3.1 Introdução**

A descentralização nas decisões e a formulação das políticas públicas já eram um tema recorrente no Brasil antes mesmo da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e do respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do qual fazem parte os Conselhos de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas. A discussão sobre a participação popular nas decisões governamentais, tal como temos hoje nas instituições participativas de recursos hídricos, iniciou-se ainda no período de redemocratização do Brasil, como um meio de combate às repressões vivenciadas e a busca por direitos civis e sociais (JACOBI; BARBI, 2007; LAVALLE, 2011;).

O conceito sobre Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) veio sendo construído ao longo dos anos, tendo sido inaugurado na Conferência Irlandesa sobre Água e Meio Ambiente de 1992, quando se chegou a certo consenso sobre o tema. A inclusão dos usuários

nas tomadas de decisão foi destaque entre os princípios discutidos (FRANCALANZA; JACOB; EÇA, 2013; SILVA; HERREROS; BORGES, 2017). Promoveu-se, mais tarde, sob os pilares da descentralização, integração e participação, a Lei 9.433/1997, denominada Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que inova na instituição das bacias hidrográficas como unidades regionais de planejamento e dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) como colegiados consultivos e deliberativos, responsáveis pelo gerenciamento em suas respectivas circunscrições hidrográficas (TRINDADE, 2016). Composto o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Recurso Hídrico (CNRH) constituem instâncias superiores, possuindo diversas competências de gestão nas três esferas de planejamento, estabelecendo diretrizes para a consecução da política nacional de recursos hídricos e outros temas submetidos a ele (BRASIL, 1997; COSTA, 2008).

O acúmulo de evidências propiciado por estudos comparativos em revisões sistemáticas oferece efeitos favoráveis de interpretação e intervenções, sendo particularmente importantes quando há muitos atores envolvidos. Nos últimos anos, observou-se uma melhoria na gestão das águas diante das inovações trazidas pela legislação, certamente pela união da integração e da participação na descentralização na gestão dos recursos hídricos (CASTRO, 2012). Neste sentido, a instituição de órgãos colegiados regionais, estaduais e nacional promove o debate sobre o uso da água em todas as esferas e insere a sociedade civil e os usuários de recursos hídricos nas negociações e na formulação das políticas (JACOBI; BARBI, 2007).

A multiplicidade de atores influentes em tais negociações, somada às disputas de interesses políticos e econômicos, entusiasma os debates e acaba por dificultar o consenso e a implantação das soluções necessárias, comprometendo o desempenho dessas instâncias (JACOBI, 2003). Além disso, no contexto da participação, a desproporção de conhecimento técnico especializado entre os conselheiros e a presença de linguagem doutra podem levar a uma dominância política e deliberativa de alguns grupos sobre outros, afetando o exercício do poder, na amplitude dos direitos (FONSECA; BURSZTYN; MOURA, 2012; MESQUITA, 2018). Por isso, o monitoramento dessas instituições deve ser contínuo, focado no cumprimento da representatividade democrática, na revisão crítica e na abrangência de seus objetivos, para que o ideal de efetividade possa ser alcançado (RODRIGUES, 2017). Dessa forma, recomenda-se, portanto, a análise da associação entre a participação pública e o efetivo alcance da política, em cuja atuação os conselheiros e a sua capacidade de produzir resultados sejam investigados (ALMEIDA; CUNHA, 2011; AVRITZER, 2011).

Diante do potencial reformador, depois de decorridos aproximadamente 23 anos da criação da PNRH, torna-se fundamental a análise de tais instituições, em particular sobre o

modo como se desenvolveram e se articularam ao longo do tempo, influenciando a gestão das águas brasileiras. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo englobar a produção científica relacionada à avaliação dos Conselhos estaduais ou federais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, no tentame de uma análise comparativa que delimita alguns pontos interpretativos da realidade desses instrumentos de gestão democrática.

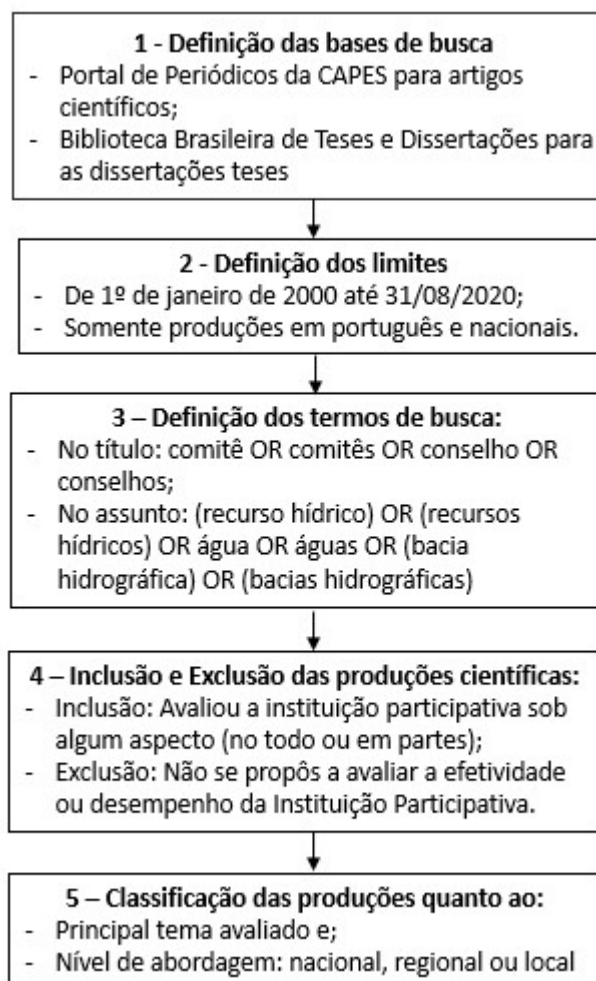
### **3.2 Metodologia**

Para a pesquisa documental, foram levantados todos os artigos, dissertações e teses relacionados à avaliação dos Conselhos de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, publicados entre 1º de janeiro de 2000 a 31 de agosto de 2020. Somente produções brasileiras e no idioma Português fizeram parte da revisão sistemática, escopo da pesquisa.

Primeiramente, buscou-se por artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Justifica-se a escolha da CAPES por ser o local que disponibiliza um grande acervo científico à comunidade acadêmica, contando com aproximadamente 45 mil periódicos em 130 bases referenciais (CAPES, 2020). Em um segundo momento, para encontrar dissertações de mestrado e teses de doutorado, foi utilizado o sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), escolhida por apresentar as melhores opções de buscas avançadas, contendo um acervo completo da produção de dissertações e teses nacionais.

Após a definição dos limites e das bases de busca, determinaram-se os descritores utilizados como filtro para a seleção nos títulos e nos resumos: comitê, comitês, conselho ou conselhos. Como filtro complementar, foram considerados textos que continham pelo menos um destes descritores em seu assunto, acompanhado de pelo menos uma das seguintes palavras-chave: recurso hídrico, recursos hídricos, água, águas, bacia hidrográfica ou bacias hidrográficas. As etapas de seleção seguiram um fluxo para evitar perdas e maximizar a busca (Figura 1).

**Figura 1** - Etapas para a seleção dos artigos, dissertações e teses da revisão sistemática



Fonte: Os autores (2020).

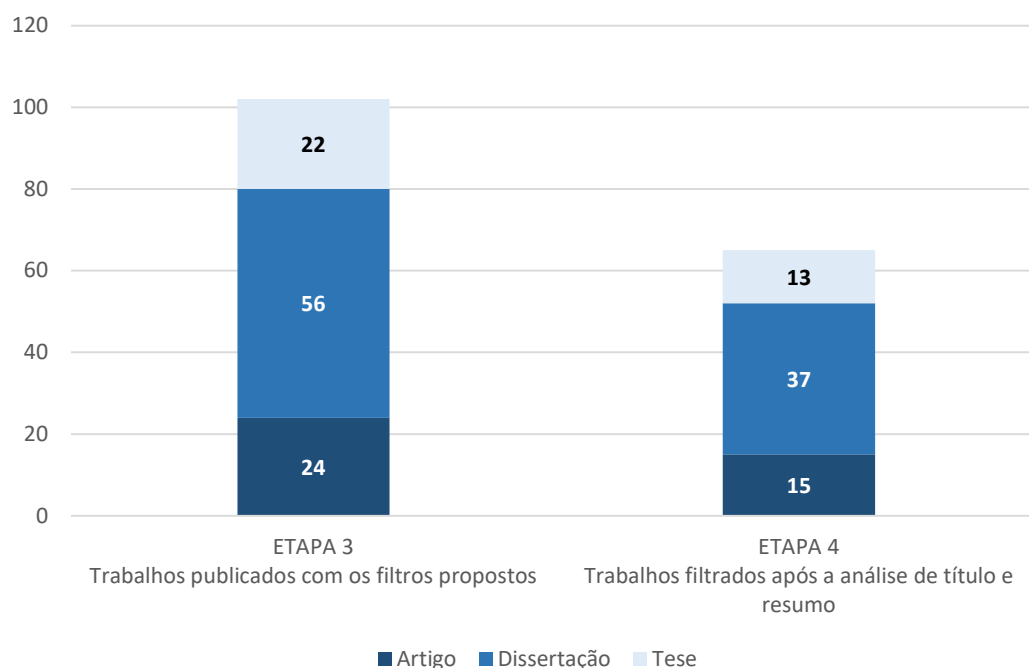
Para a efetiva inclusão ou exclusão das produções científicas, realizou-se leitura criteriosa dos títulos e resumos dos trabalhos. Somente contribuíram no delineamento do estudo publicações que apresentaram a avaliação da instituição participativa sob algum aspecto, por exemplo, o ajuizamento do nível de participação social em determinado Conselho ou Comitê de Bacia. Foram excluídas aquelas produções que não tiveram como foco a análise da efetividade do colegiado, como os casos em que se estudaram os desafios para a criação.

A última etapa incidiu na classificação das produções acadêmicas quanto ao principal tema estudado e as abrangências – nacional, regional ou local – utilizando-se da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), após leitura sistemática dos resumos e, quando necessário, da produção completa.

### 3.3 Resultados e Discussão

Após a aplicação dos filtros, 102 (cento e duas) produções científicas foram selecionadas (Figura 2), sendo 56 (cinquenta e seis) dissertações de mestrado (54,9%), 24 (vinte e quatro) artigos (23,5%) e 22 (vinte e duas) teses de doutorado (21,6%). A análise sistemática dos títulos e resumos, aplicados os critérios de exclusão, resultou em 37 (trinta e sete) trabalhos descartados por não objetivarem a avaliação do colegiado, tratando de temas como os conflitos pelo uso da água, a gestão municipal, os estudos etnográficos, a educação ambiental, os planos de recursos hídricos, a criação dos comitês, a participação indígena, dentre outros. Restaram, assim, 65 (sessenta e cinco) produções acadêmicas, sendo 37 (trinta e sete) dissertações de mestrado (56,9%), 15 (quinze) artigos (23,1%) e 13 (treze) teses de doutorado (20,0%).

**Figura 2** - Quantitativo de produções científicas encontradas com os filtros propostos (Etapa 3) e após as análises sistemáticas de títulos e resumos (Etapa 4)



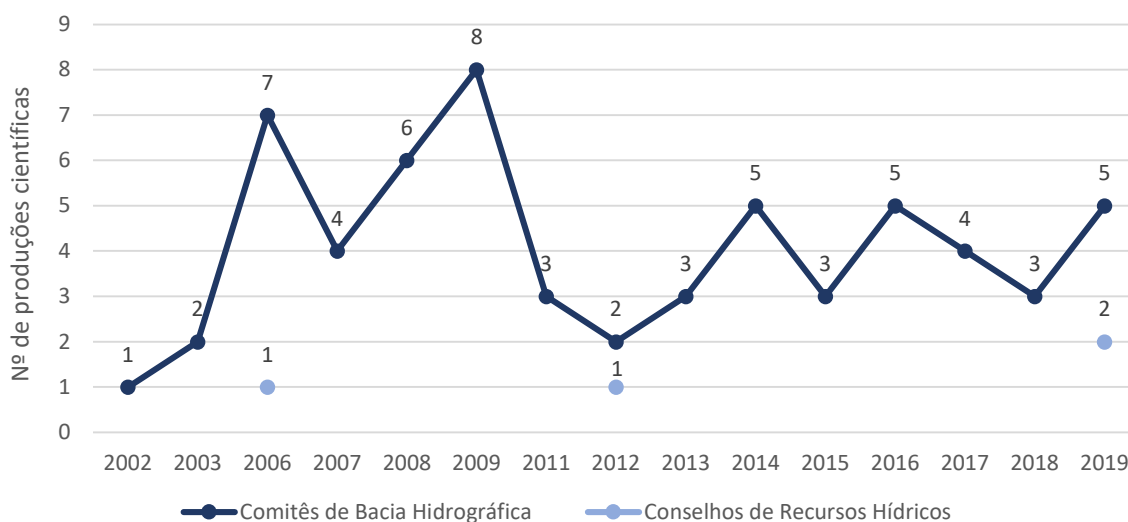
Fonte: Os autores (2020).

Fica evidente que a temática é mais pesquisada (56,9%) em mestrados que em teses de doutoramentos ou como objeto para a publicação de artigos. Isso não quer dizer que, necessariamente, haja um nexos interno entre a ideia central e os conceitos tangentes às formações acadêmicas, mas nos leva a refletir de forma ampla na busca por convergências. Por um lado, pode ser devido à maior oferta de mestrados acadêmicos ou profissionais na área de

ciências ambientais, representando cerca de 70% daqueles ofertados no País (CAPES, 2021). Ou, ainda, o menor número de artigos científicos em relação às dissertações de mestrado pode ser resultado da dificuldade dos alunos de pós-graduação para a aprovação de artigos, que são muitas vezes rejeitados por falhas metodológicas, falta de aprofundamento teórico ou ausência de padronização, entre outros (PINTO; PAULA; ALVES, 2010; JOB; MATTOS; TRINDADE, 2009).

A evolução anual das produções científicas demonstra uma pequena quantidade de estudos relacionados à avaliação da qualidade dos conselhos, tendo sido publicados apenas quatro trabalhos (Figura 3) nas duas décadas pesquisadas.

**Figura 3** - Evolução das produções científicas do ano 2000 até 2020 por tipo de instituição participativa



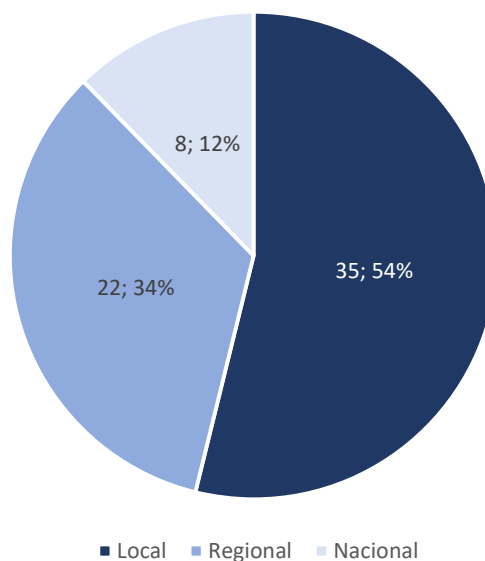
Fonte: Os autores (2020).

Esta lacuna pode ser explicada pela pluralidade de competências e a dificuldade de se mensurar os impactos nas políticas públicas provenientes das decisões destes órgãos normativos centrais, reduzindo o número de estimativas destinadas aos sistemas estaduais (WAMPLER, 2011; SILVA, 2011). Quanto aos comitês, foram constatadas 61 publicações, cujas ocorrências variaram ao longo dos anos, sendo divulgada uma única análise em 2002 e em 2009, somando oito publicações. Considerando-se os 233 comitês de bacia hidrográfica (incluindo os comitês interestaduais) instituídos formalmente no Brasil (ANA, 2021), avulta-se a escassez de apreciações da efetividade destes perante os sistemas estaduais e nacionais de gerenciamento dos recursos hídricos.

### 3.3.1 Classificação quanto ao nível de abordagem e assuntos principais

Na ampliação da análise, os trabalhos foram ainda separados em três dimensões. Constituíram-se como nacionais quando abordavam todos os comitês de bacias hidrográficas ou quando o alvo central foi o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Os trabalhos que tiveram como foco os comitês de bacia com abrangência interestadual (comitês de integração), as avaliações de dois ou mais comitês de bacia e os conselhos estaduais de recursos hídricos foram classificados como regionais. E, por fim, as produções voltadas para o estudo de apenas um comitê de bacia estadual foram conditas como locais. Ressalta-se que, para esta última classificação, apenas os trabalhos envolvendo os comitês de bacia puderam ser classificados, já que trabalhos relacionados aos conselhos de recursos hídricos foram estratificados como regionais, devido à ampliação de sua abrangência (Figura 4).

**Figura 4** - Classificação das produções científicas quanto ao tipo de abordagem: nacional, regional ou local



Fonte: Os autores (2020).

Observou-se uma maior incidência de trabalhos focados nas análises dos comitês de bacias locais (54%). Em seguida, verificaram-se 22 (34%) estudos com abrangência regional, e apenas oito (12%) publicações categorizadas na esfera nacional. Isso pode ser explicado, em parte, pelo achado comentado anteriormente, quando as pesquisas desenvolvidas durante um mestrado possuem áreas de influência, profundidade e abordagens condizentes com o nível de formação. Nesse aspecto, pode-se ressaltar também o fato de que, em estudos de qualidade,

dadas as complexidades decorrentes do alcance, podem ser realizadas mais facilmente quando a magnitude de um impacto reduz a subjetividade da avaliação e não exige profissionais de elevada capacitação técnica (ECONSERVATION, 2017).

Os trabalhos acadêmicos puderam também ser divididos quanto aos temas principais: implementação da política (1), participação e representação (2), desenvolvimento e articulação institucional (3) e assuntos específicos (4). Produções que examinaram a atuação de um comitê ou de um conselho com o intuito de extrair informação sobre a gestão e a aplicação da política de recursos hídricos foram consideradas na temática “implementação da política”. Aqueles em que o foco se restringiu à análise do nível de atuação de seus membros nas decisões foram classificados como sendo de tema “participação e representação”. Houve, ainda, outros em que o objeto de estudo centrou-se no funcionamento do órgão, sendo relacionados ao tema “desenvolvimento e articulação institucional”. Por fim, quando o intuito foi extrair informações como o pagamento por serviços ambientais, águas subterrâneas, licenciamento ambiental, entre outros, foram classificados como sendo de “assuntos específicos”.

Visando aprimorar a análise das convergências, as temáticas foram também associadas ao nível de abordagem, para uma melhor exposição das citações encontradas, conforme se descreve a seguir.

### ***3.3.2 Das abordagens nacionais***

Associando-se os principais temas das publicações de abrangência nacional e o tipo de órgão colegiado (Quadro 1), foram encontrados somente dois trabalhos com foco na “implementação da política”, relacionados aos comitês de bacia (TRINDADE, 2016) e aos conselhos e órgãos gestores de recursos hídricos (SÁ, 2019). Em tais estudos, os focos se mantiveram nas limitações que fogem ao objetivo de criação dos comitês de bacia, como a inexistência dos instrumentos de gestão, ausência de suporte técnico, físico e financeiro, baixo poder decisório, pouca participação, dentre outros. Já o segundo identificou que, embora haja inter-relação entre as normas de meio ambiente, não há efetivamente uma integração entre as instituições e, portanto, devem-se fortalecer os órgãos gestores a fim de torná-los mais próximos e interativos, para uma melhor gestão dos recursos hídricos.

**Quadro 1** - Principais objetivos das referências com nível de abordagem nacional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Revisão integrativa em busca de produções científicas voltadas para a atuação dos comitês de bacias hidrográficas na gestão integrada de recursos hídricos e estudo de caso dos comitês Chapecó e Irani. Metodologias: revisão integrativa e entrevista.	Trindade, 2016	1
	Conselhos	Propõe um modelo de arranjo institucional para a gestão integrada dos recursos hídricos e do meio ambiente em Pernambuco a partir da análise de modelos de gestão existentes no Brasil. Metodologia: Entrevista	Sá, 2019	1
Participação e Representação	Comitês	Analisa os Comitês de Bacias Hidrográficas sob a ótica da representação e participação nas tomadas de decisões. Metodologias: Revisão de Literatura, entrevistas e questionários.	Abers <i>et al.</i> , 2009; Barbosa, Hanai e Silva, 2016; Da Silva, 2018 e Barbosa, 2019	4
	Conselhos	Reflete sobre o princípio da participação na Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como foco o plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Metodologia: Análise documental e questionário.	Costa, 2012	1
Assuntos Específicos	Comitês	Revisão sistemática acerca dos estudos dos Comitês de Bacia Hidrográfica e lacunas existentes nestes campos de pesquisa. Metodologia: revisão sistemática	Lopes, Ribeiro e Teixeira, 2015	1
	Conselhos	-	-	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No que concerne à participação, tais achados conduzem à percepção de que, embora os comitês de bacia sejam espaços legítimos, a qualidade da representação pode estar comprometida, já que fatores como consciência individual e atuação responsável são características intrínsecas dos conselheiros (BARBOSA; HANAI; SILVA, 2016; BARBOSA, 2019). Colaboram para a redução da qualidade, nesse quesito, as desigualdades sociais entre os

membros, que, embora não impeçam o funcionamento, acabam por afetá-los (ABERS *et al.*, 2009). Em instância superior, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a maioria de seus conselheiros atua há mais de cinco anos na gestão hídrica, participando também de outros colegiados, o que indica um capital social estruturado e técnico, o qual, mesmo sem estudos comprobatórios, facilita a efetiva atuação (COSTA, 2012).

A compilação dos dados revelou certa discrepância entre o capital social dos comitês de bacia e do conselho nacional de recursos hídricos. Enquanto o primeiro possui deficiências na participação e na qualidade da representação, este último apresenta a maioria de seus conselheiros numa capacidade técnica superior, o que pressupõe melhor qualidade no debate e, conseqüentemente, nas decisões finais. A compreensão do debate e o acesso à linguagem são condições fundamentais para uma boa discussão, sendo que a ausência de conhecimento pode resultar em tomadas de decisão sem o rito completo de discussão que gera teses e antíteses (ALVES; SOUZA, 2018), em detrimento de soluções casuísticas que comprometem as proposições adequadas para a bacia.

Lopes, Ribeiro e Teixeira (2015) destacaram as principais temáticas abordadas por estudos sobre os comitês de bacia hidrográfica e, assim como no levantamento da presente pesquisa, que enfatizou os procedimentos metodológicos, a análise dos autores e a segregação por áreas do conhecimento evidenciaram uma crescente expansão no interesse e o amadurecimento desse tipo de pesquisa. Por nossos achados, porém, percebe-se que, embora haja dados contundentes relativos aos comitês de bacia hidrográfica e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, há um número reduzido de produções acadêmicas, principalmente sobre a efetividade nas políticas públicas. Isso reflete um potencial que necessita ser investigado, ainda que um dos principais atrasos para a avaliação da efetividade destas instituições seja devido à dificuldade de mensuração entre a publicação de um ato administrativo e a sua consecução prática na política pública (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016).

### ***3.3.3 Das abordagens regionais***

Observou-se a ausência nas análises da implementação das políticas quando o tema para as produções foi a atuação dos conselhos estaduais de recursos hídricos. Este resultado aponta para a necessidade de obras científicas com o intuito de se identificar e relacionar a atuação destes Conselhos, em particular, quanto à evolução dos instrumentos de gestão.

Os trabalhos (Quadro 2) que tratam dos conselhos estaduais de recursos hídricos com foco na participação e representação podem servir de base para abordagens futuras.

**Quadro 2** - Principais objetivos das referências com nível de abordagem regional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Aborda os desafios e possibilidades na gestão de recursos hídricos pelos comitês de bacias hidrográficas federais ou a contribuição de comitês de bacias (em um Estado ou em mais de um comitê) na gestão das águas. Metodologias: Estudo de casos, entrevistas, questionários, análise documental e revisão de literatura	Gomes <i>et al.</i> , 2008; Garcia, 2002; Ribeiro, 2006; Teixeira, 2006; Madruga, 2007; Xavier, 2007; Moreira, 2008; Levino, 2009; Moreira, 2013; Matos, 2015; Corrêa, 2016; Pires, 2016; Castilho, 2019	13
	Conselhos	-	-	0
Participação e Representação	Comitês	Estuda a dinâmica interna dos comitês de bacias hidrográficas (em nível regional) com foco na participação e representação de seus membros. Metodologias: Estudo de caso, entrevistas e questionários.	Tedeschi, 2003; Quermes, 2006; Campos, 2008	3
	Conselhos	Estuda a participação e composição dos conselhos estaduais de recursos hídricos da Região Norte do Brasil e no estado de Alagoas. Metodologias: Análise documental, entrevistas e questionários.	Menezes, 2006; Sardinha, 2019	2
Desenvolvimento e Articulação Institucional	Comitês	Avalia fatores de funcionamento e institucionalização dos comitês de bacias hidrográficas em nível regional. Metodologia: questionário.	Vedovoto, Neto e Ribeiro, 2006; Rodrigues e Arend, 2006	2
	Conselhos	-	-	0
Assuntos Específicos	Comitês	Avalia a experiência dos comitês de bacias hidrográficas relativa às políticas de águas subterrâneas e ao pagamento por serviços ambientais. Metodologia: Estudo de caso e entrevista.	Azevedo <i>et al.</i> , 2007; Atanzio, 2019	2
	Conselhos	-	-	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Menezes (2006) identificou que a participação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas visava somente ao atendimento à legislação pura, não sendo praticada a normatização dos instrumentos de gestão daquele Estado, e o comprometimento ocasionado por esta falha, no processo participativo do Conselho, necessitaria ser mais bem investigado.

Quanto aos estudos sobre os comitês de bacias hidrográficas, foram identificadas 13 produções na “implementação da política”, três no estudo da “participação e representação”, dois no “desenvolvimento e articulação institucional” e dois em “assuntos específicos”. Tal percepção corrobora a afirmativa de que as ações dos comitês de bacias em favor da gestão hídrica podem ser consideradas limitadas (MADRUGA, 2007; MOREIRA, 2008; MOREIRA, 2013; MATOS, 2015). Falhas na resolução dos conflitos (GOMES *et al.*, 2008) e no planejamento das ações estruturais da bacia (GARCIA, 2002) alargam a baixa influência, especialmente quando o assunto são as grandes obras hídricas (PIRES, 2016).

A solução pode passar por uma atuação conjunta entre Estado e sociedade visando fortalecer cada vez mais os espaços participativos. Embora fragmentações institucionais tenham sido identificadas (CASTILHO, 2019), é um bom exemplo do que pode surgir quando um comitê bem estruturado, como o da bacia do Rio Paranaíba (CBHRP), é exercido com participação plural e transparente. Segundo o autor, o CBHRP tornou-se um espaço de representação e mobilização para a efetivação da política hídrica.

Quanto à dinâmica interna de participação, Campos (2008) destaca a flexibilização, sendo desejável uma adaptação dos conselhos às características locais ou impulsos externos. Porém, a principal dificuldade consiste na redução das contradições existentes entre Estado e sociedade, ocorrendo de grupos organizados nem sempre defenderem os interesses coletivos (QUERMES, 2006). É, portanto, primordial a corresponsabilização e a boa comunicação entre Estado e Sociedade Civil (CAMPOS, 2008). Debilidades na comunicação com a comunidade local e a falta de conscientização da população e de investimentos por parte do Estado foram destacadas na análise dos comitês de bacia hidrográfica do estado do Rio Grande do Sul (RODRIGUES E AREND, 2006). Somam-se a falta de articulação e a segmentação das competências dentre as principais dificuldades para a efetiva ação de um comitê (VEDOVOTO, NETO E RIBEIRO, 2006).

Por fim, foram encontradas publicações que abordaram assuntos específicos, como aqueles produzidos por Azevedo *et al.* (2007) e Atanzio (2019), que avaliaram os comitês de bacia quanto ao uso das águas subterrâneas e aos pagamentos por serviços ambientais, respectivamente. Azevedo *et al.* (2007) indicaram que os Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e do Turvo/Grande avaliaram os planos de bacia e definiram as ações necessárias

para garantir a gestão das águas subterrâneas. Já Atanazio (2019) ressalta que, mesmo que os Comitês sejam propositivos quanto ao pagamento por serviços ambientais, faz-se necessário que outros entes estejam também engajados para que se logre êxito em longo prazo.

### ***3.3.4 Das abordagens locais***

As produções científicas cuja abrangência se restringiu ao âmbito local representaram o maior volume dos textos encontrados pela pesquisa. Destas, 15 estudos enquadrados no tema “implementação da política”, nove em “participação e representação”, três no “desenvolvimento e articulação” e oito em “assuntos específicos” (Quadro 3).

A ausência de trabalhos com foco nos conselhos de recursos hídricos pode ser justificada por se tratar de instância superior, cujas ações se relacionam às esferas estaduais (regional) e da União (nacional).

As avaliações incluem constatações e recomendações multivariadas quanto à efetividade dos comitês de bacias hidrográficas. Algumas são positivas, como no estudo de caso do comitê da Baixada Santista, que identificou um importante papel exercido na resolução dos conflitos pelo uso da água (AMORIM, 2009). Outras, porém, são negativas, como a tese defendida por Luz (2017), na qual se verificou que o comitê de bacia Taquari-Antas não afeta em nada a gestão e implementação da política hídrica, visto que há pouca articulação, centralização de poder, omissão do Estado e inexistência de condições deliberativas. Por isso, nos cabe afirmar que o conhecimento sobre a atuação do comitê de bacia é fundamental para a avaliação do gerenciamento dos recursos hídricos, já que compartilha o mesmo território onde circula a água sobre a qual normatiza e atua.

Os estudos acerca da participação e representação nos comitês de bacias hidrográficas locais demonstraram uma série de desvios de finalidade, representados pela ineficiência estatal, falta de representatividade e concentração de poder. Os trabalhos de Flores e Misoczky (2008), Prota (2011), Freitas (2013) e Almeida (2014) apontam para a ausência e inação de governos locais na participação dos processos políticos, contribuindo para a morosidade decisória e evidenciando distorções da legislação. Outro aspecto relevante indicou a fragmentação das representações, não sendo contínuo o diálogo entre os integrantes e entre estes e a sociedade (MORGADO, 2008; FREITAS, 2013; MEIER, 2016). Foi possível notar, ainda, uma sobrerrepresentação em determinados comitês de bacias hidrográficas, com a dominância de grupos políticos (PEREIRA, 2008; ALMEIDA, 2014; MEIER, 2016; MESQUITA, 2018), fato que precisa ser mais aprofundado em pesquisas futuras.

**Quadro 3** - Principais objetivos das referências com nível de abordagem local estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Aborda os sistemas de governança dos comitês de bacias hidrográficas na gestão e conservação dos recursos hídricos e na implementação da política nacional e estadual das águas em âmbito local. Metodologias: Análise de atas (documental), revisão de literatura, entrevistas e questionários.	Mais, 2003; Azevedo, 2009; Cruz, 2009; Oliveira, 2009; Amorim, 2009; Figueiredo, 2011; Agostinho, 2012; Dulac, 2013; Rodrigues, 2014; Moreira, 2014; Sornberger, 2015; Teodoro, 2017; Luz, 2017; Cunha, 2018	15
Participação e Representação	Comitês	Trata da análise do processo participativo e representativo nos comitês de bacias hidrográficas locais e a sua composição por setores. Metodologias: Análise de atas de reuniões, estudos de casos, entrevistas e questionários.	Flores e Misoczky, 2008; Mesquita, 2018; Pereira, 2008; Morgado, 2008; Prota, 2011; Freitas, 2013; Girão, 2014; Almeida, 2014; Meier, 2016	9
Desenvolvimento e Articulação Institucional	Comitês	Analisa o capital social, o arranjo jurídico-institucional, sociotécnico e ambiental dos comitês de bacias hidrográficas em âmbito local. Metodologias: Análise documental e questionário.	Gutiérrez, 2006; Jacobi e Monteiro, 2006; Araújo, 2011	3
Assuntos Específicos	Comitês	Avalia o comitê de bacia sobre assuntos específicos, tais como: a cobrança pelo uso da água, licenciamento ambiental, gerenciamento da informação, negociação de conflitos, aprendizagem social, entre outros. Metodologias: Revisão de literatura, análise documental, entrevistas e questionários.	Alvim e Ronca, 2007; Zapelini, 2014; Chinaque <i>et al.</i> , 2017; Froes, 2009; Madruga, 2009; Martins, 2012; Silva, 2017; Machado, 2019	8

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Sobre o desenvolvimento institucional e articulação dos comitês, nota-se que fatores históricos, arranjos municipais consolidados e a inserção da comunidade nas discussões podem

indicar melhor desempenho e êxito de determinado comitê, embora tenha se verificado uma alta correlação na influência estadual e municipal quando comparada com a atuação da sociedade civil (JACOBI; MONTEIRO, 2006).

Percebe-se, de forma geral, que os comitês de bacia ainda se encontram longe de estarem institucionalizados para uma efetiva atuação na constituição política dos recursos hídricos. Para que isso ocorra, há de se garantir a participação e a representação. Deficiências apontadas nesse aspecto necessitam de intervenção por parte do Estado, e a paridade entre os segmentos e a participação da comunidade local nas decisões é imprescindível. Almeida e Tatagiba (2012) apontam que o reconhecimento dos órgãos colegiados no interior do Estado é passo fundamental para as deliberações, abarcando as legislações vigentes e gerando mudanças nas políticas públicas. Desta forma, a articulação e o seu grau de reconhecimento dizem muito sobre o seu poder de gerar soluções para as bacias hidrográficas.

Ademais, constataram-se oito estudos que se propuseram a analisar a atuação do comitê de bacia em temas específicos. Destaca-se o artigo produzido por Chinaque *et al.* (2017), que analisou o papel do comitê de bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê no tocante ao processo de licenciamento ambiental, constatando que o órgão licenciador ignorou ou foi contrário às posições do comitê quando do licenciamento de aterros sanitários nos municípios. Os resultados corroboram a limitação já descrita anteriormente e suscitam que os comitês devem se fortalecer para, de fato, se tornarem colegiados suficientemente atuantes na proteção dos recursos hídricos.

### **3.4 Conclusão**

As revisões sistemáticas constituem esforços adicionais na ordenação dos assuntos publicados. Contudo, possuem limitações intrínsecas, relacionadas aos descritores e às bases de buscas definidas, sendo possível que haja outras produções não alcançadas pelos delimitadores utilizados. Igualmente, neste tipo de pesquisa, não é possível ultrapassar as balizas oferecidas pelos artigos filtrados.

Ainda assim, tornou evidente que a produção científica acerca dos julgamentos das instituições participativas estaduais e nacionais, no cenário brasileiro, configura-se como uma temática ainda pouco explorada na literatura técnico-científica. Foram encontrados poucos estudos quanto à avaliação dos conselhos de recursos hídricos, e não abarcavam todas as complexidades envolvidas nessa concepção. Identificou-se um descompasso na produção científica destinada à avaliação dos comitês de bacia hidrográfica que, embora sejam um pouco

mais estudados, também carecem de análises aprofundadas, tendo em vista a formalização de 233 (duzentos e trinta e três) comitês de bacias no Brasil.

O fortalecimento e a institucionalização garantem a execução de normas e diretrizes para os instrumentos de gestão, o arbítrio de conflitos entre usuários de recursos hídricos, a autorização de instalações de grandes empreendimentos e a promoção de debates sobre as questões hídricas na bacia. Ao considerar que a gestão de recursos hídricos é descentralizada e participativa, é imprescindível que todos os atores estejam preparados para o cumprimento de seu papel, sendo urgente que os comitês sejam mais bem estruturados, em particular, no nível técnico e de experiência de seus conselheiros.

Os comitês e os conselhos são responsáveis por boa parte do funcionamento do sistema de gestão dos recursos hídricos e pela implementação das políticas estaduais e nacional. Por isso, com a certeza de que a temática em referência não foi esgotada, sugerem-se novas revisões ou pesquisas com o intuito de aprofundar os estudos sobre a efetividade destes organismos participativos.

#### **4 GESTÃO DAS ÁGUAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS – CERH-MG: ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PANORAMA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS**

##### **4.1 Introdução**

A gestão de recursos hídricos, no Brasil, foi por muito tempo realizada de forma centralizada e segmentada, em que os governos estaduais e federal controlavam as decisões e segmentavam as diretrizes por setores, tais como energia elétrica, agricultura, saneamento, entre outros (ABERS; JORGE, 2005). O processo de mudança para o que se tem hoje, descentralizado e participativo, iniciou na década de 1980, durante a redemocratização do Brasil.

Neste contexto político, ainda durante a ditadura militar, a participação popular aparece como uma forma de luta contra as injustiças sociais, buscando o seu espaço e inserção nas atividades públicas (LAVALLE, 2011). Sobre estes movimentos sociais de participação popular à época, Gohn (2011) destaca que preferiam se manter afastados das estruturas governamentais, pois, além de serem controlados pelo estado militar, a não institucionalização dos movimentos era uma forma de resistência à ditadura.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a participação popular adquire um novo significado. Lavalle (2011, p. 34) situa a mudança da seguinte forma: “O ideário participativo adquiriu novo perfil no contexto da transição e, mais especificamente, da Constituinte: a participação, outrora popular, tornou-se cidadã”. A CF/1988 (BRASIL, 1988) materializou as demandas de participação popular indo além da eleitoral e possibilitou a criação de várias instituições, dentre elas, os conselhos de políticas públicas (FARIA; RIBEIRO, 2011). Desta forma, o surgimento dos conselhos após a CF/1988 modifica a estrutura organizacional e a forma de interação entre Estado e sociedade, sinalizando rumo a um novo modelo institucional, mais interativo e participativo (SANTOS; GUGLIANO, 2015).

O surgimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), no estado de Minas Gerais, se deu neste período de mudança. O Decreto Estadual nº 26.961/1987 (MINAS GERAIS, 1987), que cria o CERH-MG, foi publicado um ano antes da promulgação da CF/1988, e ainda que a intenção de sua criação tenha sido salutar, os mecanismos de participação da sociedade civil eram limitados.

Segundo Tatagiba (2002, apud CUNHA *et al.*, 2011), os conselhos de políticas públicas devem ter, basicamente, três características que os tornem inovadores: composição diversificada e paritária, serem públicos e com poder deliberativo. Neste sentido, o CERH-MG, criado em 1987, possuía pelo menos duas fragilidades: a composição não era paritária e a reunião não era pública. À época, a composição do Conselho, formada apenas por representantes do poder público (artigo 4º), contava com a participação da sociedade civil apenas mediante convite do Presidente, conforme artigo 5º daquele Decreto Estadual (MINAS GERAIS, 1987).

Alves e Souza (2018) caracterizam os conselhos de políticas públicas como espaços de participação direta da sociedade, sendo, portanto, formas hodiernas de gestão que permitem a inclusão da comunidade na discussão e implementação das políticas. Contudo, o normativo que criou o CERH-MG carecia de melhoras significativas para que se tornasse espaço integrador e democrático.

O período após a Constituição Federal de 1988 até o final da década de 1990 foi marcado pelo empenho em institucionalizar as organizações participativas e, principalmente, pela consolidação dos mecanismos de participação popular (GOHN, 2011). Neste ínterim, destaca-se a Lei nº 11.504/1994, a qual instituiu pela primeira vez, no estado de Minas Gerais, a Política Estadual de Recursos Hídricos (MINAS GERAIS, 1994). Algumas unidades federativas, como Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Bahia e Distrito Federal, editaram as suas normativas hídricas antes mesmo da promulgação, em 1997, da Política Nacional de Recursos

Hídricos, seja pela necessidade de uma norma específica para as águas, em função de problemas hídricos, ou para inovação no modelo de gestão, já que a CF/1988 atribuiu aos Estados o direito de legislar sobre as águas superficiais e subterrâneas que estejam sobre seu domínio (BRASIL, 1988; COSTA; MERTENS, 2015; SILVA; HERREROS; BORGES, 2017).

Desta forma, a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), promulgada em 1994, trouxe importantes avanços, especialmente quanto ao novo modelo de gestão. Instituiu-se o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), do qual faziam parte o CERH-MG, a Secretaria Executiva, os Comitês de Bacia Hidrográfica e as Agências de Bacia Hidrográfica. Além disso, sobre os representantes do CERH-MG, trouxe a obrigatoriedade da composição paritária entre o poder público estadual, o poder público municipal, os usuários de água e a sociedade civil (MINAS GERAIS, 1994). Com os novos delineamentos impostos, fez-se necessária a edição de um novo normativo, reparando as distorções anteriormente cometidas. Surge, então, o Decreto Estadual nº 37.191/1995, que dispõe sobre o CERH-MG, estabelece a equidade de representantes por segmento e inclui, em seu artigo primeiro, a promoção da gestão da política estadual de recursos hídricos como finalidade primordial do Conselho (MINAS GERAIS, 1995).

No entanto, ainda antes de terminar aquela década, foram necessários novos aprimoramentos. A criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em 1997, foi um marco na nova forma de gestão das águas, especialmente quando imprimiu em seus fundamentos a gestão participativa e descentralizada por bacia hidrográfica, contando com o poder público, os usuários e as comunidades (JACOBI; BARBI, 2007). Conseqüentemente, muitos Estados editaram suas políticas estaduais de recursos hídricos. Minas Gerais, em 1999, editou a Lei nº 13.199 (MINAS GERAIS, 1999), adequando-se aos princípios, diretrizes e fundamentos da PNRH, substituindo a Lei anterior, de 1994.

Neste cenário, alguns meses após a promulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) editou o seu primeiro ato administrativo, a deliberação normativa nº 1/1999 (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 1999). Embora tenha sido criado em 1987, a publicação de seu primeiro regimento interno se deu em 1999, por meio deste ato.

No ano de 2014, foram ainda publicados dois novos normativos relativos à estrutura, composição e competências do CERH-MG. Primeiro, um novo regimento interno foi estabelecido, através da deliberação normativa nº 44/2014 (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 2014), e alguns meses depois, foi publicado o Decreto Estadual nº 46.501/2014 (MINAS GERAIS, 2014), o qual está vigente até os dias atuais.

## 4.2 Sobre a Efetividade dos Conselhos de Políticas Públicas

A criação dos conselhos de políticas públicas após a Constituição Federal de 1988 gerou expectativas sobre a participação social na formulação de políticas sobre temas até então exclusivos do Estado. Avaliações iniciais permitiram determinar que muitas organizações participativas se tornaram espaços burocráticos, clientelistas e com vieses de participação (GOHN, 2011). A primeira geração dos estudos sobre tais instituições, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, focou no efeito participativo (ou “não participativo”), avaliando o processo de aprendizado político e o fortalecimento da democracia. A análise daquilo que era efetivamente produzido por estes Conselhos surge somente em uma segunda geração dos estudos (LAVALLE, 2011; VAZ, 2011), nos quais se considera o amadurecimento na institucionalização dos Conselhos, pressupondo avanços em suas capacidades decisórias.

Dentre as avaliações sobre a efetividade, destacam-se duas linhas, uma interna, sobre a efetividade deliberativa, e outra externa, referente à efetividade no cumprimento das políticas públicas. A primeira diz respeito à qualidade da participação de seus membros; sinteticamente, os estudos nessa área investigam a dinâmica do funcionamento das reuniões. Já no campo da efetividade no cumprimento das políticas públicas, as análises procuram encontrar relações entre causa e efeito, a partir da metodologia de pares contrafactuais (RODRIGUES, 2017).

No que se refere à mensuração de causa e efeito, Lavallo (2011) descreve como uma árdua atividade, tendo em vista que a distância entre a causa e o efeito pode se dar durante um largo espaço de tempo. Desta forma, o autor propõe uma análise específica sobre o processo decisório dos Conselhos, no intuito de tornar a causa e o efeito mais próximos:

[...] fixar o olhar nos efeitos imediatos ou diretamente imputáveis às IPs, naquilo que efetivamente produzem, as decisões, sejam elas consensuais ou conflituosas, a respeito de questões regimentais ou de prioridades de políticas [...]. (LAVALLE, 2011, p. 41).

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo analisar os atos administrativos emanados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), entre 1999 e 2019, de modo a oferecer uma apreciação apropinqua da sua capacidade de produção. Neste sentido, a avaliação da promoção da gestão de recursos hídricos será considerada sob a ótica decisória ou deliberativa (*outputs*), conferindo, portanto, um benefício que ultrapassa a análise de causa e efeito entre a publicação de um ato administrativo e o monitoramento ou execução da política das águas (*outcomes*) (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016).

### 4.3 Metodologia

A pesquisa documental realizada representa um resgate censitário à luz de uma perspectiva histórica de todos os atos administrativos do CERH-MG, publicados entre 1999 e 2019. Obtidos por meio de pesquisa eletrônica no portal “Sistema de Informações Ambientais - SIAM”, mantido pelo estado de Minas Gerais (SIAM, 2020), foram objeto de interesse todos aqueles constantes nos itens “Deliberação CERH-MG” e “Deliberação Normativa CERH-MG”. Como este trabalho analítico nunca havia sido realizado, aqueles que eventualmente não constavam no SIAM tiveram que ser resgatados por meio de pesquisa realizada junto à Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF), permitindo-se, assim, a reunião de todo o material promulgado no período.

No trabalho de pesquisa documental, os documentos inicialmente foram agrupados segundo o tipo de ato administrativo, o número do ato, a data de publicação, a ementa e o endereço eletrônico do ato. Em relação ao tipo de ato administrativo, salientam-se as deliberações com intuito meramente aprovativas ou decisórias, as quais foram chamadas de Ato Aprovativo, e aquelas com o objetivo de estabelecer diretrizes e políticas, as quais foram denominadas Ato Normativo.

Posteriormente, durante o trabalho analítico, as deliberações foram rotuladas quanto a outras duas variáveis, que permitiram classificá-las em relação ao instrumento de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) a que se refere (1) e à respectiva competência do CERH-MG (2). A categorização dos atos administrativos quanto a estas duas variáveis foi realizada conforme proposto por Bardin (2016), em que as características dos instrumentos de gestão (1) e das competências (2) serviram como critérios delimitadores para a classificação, impedindo a duplicidade entre as categorias.

### 4.4 Resultados e Discussão

Desde a sua criação, há 33 anos, o CERH-MG publicou 497 atos administrativos. Destes, foi possível notar, inicialmente, que somente 446 (89,7%) constavam no local onde deveriam ser publicitados, o Sistema de Informações Ambientais (SIAM), tornando necessária uma extenuante pesquisa junto à Imprensa Oficial do Estado (IOF) para que outros 42 (10,3%) documentos fossem engendrados à pesquisa. Nove (1,8%) atos foram considerados completamente perdidos, e outro foi excluído, por se tratar de uma deliberação publicada equivocadamente (Ato Aprovativo nº 76/2007), tornada sem efeito logo em seguida. Portanto,

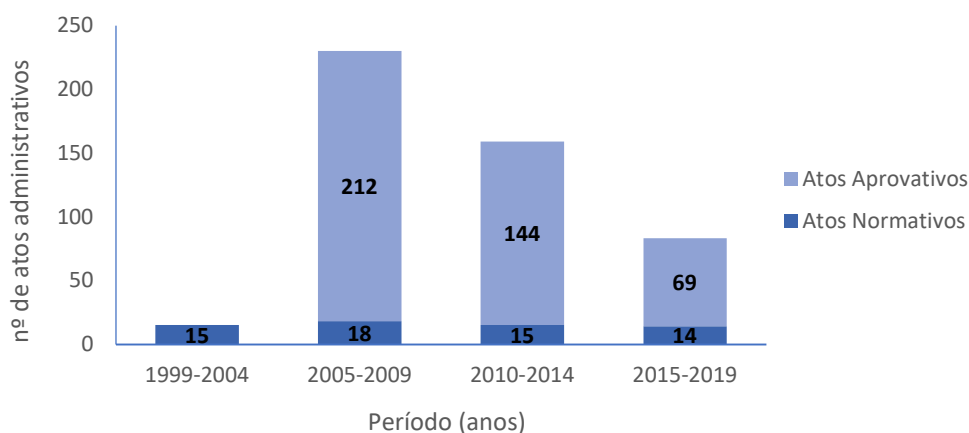
o estudo considerou, para composição do banco de dados, os 487 (97,9%) atos válidos, acessíveis.

Considerando-se a publicidade como princípio constitucional que garante a segurança jurídica, a sua inobservância por parte dos agentes da Administração Pública deve ser corrigida. Dos princípios previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), exige-se a obrigatoria divulgação dos atos da Administração Pública, com o objetivo de permitir seu conhecimento e controle pelos órgãos competentes e por toda a sociedade. A publicidade pode ser considerada como um meio de preservação da ordem democrática, possibilitando o controle da legalidade e a verificação de sua adequação aos demais valores do Estado. Por isso, a falta de publicidade expõe os atos administrativos à invalidação, por infringir o requisito da moralidade e da eficiência (FREITAS, 2007).

Em períodos históricos, livros e registros materiais eram escassos, frequentemente perdidos ou intencionalmente destruídos. Com a ampliação dos meios de armazenamento e o acesso digital à informação, convencionou-se afirmar que, se inicialmente o primeiro desafio era o da aquisição, ao longo dos séculos, este foi sendo superado, e conseguir organizar a informação passou a ser a questão mais importante, de forma a promover a recuperação e o seu uso efetivo (ARAÚJO, 2009). Por isso, o resgate das publicações da CERH-MG em bases conceituais, assim como o desenvolvimento de instrumentos mais adequados à sua representação documental, constitui oportuna contribuição para a gestão pública.

Dentre 487 atos administrativos disponíveis, 425 (87,3%) constituem os Atos Aprovativos cuja finalidade foi a aprovação ou a deliberação sobre um tema específico. Apenas 62 (12,7%) são do tipo Ato Normativo, que efetivamente estabelecem diretrizes ou critérios para a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), para o funcionamento de um órgão integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) ou para o seu próprio funcionamento. Esta discrepância foi também observada por Lavallo, Voigt e Serafim (2016), que consideraram natural o fato de os atos de diretrizes gerais, por sua própria natureza decisória, serem menos frequentes. Isso acontece porque a construção de um ato do tipo normativo envolve um processo minucioso de estudo e proposição de critérios para melhor aderência de uma política, diferentemente do que ocorre com os atos do tipo aprovativos, os quais requerem apenas a decisão sobre um assunto.

Ao longo dos anos, a distribuição dos atos administrativos, segregados por tipo, permite destacar alguns aspectos (Figura 5).

**Figura 5** - Número de atos administrativos emitidos de 1999 a 2019

Fonte: Os autores (2020).

Nos primeiros cinco anos de deliberações administrativas, o Conselho publicou apenas 15 documentos (3% do total), sendo todos de caráter normativo. Destes, 8 (53,3%) regulamentam a própria gestão ou a dos Comitês de Bacia, o que pode ser reflexo de um período inicial tanto da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) quanto do CERH-MG, estando ambos em processo de institucionalização. Nesse período, destaca-se a primeira etapa de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2006), demonstrando a atuação ainda incipiente do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) e o estágio inicial dos instrumentos de gestão contidos na Lei Estadual nº 13.1999/1999.

Entre 2005 e 2009, observou-se o pico em volume de produção, com 230 atos (47,2% do total), sendo 96 destes relacionados aos projetos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO. Este resultado representa, por um lado, um período de alta alavancagem nos projetos de recuperação e melhoria dos recursos hídricos, e, por outro, a necessidade de aprovação destes projetos no CERH-MG, já que o regulamento do FHIDRO exigiu que quaisquer projetos com utilização de recursos não reembolsáveis, antes da aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, deveriam ser ratificados pelo CERH-MG (MINAS GERAIS, 2006).

Com a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em 26 de novembro de 2010, os projetos do FHIDRO não mais precisavam passar pelo crivo do CERH-MG, apenas nos casos de omissão do Comitê de Bacia Hidrográfica ou quando o projeto tivesse abrangência estadual (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, 2010). Isso nos leva a

constatar uma queda no volume de atos administrativos, havendo, entre 2010 e 2014, apenas 6 aprovações de projetos do FHIDRO (4 deles antes da aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos), e, entre 2015 e 2019, nenhum outro projeto tendo sido necessária a aprovação pelo CERH-MG.

#### 4.4.1 Instrumentos de gestão

A classificação dos atos administrativos quanto aos instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) resultou em um total de 133 (27,3% do total) deliberações categorizadas (Tabela 1), sendo possível constatar que até o momento não houve quaisquer diretrizes para os instrumentos referentes à “Compensação aos municípios pela exploração e restrição de uso de recursos hídricos” e ao “Rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo”. Este resultado sugere a necessidade do estabelecimento de estudos e critérios que subsidiem a implantação destes instrumentos.

**Tabela 1** - Distribuição temporal dos atos administrativos, classificados quanto ao instrumento de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH)

Instrumentos de Gestão	Distribuição temporal (anos)				Total	%
	1999-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019		
6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	0	25	23	6	54	40,60%
5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	3	12	17	5	37	27,82%
2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos	0	0	15	1	16	12,03%
3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	2	2	4	5	13	9,77%
4 - Enquadramento dos corpos de água	0	3	0	2	5	3,76%
9 - As penalidades	2	3	0	0	5	3,76%
1 - Plano Estadual de Recursos Hídricos	0	2	1	0	3	2,26%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>47</b>	<b>60</b>	<b>19</b>	<b>133</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Além desses, outros dois instrumentos da PERH carecem de maior atenção: “Enquadramento dos corpos de água” e “Penalidades”. A pequena quantidade de atos alusivos ao primeiro (5; 3,76%) pode refletir a fragilidade do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), já que o artigo 43 da Lei Estadual nº 13.199/1999 atribuiu ao Comitê de Bacia Hidrográfica, na sua área territorial, a deliberação quanto ao enquadramento, e o CERH-MG somente aprovaria após a deliberação desse Comitê. Corroboram esta análise os dados do Portal Info Hidro (<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/planejamento-de-recursos-hidricos>) nos quais constam apenas oito bacias hidrográficas com enquadramento aprovado, dentre as 36 unidades de planejamento e gestão em Minas Gerais (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2020a). No tocante às “Penalidades”, destaca-se um ato normativo do CERH-MG no ano de 2003, que estabeleceu critérios para aplicação de multas. Em 2008, houve a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de diretrizes para a conversão de multas aplicadas. No entanto, não foram identificados os resultados do trabalho deste grupo. Neste sentido, é possível afirmar que tal instrumento carece de aprimoramentos por parte do CERH-MG.

Outro aspecto que aponta para a vulnerabilidade do SEGRH-MG diz respeito à efetiva implementação do instrumento “Cobrança pelo uso de recursos hídricos”. No período de 2005 a 2009, o CERH-MG estabeleceu diversas diretrizes; no entanto, de lá para cá, apenas 12 bacias hidrográficas implementaram a cobrança pelo uso de recursos hídricos, ocorrendo principalmente entre os anos de 2010 e 2014. De forma a reparar este cenário, o CERH-MG criou, em 2018, um grupo de trabalho com a finalidade de aprimorar o instrumento e, recentemente, o estado de Minas Gerais editou o Decreto Estadual nº 47.860/2020, que estendeu a cobrança pelo uso de recursos hídricos para as 36 bacias hidrográficas do Estado (MINAS GERAIS, 2020).

Quanto ao instrumento “Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos”, até o ano de 2014, procedeu-se ao estabelecimento de diretrizes gerais para a outorga, bem como de atos anteriores à sua concessão, tais como critérios para uso insignificante, atividades minerárias, classificação de empreendimentos, entre outros. Mas, de 2015 a 2019, pouco se obteve em caráter decisório e normatizador. De maneira semelhante, nos demais instrumentos, “Plano Estadual de Recursos Hídricos”, “Planos Diretores de Recursos Hídricos” e “Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos”, observa-se a atuação reduzida do CERH-MG no que tange à normatização destes. Por outro lado, os atos aprobatórios do plano estadual de recursos hídricos e dos planos diretores, principalmente entre 2010 e 2014, ocorreram após demanda específica, originada do poder executivo ou dos Comitês de Bacia.

Estes resultados dificilmente refletem o esgotamento da temática correspondente, haja vista as constantes alterações nos cenários estaduais no que concerne ao uso da água. No entanto, podem representar, sim, um desvio de atenção dos contextos fáticos que motivam o ato administrativo. A imperiosa exigência entre o que ocorre no mundo real, como elemento motivador do ato administrativo, depende, contudo, de que a vontade emane do agente da administração pública (CARVALHO FILHO, 2007). E isso precisa ser examinado, já que, antes de agir concretamente, o Poder Público necessita expedir a declaração de vontade, anunciada por meio das normativas que servem como requisitos legitimadores das atuações futuras.

#### ***4.4.2 Competências do CERH-MG***

A classificação dos atos administrativos quanto às competências do CERH-MG distribuídas ao longo do período analisado pode ser observada na Tabela 2.

Nota-se o quantitativo de atos categorizados na competência “Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento”, representando 45,79% (223) de todas as deliberações. Trata-se, em sua maioria (43,53%), de atos relacionados à autorregulação e à autogestão, tais como a instituição de câmaras técnicas, composição de membros, prorrogação de mandatos, entre outros. Este dado é especialmente maior quando analisado no período mais recente, entre 2015 e 2019, no qual foram contabilizados 83 atos, sendo 69,88% (58) relacionados à autorregulação e à autogestão. Isso evidencia uma desproporção entre os atos ligados ao próprio CERH-MG com as demais atividades decisórias. A autorregulação, na qual o órgão regulador atribui ao julgamento e à discricionariedade o poder de efetuar a supervisão e prevenir violações em suas próprias ações, deve, segundo Trindade e Santos (2009), garantir o afastamento de possíveis inconvenientes, como a complacência em relação ao interesse público e à proteção tendenciosa, que necessitam ser completamente evitados.

Na comparação entre o quantitativo de competências exercidas pelo CERH-MG entre 1999 e 2004, observa-se o cumprimento de apenas quatro das 20 estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.501/2014, em um montante de apenas 15 atos emitidos. Este número é bastante inferior ao do período seguinte (2005-2009), no qual se verifica o cumprimento de 11 competências em 230 atos publicados. O aumento no número de atos decisórios publicados a partir de 2005, juntamente com a diversificação no cumprimento das competências, pode ser relacionado ao amadurecimento do CERH-MG. Isso porque a diversificação, quando mantém a proximidade setorial entre a atividade inicial e a atividade visada, constitui importante

estratégia relacionada às perspectivas da exploração dos recursos existentes e da aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos e competências (ZARIFIAN, 2001).

**Tabela 2** - Distribuição temporal dos atos administrativos, classificados segundo as competências do CERH-MG

Competências do CERH-MG	Distribuição temporal (anos)				Total	%
	1999-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019		
20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	5	74	83	61	223	45,79%
19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	0	97	10	1	108	22,18%
5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	3	9	14	5	31	6,37%
6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	0	11	10	2	23	4,72%
1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	4	6	6	5	21	4,31%
12 - Aprovar a formação de Comitês de Bacia	3	11	4	3	21	4,31%
15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	0	7	10	4	21	4,31%
2 - Aprovar o Plano Estadual de Recursos Hídricos	0	2	16	0	18	3,70%
14 - Reconhecer a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	0	7	3	0	10	2,05%
8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	0	3	3	0	6	1,23%
16 - Aprovar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	0	3	0	2	5	1,03%
Total	15	230	159	83	487	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao longo do período estudado, observou-se que 9 (45%) das 20 competências atribuídas ao CERH-MG não foram implementadas. Destas, pelo menos três poderiam ser iniciadas pelo CERH-MG: “Aprovar estudos para a compensação a municípios pela exploração e restrição de uso de recursos hídricos”, “Propor diretrizes para o rateio de custos das obras de uso múltiplo” e “Aprovar estudos para financiamento ou concessão de subsídios para obras de

uso múltiplo de recursos hídricos”. A elaboração de estudos e diretrizes citada acima poderia ser levantada por meio das Câmaras Técnicas especializadas, as quais são criadas pelo CERH-MG e possuem como uma de suas funções a elaboração e o encaminhamento de propostas de normas para a legislação hídrica. Neste sentido, nota-se uma inércia na regulamentação destas questões, tanto por parte do CERH-MG quanto do órgão gestor de recursos hídricos.

A compensação financeira a municípios que tiveram áreas alagadas para a construção de usinas hidrelétricas já é bastante regulamentada e conhecida desde a Constituição Federal (§1º, artigo 20), como bem explica a cartilha da Agência Nacional de Energia Elétrica (2007). Entretanto, os cursos d’água estão sujeitos a outras intervenções, seja para a sua exploração ou restrição de uso; e é exatamente na compensação financeira sobre as demais intervenções que se nota a ausência de regulamentação. Neste sentido, o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2011) aborda sobre a proposta de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), extensivo aos municípios que contribuírem positivamente com a preservação do recurso hídrico, seja incentivando atitudes, traçando políticas públicas ou implementando unidades de conservação. Desta forma, a compensação aos municípios não ficaria restrita apenas a grandes obras que interferissem ou se beneficiassem do curso d’água. Portanto, a dotação de valor financeiro à água confere um potencial econômico quando do seu usufruto ou, analogamente, a restrição de sua utilização reduz o poderio econômico. Assim sendo, faz-se necessário que sejam estabelecidas normativas para a devida reparação aos municípios afetados por eventuais restrições ou explorações.

Assim como a compensação aos municípios e a cobrança pelo uso da água, as obras de uso múltiplo de recursos hídricos e o seu rateio são mais um instrumento de mercado. Trata-se de um estímulo à justiça fiscal, pois impõe os custos das obras estruturais, tais como sistemas de abastecimento, irrigação, projetos de integração, entre outros, aos seus próprios beneficiários. Sabe-se que os valores de realização de tais obras são vultosos, e nada mais justo que o rateio ser repartido entre os favorecidos. Desta forma, o rateio de obras de uso múltiplo é um importante instrumento de geração de recursos financeiros, os quais são aplicados na bacia em que foram originados. Portanto, a falta de normatização desse instrumento enfraquece a gestão compartilhada de recursos hídricos (SETTI *et al.*, 2000).

#### ***4.4.3 Panorama de Implementação da Gestão Hídrica***

No que concerne à promoção da gestão hídrica pelo CERH-MG, podem-se destacar três momentos decisórios distintos: amadurecimento (de 1999 até 2004), intensidade decisória (de 2005 até 2014) e redução deliberativa (de 2015 até 2019).

Na fase de maturação do CERH-MG, entre 1999 e 2004, verificou-se uma atuação focada na institucionalização da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), em particular, quanto ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) e a intervenções ainda incipientes sobre a outorga pelo uso de recursos hídricos e as penalidades previstas na Lei Estadual 13.199/1999.

O segundo momento, ocorrido entre 2005 e 2014, representa o período de maior produção decisória do CERH-MG no que tange à gestão de recursos hídricos (389 atos; 80%). Houve importantes avanços na normatização da cobrança pelo uso de recursos hídricos e da outorga. Além disso, destaca-se a criação de diretrizes para as Agências de Bacias Hidrográficas ou entidades a elas equiparadas, aprovação de projetos de financiamento no âmbito do FHIDRO, de estudos relacionados à gestão de recursos hídricos, de planos diretores de recursos hídricos, do plano estadual de recursos hídricos, entre outras aprovações e normatizações. Não obstante, constatou-se pouca expressividade decisória no que concerne ao enquadramento dos corpos de água e às multas e penalidades em infração à legislação de recursos hídricos. Além disso, a análise da produção decisória do CERH-MG permitiu verificar a escassez de aprovação de estudos direcionados à compensação a municípios pela exploração ou restrição de uso de recursos hídricos, para financiamento ou concessão de subsídios para obras de uso múltiplo de recursos hídricos, bem como diretrizes para o seu rateio.

No último período analisado, entre 2015 e 2019, observou-se uma redução na quantidade de atos administrativos com potencial influência na PERH. Cerca de 70% dos atos decisórios foram relacionados à autorregulação ou autogestão do CERH-MG, enquanto, no período total analisado, este índice foi de 43,5%. Ainda que tenham ocorrido normatizações e aprovações importantes, na maioria das vezes, elas se deram de forma pontual, por exemplo, o estabelecimento de critérios para a definição de situação de escassez hídrica e restrição de uso da água, ocorrida em 2015, quando o estado de Minas Gerais atravessava uma crise hídrica (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2020b).

Conforme visto, os padrões decisórios do CERH-MG se diversificaram ao longo dos anos, observando-se, em determinado momento e sob alguns instrumentos de gestão, uma atuação contundente. No entanto, com relação a outros instrumentos, sequer houve regulamentação. Sabe-se que a normatização de mecanismos de gestão pode ser iniciada ou incentivada por outros entes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

(SEGRH-MG); entretanto, espera-se a proatividade e a proposição do CERH-MG, já que é nesta instituição participativa onde se encontram os principais interessados: poder público, usuários e sociedade civil.

#### **4.5 Conclusão**

O levantamento censitário dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG possibilitou descortinar a distribuição temporal dos atos emitidos por este Conselho desde a sua criação, além de se quantificar os atos de acordo com a sua finalidade. Ademais, a categorização dos referidos atos quanto aos instrumentos de gestão e às competências do CERH-MG permitiu identificar o nível de atenção e normatização sobre os principais assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais.

Apesar da efetiva participação do CERH-MG na promoção da gestão hídrica no Estado, foram observadas limitações, em particular, quanto ao enquadramento dos corpos d'água, as penalidades, a compensação financeira a municípios e o rateio de custos das obras de uso múltiplo. Vale destacar que, enquanto última instância participativa e órgão normativo central, sua atuação depende, muitas vezes, dos comitês de bacias hidrográficas, instâncias colegiadas que atuam em suas respectivas bacias hidrográficas. Assim, para uma maior eficiência, faz-se necessária a atuação integrada do CERH-MG com o órgão gestor e, sobretudo, um desempenho mais expressivo dos comitês, cujos problemas necessitam de estudos pormenorizados, para a perspectiva de soluções.

Dentre as barreiras verificadas na promoção da gestão hídrica pelo CERH-MG, destacam-se os assuntos que representam lacunas normativas. Tal deficiência não deve ser atribuída exclusivamente ao CERH-MG, apesar de ser desejável que as câmaras técnicas especializadas deliberem com maior proatividade, antecedendo na elaboração e normatização de abordagens ainda não encetadas pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG).

Na busca pela avaliação da efetividade, o monitoramento dos atos decisórios, analisados isoladamente, não constitui ferramenta típica. No entanto, serve como um importante indicador do modo como a política vem sendo exercida, já que a consumação de determinada norma quase sempre é precedida pela edição que a idealiza. Portanto, embora haja uma distância entre a publicação de um ato normativo e a sua aplicação no contexto a que se destina, o presente estudo revela evidências dessa articulação como um reminescente de execução da política.

Por não esgotar a temática, sugere-se que novas pesquisas possam abranger as produções decisórias nas demais instituições participativas de recursos hídricos, ou, ainda, se dilatem para monitorar a execução da política hídrica após a promulgação de determinado ato normativo (*outcomes*), colaborando para cingi-lo da compreensão.

## **5 CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS: PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS QUANTO AOS POTENCIAIS FATORES DE INFLUÊNCIA DECISÓRIA**

### **5.1 Introdução**

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), instituído em 1987, é um órgão colegiado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) e tem função normativa central na Política Estadual. Os seus atos norteiam o planejamento e as ações nas bacias hidrográficas estaduais, estando sujeitos às adaptações que venham a ser sugeridas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, de modo a atender as demandas advindas da sua respectiva circunscrição hidrográfica (SIMPLICIO, 2015).

Wampler (2011) considera complexo relacionar as decisões tomadas por estes órgãos colegiados com a efetivação da política pública, e, provavelmente, esta é uma das causas para os poucos estudos relacionados ao cumprimento das políticas por tais instituições participativas. Neste sentido, propôs-se o uso da alternativa sugerida por Lavallo (2011, p. 41) quando afirma ser mais promissor “renunciar à tentação das causalidades remotas e aproximar a causa do efeito”, isto é, estudar as decisões como sendo aquilo que, de fato, é produzido por tais instituições.

Estudo anterior relacionado às decisões do CERH-MG identificou uma participação efetiva deste órgão colegiado na promoção da gestão hídrica, embora alguns instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) ainda carecessem de regulamentação (MARCONDES; MOREIRA, 2021b).

Assim, tornou-se necessário ultrapassar o estudo das produções decisórias e levantar a percepção dos conselheiros do CERH-MG quanto aos fundamentos deste órgão colegiado, buscando relacionar tais atributos com as decisões regimentadas. Para tanto, uma avaliação multidimensional da percepção dos conselheiros integrantes do CERH-MG foi realizada para indicar o nível de maturidade para a construção de normas e o gerenciamento de recursos

hídricos no Estado. Além disso, avaliação multidimensional permite relacionar os atributos avaliados com a influência das decisões, identificando preponderâncias na consecução de um ato administrativo, sob o ponto de vista dos próprios conselheiros.

## 5.2 Metodologia

O levantamento dos possíveis fatores que podem influenciar nas decisões do CERH-MG e na gestão das águas foi possível a partir da avaliação da percepção dos conselheiros, obtida por meio de um questionário digital no formato *Survey*. O questionário digital foi escolhido, em detrimento do método físico ou presencial, por seu custo reduzido e resultados rápidos, seguindo tendência da evolução tecnológica (FALEIROS *et al.*, 2016). Além disso, a ocorrência da pandemia pela COVID-19, que exigiu o distanciamento social, contribuiu para a escolha.

Uma das finalidades do método *Survey* é explorar um tema inicial ainda pouco investigado e apresentar situações que possam ser trabalhadas no futuro (BABBIE, 1999). Vem sendo comumente utilizado na coleta sistemática de dados que possam ser quantificáveis em determinado intervalo de tempo, estabelecendo padrões de associação (BRYMAN, 1989).

Após a elaboração e testes iniciais de validação, o questionário foi enviado por e-mail a todos os conselheiros titulares e suplentes do CERH-MG que faziam parte da estrutura organizacional até a data de 01/08/2021. Na oportunidade, o CERH-MG passou por uma transição em sua regulamentação advinda do Decreto Estadual nº 48.209/2021 e contava com 40 conselheiros, sendo 10 representantes do poder público estadual, 10 representantes do poder público municipal, 10 representantes de usuários de recursos hídricos e 10 representantes da sociedade civil. Para cada titular, havia um conselheiro 1º suplente e outro 2º suplente, com exceção da Presidência, que é exercida pelo dirigente máximo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD-MG). Portanto, somando-se todos os conselheiros (titulares e suplentes), a pesquisa foi enviada de forma censitária aos 118 (cento e dezoito) conselheiros do CERH-MG.

O *Survey* ficou aberto para preenchimento entre os dias 15/08/2021 e 31/08/2021, e, com o intuito de reforçar a participação dos conselheiros, foi novamente enviado (novo convite para o preenchimento) quando do encerramento da primeira semana de abertura do questionário.

A pesquisa foi submetida para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e obteve, em 7 de julho de 2020, o parecer de aprovação nº 4.140.270. O Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado na página inicial do *Survey*, informando os objetivos da pesquisa, os riscos e condições de participação. Dessa forma, o respondente só avançaria propriamente para as perguntas após o aceite aos termos do TCLE. Além disso, não foram solicitadas informações como identidade, seja por meio do nome ou outro atributo em que o entrevistado pudesse se sentir inibido a responder com sinceridade. Foi solicitado, ainda, que informasse sua posição no CERH-MG e formação educacional, conforme variações administrativas possíveis (Quadro 4).

**Quadro 4** - Perguntas sobre a posição do conselheiro no CERH-MG, segmento de representação, tempo de atuação e formação educacional

<b>Ficha do(a) Conselheiro(a)</b>	
No CERH-MG você é:	Conselheiro/Conselheira Titular
	Conselheiro/Conselheira 1º suplente
	Conselheiro/Conselheira 2º suplente
Qual o segmento você representa no CERH-MG?	Poder Público Estadual
	Poder Público Municipal
	Usuário de Recurso Hídrico
	Sociedade Civil
Há quanto tempo é conselheiro/conselheira no CERH-MG?	Menos que 3 anos
	3 anos ou mais
Formação Educacional	Ensino Médio
	Graduação
	Pós-graduação ( <i>lato sensu</i> )
	Mestrado
	Doutorado
	Pós-Doutorado

Fonte: Os autores (2022).

Para avaliar o grau de concordância ou discordância dos atributos relacionados ao CERH-MG, o questionário se baseou no formato *Likert*, com uma escala de quatro pontos (discordo totalmente, discordo, concordo e concordo totalmente) e a opção “não sei opinar” para fora do eixo, conforme proposto por Cummins e Gullone (2000), Alexandre, Andrade e Vasconcelos (2003), Dalmoro e Vieira (2013) e Lucian (2016). A escala *Likert* foi amplamente utilizada no monitoramento comportamental, sendo de fácil entendimento, aplicação e adequação para uma ampla variedade de temas (SCARPARO; MARQUES; DEL PINO, 2018).

Dessa forma, foram disponibilizados os atributos divididos em quatro dimensões, a saber: (1) nível de transparência, (2) nível de institucionalização, (3) nível de conhecimento e engajamento e (4) nível de debate (Quadro 5), sendo solicitado ao conselheiro que fizesse uma relação entre tais atributos e o impacto na produção decisória do CERH-MG.

**Quadro 5** - Atributos avaliados no questionário aplicado aos conselheiros do CERH-MG

<b>Questionário</b>	
<b>Dimensão 1 - Nível de Transparência</b>	
A agenda de reuniões do CERH-MG é amplamente divulgada	1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Concordo; 4 - Concordo Totalmente; Não sei opinar
A agenda de reuniões do CERH-MG é divulgada com antecedência	
As atas de reuniões do CERH-MG são amplamente divulgadas	
As deliberações do CERH-MG são divulgadas nos portais oficiais do Governo	
O CERH-MG possui canais de comunicação com a sociedade	
<b>Dimensão 2 - Nível de Institucionalização</b>	
O CERH-MG é reconhecido ante os demais órgãos e instituições	1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Concordo; 4 - Concordo Totalmente; Não sei opinar
O Decreto que regulamenta o CERH-MG é adequado	
As câmaras técnicas especializadas do CERH-MG exercem efetivamente seu papel técnico	
A atuação da Secretaria Executiva do CERH-MG é adequada	
A periodicidade das reuniões do CERH-MG é adequada	
A infraestrutura para reuniões do CERH-MG é adequada	
<b>Dimensão 3 - Nível de Conhecimento e Engajamento</b>	
Os conselheiros e as conselheiras têm conhecimento das competências do CERH-MG	1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Concordo; 4 - Concordo Totalmente; Não sei opinar
Os conselheiros e as conselheiras se preparam com antecedência para as reuniões	
Os conselheiros e as conselheiras possuem experiência e conhecimento da gestão de recursos hídricos	
Os conselheiros e as conselheiras possuem alta frequência de participação	
Os conselheiros e as conselheiras são propositivos na formação de pautas	
Os conselheiros e as conselheiras são propositivos nas discussões plenárias	
Os assuntos tratados no CERH-MG são facilmente compreendidos pelos conselheiros e conselheiras	
<b>Dimensão 4 - Nível de Debate</b>	
Os assuntos discutidos são estratégicos e relevantes	1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Concordo;
O debate respeita a diversidade de representações	
Os assuntos prioritários são observados	

A duração dos debates é realizada no tempo adequado	4 - Concordo Totalmente; Não sei opinar
Dimensões x Produção Decisória - Qual a importância das dimensões anteriormente avaliadas no nível de produção decisória do CERH-MG?	
Dimensão 1 - Nível de Transparência	1 - Sem importância; 2 - Pouco Importante; 3 - Importante; 4 - Muito Importante; Não sei opinar
Dimensão 2 - Nível de Institucionalização	
Dimensão 3 - Nível de Conhecimento e Engajamento	
Dimensão 4 - Nível de Debate	

Fonte: Os autores (2022).

Os resultados provenientes da escala *Likert* podem ser analisados como elementos ordinais ou intervalares. Joshi, Kale e Chandel (2015) explicam que há escolas distintas de pensamentos, em que uma considera que os pontos entre a escala são equidistantes, e outra não. Essas diferentes interpretações interferem diretamente no tipo de análise a ser realizada. Desta forma, para a presente pesquisa, optou-se por utilizar os dados como ordinais, já que o ponto neutro foi retirado da escala e, assim sendo, seria imprudente supor a existência de mesma distância entre os pontos.

### 5.3 Resultados e Discussão

Quando se fala em avaliação do funcionamento de uma instituição e, posteriormente, no monitoramento de seu impacto na atividade-fim, destaca-se a efetividade como conexão entre as assertivas. No estudo dos conselhos de políticas públicas, a efetividade remete à possibilidade de se

[...] identificar fatores específicos que influenciariam e/ou provocariam em alguma medida a variação destes resultados (a qualidade de seus outputs) e que, por conseguinte, afetariam a capacidade de influência destas instituições sobre as ações e tomadas de decisão do Estado” (VAZ, 2011, p. 94).

Assim, na dimensão da transparência, a publicidade das agendas de reuniões, das atas e deliberações do Conselho é fundamental para garantir a natureza pública dos procedimentos, reuniões e normativos. Segundo Carneiro (2002), a eficácia de novas determinações depende das oportunidades de participação da sociedade na construção conjunta de deliberações, do compromisso do Estado com a democracia e com o exercício de controle social e da transparência. A publicidade de todos os atos permite que os conselheiros possam levar aos seus pares as informações discutidas e suas ponderações, promovendo um processo de

influência comunicativa com impacto positivo na transparência destas organizações (FARIA; RIBEIRO, 2011).

Além disso, uma boa política de comunicação social demonstra um elevado grau de transparência que é ainda acrescida de credibilidade e confiança, proporcionando à sociedade a possibilidade de construção coletiva (CAMARGOS, 2008).

A avaliação do grau de institucionalização do CERH-MG foi mensurada como segunda dimensão do estudo ao traçar questões que avaliaram o reconhecimento do Conselho ante os demais órgãos, a adequação do seu principal decreto regulamentar e de suas câmaras especializadas, a atuação da Secretaria Executiva, a periodicidade de reuniões e sua infraestrutura. Almeida e Tatagiba (2012) comentam que os conselheiros exercem diversos papéis, tais como fiscalização, avaliação de projetos, emissão de relatórios e prestação de contas. Portanto, sem o devido suporte técnico especializado, por exemplo, a atuação da Secretaria Executiva e uma boa infraestrutura de trabalho, tais atividades podem sobrecarregá-los.

A formatação dos Conselhos e o reconhecimento de que são parte integrante do processo político e da tomada de decisão dizem muito sobre o seu grau de institucionalização e podem explicar a dinâmica interna destas instituições (LIMA *et al.*, 2014). Primeiramente porque o decreto regulamentador dispõe sobre as regras gerais de funcionamento do Conselho, por exemplo, como devem ocorrer as reuniões, o processo eleitoral, o direito a voto e participação. E, na sequência, o reconhecimento dessas esferas de participação pelo Estado e seus órgãos diminui o risco destas instituições se tornarem paralelas, com pouco ou nenhum efeito democrático e político (TEIXEIRA; MORONI; MARX, 2009).

As últimas dimensões avaliadas apresentam traços em comum na medida em que se voltam para o desempenho dos conselheiros, sendo avaliada a qualidade da participação e das reuniões, tais como os níveis de conhecimento e engajamento. Pires *et al.* (2011, p. 356) demonstram que as características destes atores são fatores preponderantes para o bom funcionamento de uma instituição participativa:

Se, por um lado, a instituição de canais de participação cria novas oportunidades de acesso para atores diversos ao processo de decisão sobre políticas públicas, por outro, o perfil, as características, os repertórios e as formas de atuação desses atores – sejam eles da sociedade civil, do Estado ou do mercado – condicionam em grande medida o funcionamento e sucesso das IPs. **Assim, compreender os atores que se engajam nas IPs, suas origens, identidades, motivações, recursos, informações e conhecimento técnico de que dispõem (de forma desigual) e, finalmente, as bases sociais da qual emergem, as quais mobilizam e às quais se reportam é fundamental** para um entendimento adequado das relações que se travam nos espaços de participação (grifo nosso).

O acesso à linguagem e à compreensão do conteúdo debatido é fundamental para a proposição de pautas e soluções de problemas, além de indicar a capacidade técnica necessária para a representação de seu setor. A ausência do conhecimento e do debate pode levar a decisões sem o devido rito de raciocínio, deixando de lado a produção de tese, antítese e síntese em detrimento de uma solução consensual pouco compreendida (ALVES; SOUZA, 2018). Por fim, ressalta-se a frequência de participação como um dado relevante no monitoramento do comprometimento dos conselheiros, especialmente na aferição da prioridade concedida à participação de entidades não governamentais e do governo (CARNEIRO, 2002).

### **5.3.1 Taxa de resposta e caracterização dos conselheiros**

A pesquisa foi enviada aos 118 (cento e dezoito) conselheiros (titulares e suplentes) do CERH-MG, obtendo-se uma taxa de resposta de 22%, correspondente a apenas 26 conselheiros. Os resultados obtidos não apresentam significância na representação da população, uma vez que seriam necessárias 90 (noventa) (76,3%) respostas ao questionário (nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%) para a obtenção de uma amostra suficiente sob o ponto de vista estatístico. Por isso, as inferências surgiram a partir de uma análise exploratória, fornecendo um indício sobre os atributos avaliados, devendo ser aprofundados em estudos posteriores.

Contudo, a taxa obtida pode ser considerada razoável, tendo em vista que, segundo Marconi e Lakatos (2002), os questionários apresentam, em média, uma devolução de cerca de 30% do volume enviado. Faleiros *et al.* (2016) mencionam que questionários enviados via correio podem ter uma taxa de resposta ainda menor, entre 12% e 25%.

A tecnologia vem sendo relevante para impulsionar as pesquisas virtuais, e a ausência de respostas pode ser influenciada tanto por fatores técnicos quanto pessoais, como por desinteresse, medo de conter algum tipo de vírus, falta de tempo, questões de sigilo, familiaridade com a internet, entre outros (CENDÓN; RIBEIRO; CHAEVS, 2014).

Ademais, as respostas oriundas dos membros titulares representem 53,8% do total obtido (Tabela 3). A condição do conselheiro titular em responder as questões foi favorecida, já que o direito a voto e assento à mesa é conferido a ele, sendo os conselheiros suplentes responsáveis pela função somente nos casos de ausência ou impedimento do titular (CERH-MG, 2014).

**Tabela 3** – Número de respostas de conselheiros titulares e suplentes

Tipo de Conselheiro(a)	Número	%
Conselheiro/Conselheira Titular	14	53,8
Conselheiro/Conselheira 1º Suplente	10	38,5
Conselheiro/Conselheira 2º Suplente	2	7,7
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Os autores (2022).

Quando classificados quanto ao setor de representação, observou-se que os usuários de recursos hídricos corresponderam a 30,8% do total (Tabela 4). De modo geral, o número de respostas segregadas por setor demonstrou equilíbrio, pois a diferença entre a Sociedade Civil (minoridade) e os Usuários de Recursos Hídricos (maioria) foi de apenas 3 respostas. Raichellis (2000) expressa que a paridade representa uma equiparação entre forças, em que os segmentos devem construir uma união para a execução ou aprovação de determinada demanda. Havia uma preocupação com o número de respondentes por segmento, considerando-se que poderiam ocorrer vieses de análise caso houvesse um desbalanceamento. Entretanto, a análise estatística (confiança de 95%) evidenciou não haver diferenças significativas entre a frequência observada e a esperada, comprovando o equilíbrio entre as respostas.

**Tabela 4** - Número de respostas por setor de representação

Setor de Representação	Número	%
Poder Público Estadual	6	23,1
Poder Público Municipal	7	26,9
Sociedade Civil	5	19,2
Usuário de Recurso Hídrico	8	30,8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Os autores (2022).

A escolaridade dos conselheiros que responderam ao estudo demonstra um alto grau de formação, já que 96% afirmaram possuir ensino superior completo, e 76%, algum tipo de pós-graduação (Tabela 5).

Segundo o IBGE (2018), apenas 15,3% da população brasileira com 25 (vinte e cinco) anos ou mais possuem ensino superior completo; portanto, a escolaridade dos membros do CERH-MG em termos comparativos é bastante superior. Esse resultado vai ao encontro do estudo conduzido com 21 (vinte e um) Conselhos Nacionais, no qual se identificou que 81,9% dos conselheiros possuíam ensino superior, e 55,2%, pós-graduação (ALENCAR *et al.*, 2013). Labra e Figueiredo (2002), ao analisar os Conselhos de Saúde do Rio de Janeiro, discorreram

que o nível educacional elevado e a experiência profissional anterior podem ser positivos para lidar com assuntos complexos, levando a uma profissionalização do conselheiro.

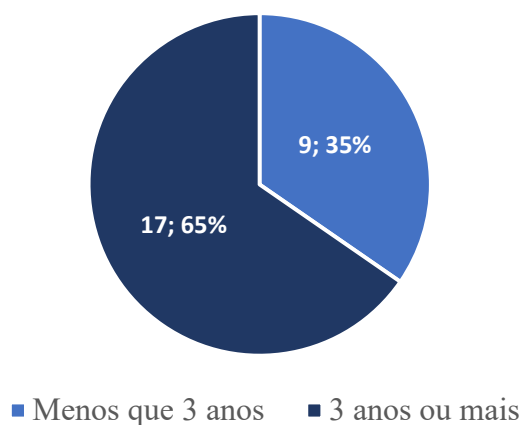
**Tabela 5** – Número de respostas por formação educacional

Formação Educacional	Número	%
Ensino Médio	1	3,8
Graduação	6	23,1
Pós-Graduação ( <i>lato sensu</i> )	8	30,8
Mestrado	7	26,9
Doutorado	2	7,7
Pós-Doutorado	2	7,7
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Os autores (2022).

Por fim, observa-se que o número de conselheiros com três anos ou mais de atuação é maioria, representando 65% (Figura 6). Esse resultado supõe haver uma maior experiência dos conselheiros para tratar dos assuntos intrínsecos ao próprio CERH-MG. Isso pode ser resultado do Decreto Estadual nº 46.501/2014, vigente até então, que estabelece um prazo de três anos para os mandatos, sendo permitida a recondução. Sob o ponto de vista da familiaridade em tratar assuntos complexos, a permanência superior a um mandato pode ser considerada benéfica. Contudo, o ponto negativo fica por conta da baixa rotação e democratização que estes órgãos exigem (LABRA, 2008).

**Figura 6** – Número de respostas por tempo de atuação do(a) conselheiro(a)



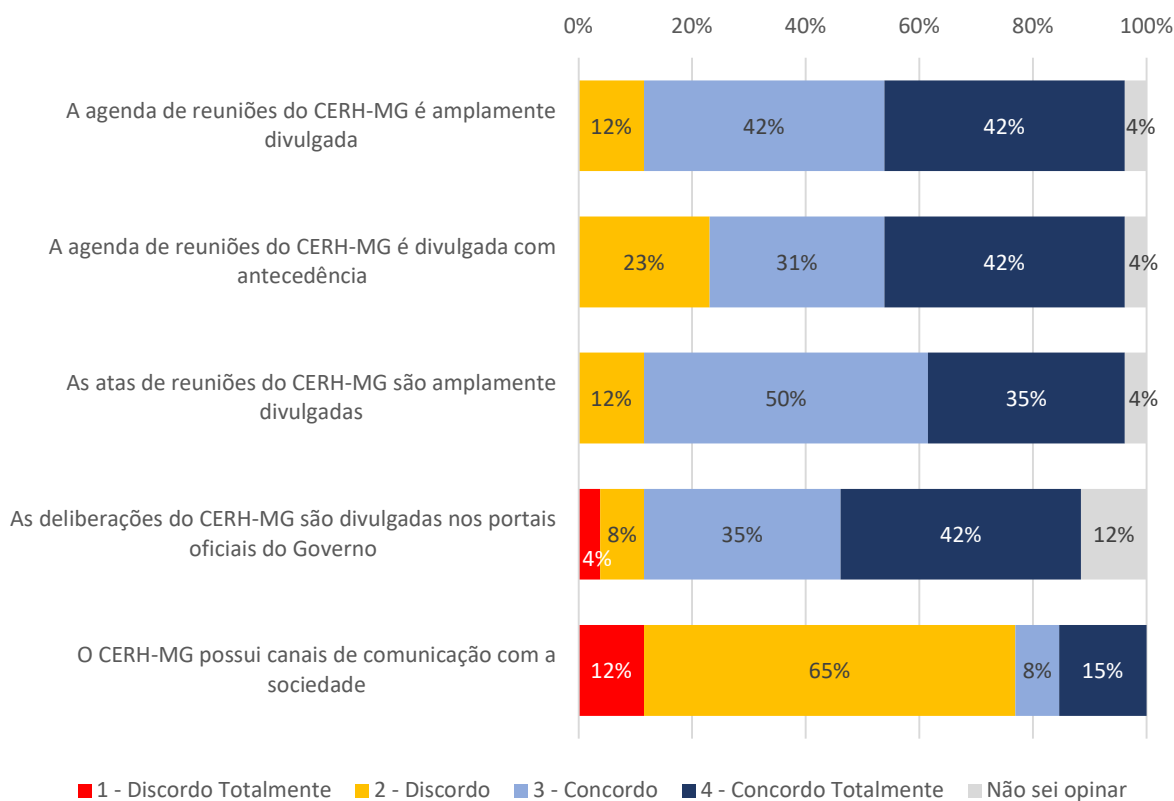
Fonte: Os autores (2022).

### 5.3.1 Dimensão 1 – Nível de Transparência

Os três primeiros atributos avaliados dizem respeito a procedimentos anteriores às deliberações do CERH-MG que são fundamentais para a transparência da instituição. As duas primeiras questões indagaram quanto à divulgação da agenda de reuniões e se é feita com a antecedência necessária. Já a divulgação das atas foi verificada por meio do terceiro atributo.

Observou-se que cerca de 85% dos conselheiros concordam ou concordam totalmente que as agendas e as atas são amplamente divulgadas (Figura 7). Paralelamente, quanto à antecedência necessária para divulgação das agendas, houve um percentual menor de concordância (73%), indicando que nem sempre o Regimento Interno do CERH-MG é obedecido, nesse quesito. Nele, é estabelecido que as agendas devem ser encaminhadas aos conselheiros com prazo mínimo de 10 dias úteis para as reuniões ordinárias e até cinco dias úteis para as reuniões extraordinárias (CERH-MG, 2014). Desta maneira, embora a maioria dos respondentes concorde ou concorde totalmente que a antecedência seja satisfatória, houve ressalva de alguns quanto ao prazo de disponibilização.

**Figura 7 - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 1 – Nível de Transparência**



Fonte: Os autores (2022).

Almeida e Cunha (2011) relatam que, para alguns pesquisadores, há princípios relacionados aos procedimentos internos das instituições participativas que são primordiais, em particular, o da publicidade. Sobre este princípio, destaca-se o objetivo de permitir à sociedade exercer o controle público dos temas a serem deliberados, além do caráter público intrínseco a estas instituições. Portanto, a transparência deve ser exercida pela instituição em todos os atos praticados, sejam eles anteriores às deliberações ou também posteriores.

Neste esteio, o quarto atributo buscou avaliar se as deliberações emitidas pelo CERH-MG são publicadas nos portais oficiais do governo. Verifica-se que 12% dos respondentes discordaram desta afirmação, sendo que 1 conselheiro (4%) discordou totalmente. Marcondes e Moreira (2021b) apontaram dificuldades no apanhado de todos os atos administrativos emitidos pelo CERH-MG, sendo necessário extensa pesquisa na Imprensa Oficial do Estado (IOF) para coleta das informações restantes, e, apesar disso, 9 atos não foram encontrados. Salienta-se que, assim como no princípio da publicidade trazido por Almeida e Cunha (2011), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) obriga a publicação dos atos pela administração pública, visando ao conhecimento e controle social.

A última afirmação avaliou, junto aos conselheiros, se o CERH-MG possui adequados canais de comunicação com a sociedade. Os resultados indicam que 65% dos respondentes discordam e 12% discordam totalmente, ou seja, 77% dos conselheiros não consideram adequados os meios de comunicação com o público externo. No estudo conduzido por Cruxên *et al* (2013), onde se avaliou a percepção de 707 conselheiros em mais de 21 conselhos nacionais, também foi identificada insatisfação dos respondentes quanto à comunicação e divulgação dos trabalhos à sociedade.

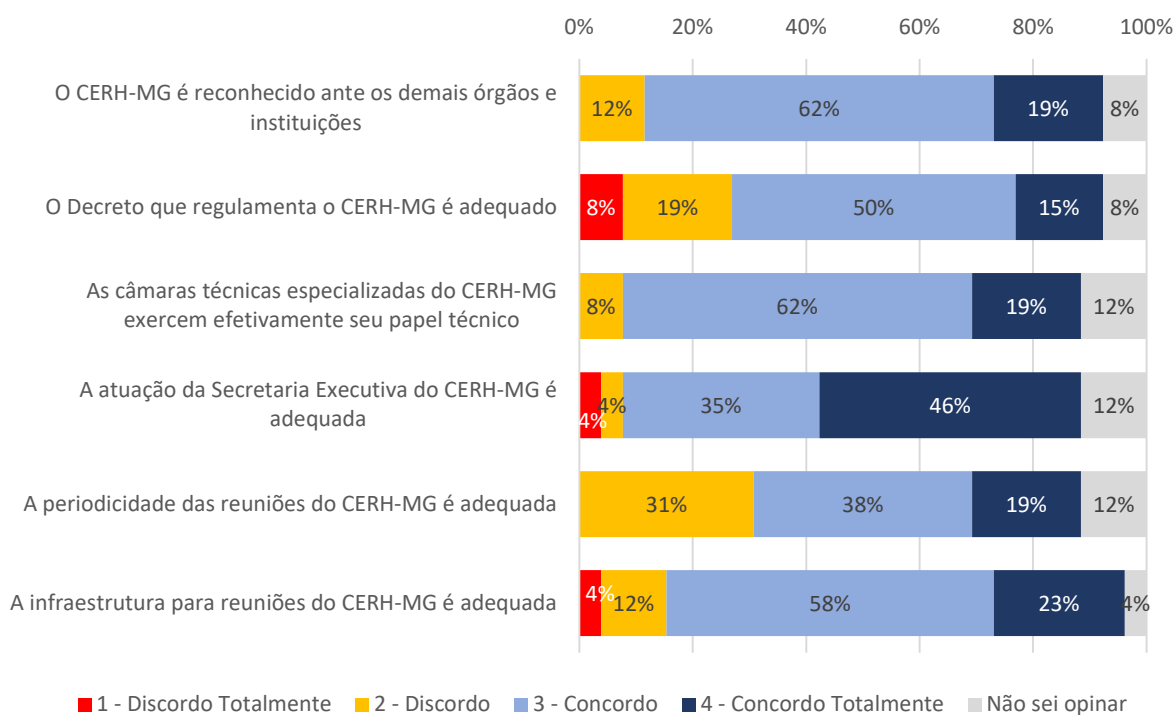
Duarte (2009) relata que a comunicação, quando bem realizada, torna as pessoas envolvidas em parte do processo e coparticipante das decisões, além de impulsionar a cidadania. Para o estabelecimento de uma boa comunicação, faz-se necessário buscar as melhores formas de dialogar com a sociedade, e isto pode ser feito por meio de pesquisas, audiências públicas e até mesmo um canal de ouvidoria. O passo seguinte diz respeito à comunicação, que pode ser realizada tanto nos canais institucionais quanto nas mídias sociais ou por meio de campanhas publicitárias. Essa ação comunicativa, que vai ao encontro daquilo que o público deseja saber, é uma forma de transparência ativa, ou, em outras palavras, uma atitude proativa do governo para com a sociedade (LESSA, 2018).

### ***5.3.2 Dimensão 2 – Nível de Institucionalização***

Os atributos avaliados na dimensão 2 (nível de institucionalização) e o percentual de concordância ou discordância dos conselheiros podem ser analisados na Figura 8.

Os conselheiros concordaram (62%) ou concordaram totalmente (19%) que o CERH-MG é reconhecido ante os demais órgãos e instituições. Apenas 12% dos respondentes discordaram desta afirmação. A questão aqui tratada é especialmente importante, pois o fortalecimento dos conselhos no interior do Estado (não somente em seu próprio interior) é condição necessária para que sua função deliberativa seja capaz de abordar o arcabouço legal vigente e, em consequência, gerar mudanças nas políticas públicas (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012). Portanto, o grau de reconhecimento do CERH-MG perante os demais órgãos diz muito sobre o poder de influenciar e tomar decisões com propósito social e em benefício da gestão de recursos hídricos.

**Figura 8 - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 2 – Nível de Institucionalização**



Fonte: Os autores (2022).

A segunda assertiva avaliada faz parte do desenho institucional do CERH-MG. Observa-se que apenas 15% dos conselheiros concordam totalmente com a afirmação, seguidos de 50% que concordam, 19% que discordam e 8% que discordam totalmente. A avaliação em torno do decreto que regulamenta o CERH-MG pode ter sido influenciada pelo recente normativo que dispõe sobre a estrutura de funcionamento do órgão - Decreto Estadual nº

48.209, publicado em junho de 2021. As principais mudanças giram em torno de uma reestruturação nas câmaras técnicas especializadas e na sua composição, passando de 40 membros titulares para 36 cadeiras, mantendo-se a paridade entre os segmentos. Segundo o Igam (2021, n.p), a justificativa para a atualização do decreto visa “aprimorar e otimizar a tramitação de processos e emissão de pareceres e decisões no plenário do CERH nas Câmaras Técnicas”. Percebe-se, ainda, uma inovação no que se refere à eleição dos conselheiros, onde outrora era somente via indicação (MINAS GERAIS, 2014), agora são definidos por meio de uma lista tríplice, onde são escolhidos pelo governo os conselheiros titulares, primeiro e segundo suplentes. Segundo a nova norma (artigo 24), a lista tríplice ora mencionada aplica-se aos representantes municipais, usuários de recursos hídricos e sociedade civil.

Embora os resultados encontrados devam ser trabalhados de forma exploratória, eles indicam uma discordância de 27% dos conselheiros quanto à adequação do decreto. Desta forma, julga-se importante o trabalho de comunicação junto aos conselheiros e sociedade para a compreensão da nova formatação institucional e de seus procedimentos, a fim de elucidar possíveis dúvidas acerca do processo participativo do CERH-MG. Por fim, reforça-se que o desenho institucional dos canais participativos é fundamental para o entendimento do quanto estes órgãos estão abertos à participação e diz muito sobre os seus limites (PIRES *et al.*, 2011).

Conforme abordado anteriormente, uma das mudanças advindas do novo normativo consiste na reformulação das câmaras técnicas especializadas do CERH-MG. Estas instâncias são responsáveis por deliberar a respeito dos projetos e atividades relacionados aos recursos hídricos no Estado e apresentar medidas para a melhoria dos instrumentos de gestão (IGAM, 2021). Quando questionados se as câmaras técnicas exercem efetivamente o seu papel técnico, a maioria dos conselheiros concordou (62%) ou concordaram totalmente (19%), tendo sido obtido apenas 8% de discordância. Os resultados identificados no presente estudo indicam uma percepção favorável sobre a atuação das câmaras técnicas do CERH-MG, indo ao encontro do alto nível de escolaridade apresentado pelos conselheiros. Contudo, este atributo deve estar em constante monitoramento, pois Fonseca, Bursztyn e Moura (2010) alertam que até mesmo em conselhos estruturados, como no caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), objeto daquele estudo, as unidades técnicas podem não superar a barreira do conhecimento especializado, o que levaria a uma possível dominação governamental.

O quarto atributo buscou avaliar a percepção dos conselheiros quanto à atuação da secretaria executiva. Esta, além de ser parte estrutural do CERH-MG, é responsável por todo o aparato logístico de funcionamento do Conselho, como organização de pautas, publicação de atas, processo eleitoral, organização das reuniões, entre outros (MINAS GERAIS, 2021).

A maioria dos conselheiros concorda totalmente (46%) que a atuação da secretaria executiva é adequada, representando o maior percentual de concordância total em comparação aos demais atributos avaliados nesta dimensão. Por outro lado, assim como na avaliação das câmaras técnicas, cerca de 8% dos respondentes discordaram ou discordaram totalmente desta afirmação. Faz-se necessário aprofundar sobre a questão a fim de verificar eventuais falhas da secretaria executiva no funcionamento do CERH-MG, tendo em vista que, assim como nos outros aparatos burocráticos, tal como as câmaras técnicas, o bom funcionamento destas estruturas indica o nível de organização das instituições participativas (FARIA; RIBEIRO, 2011).

A periodicidade das reuniões foi alvo do maior número de discordância no nível de institucionalização do CERH-MG, alcançando um percentual de 31%. A partir da leitura da agenda do CERH-MG, disposta na página da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2021a), percebe-se que as reuniões ordinárias são marcadas de forma trimestral. No que se refere à frequência de reuniões, Lima *et al.* (2014) mencionam que este atributo é um indicador de dinamização das atividades dos conselhos e confere um potencial de organização administrativa e organizacional. Destaca-se o trabalho realizado pelos autores, que concluiu que os conselhos que possuem reuniões mensais são aqueles mais bem institucionalizados. Desta feita, sugere-se que o CERH-MG avalie a sua periodicidade de reuniões a fim de garantir o melhor funcionamento da instituição.

Por fim, o último atributo avaliou a percepção dos conselheiros em relação à infraestrutura para reuniões. A maioria dos conselheiros (81%) considera adequada a infraestrutura, contra 12% de discordância e 4% de discordância total. As inferências a partir deste atributo ficam restritas ao ambiente virtual das reuniões, já que, desde o início da pandemia da Covid-19, as reuniões plenárias têm acontecido de forma remota. Embora a secretaria executiva tenha disponibilizado manuais orientativos para a participação dos conselheiros e da sociedade civil nas reuniões virtuais (SEMAD, 2021b), há conselheiros que não avaliaram este espaço como adequado. Faz-se necessário investigar os motivos para essa discordância, que pode ser tanto por dificuldades operacionais como por fatores intrínsecos à própria participação, por exemplo, a construção e o debate de ideias.

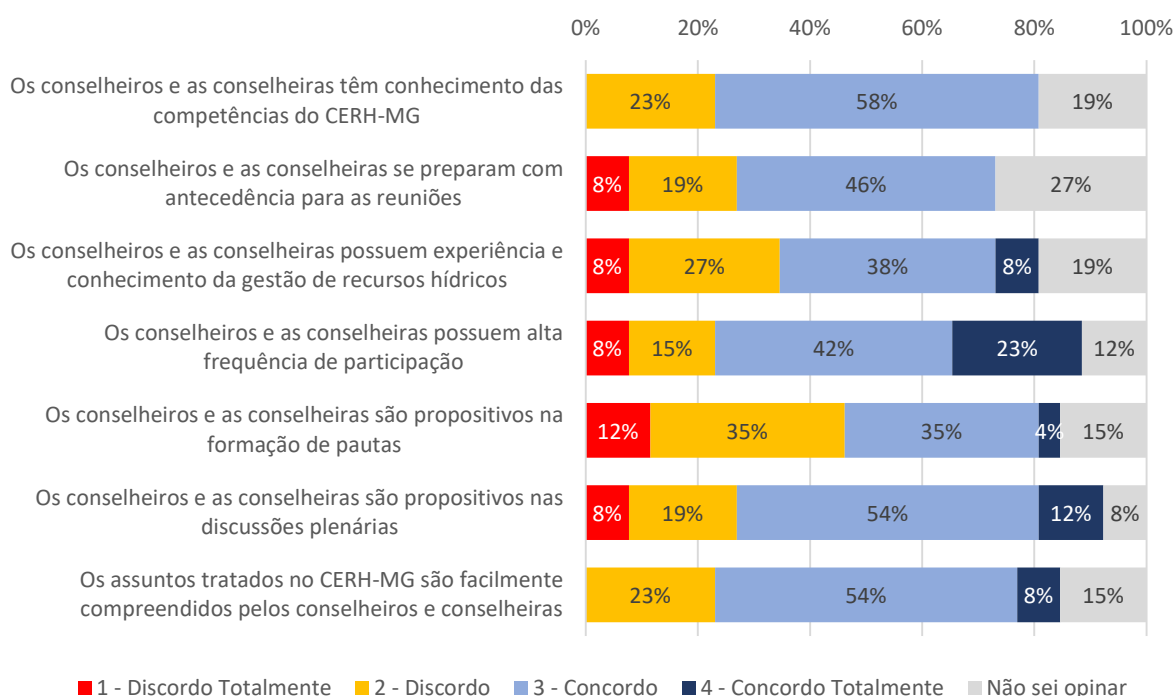
### **5.3.3 Dimensão 3 – Nível de Conhecimento e Engajamento**

No primeiro atributo desta dimensão, os conselheiros foram questionados sobre a existência da percepção do conhecimento quanto às competências do CERH-MG. Como órgão

colegiado consultivo, deliberativo e normativo central da Política Estadual de Recursos Hídricos, o CERH-MG possui 23 competências atribuídas a ele em seu decreto regulamentador, em particular, funções quanto ao estabelecimento de diretrizes para a promoção dos instrumentos de gestão de recursos hídricos (MINAS GERAIS, 2021).

Os resultados mostram que a maioria dos respondentes percebe que os conselheiros possuem conhecimento das competências (58% de concordância), embora nota-se a ausência de concordância total. Por outro lado, 23% discordam da assertiva, e outros 19% não souberam afirmar, conforme apresenta a Figura 9. Marcondes e Moreira (2021b) comentam haver dois fatos importantes que caracterizam um amadurecimento do CERH-MG, sendo o primeiro o aumento no número de atos decisórios publicados, e o segundo, a diversificação no cumprimento das competências. Posto isso, o conhecimento sobre as competências dos conselhos é fundamental para o seu cumprimento e, em última análise, para o exercício da função deliberativa normativa, demonstrando maturidade destas instituições em lidar com questões especialmente importantes.

**Figura 9** - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 3 – Nível de Conhecimento e Engajamento



Fonte: Os autores (2022).

Assim como no atributo anterior, na assertiva seguinte, em relação ao fato de os conselheiros se prepararem com antecedência para as reuniões, não houve concordância total

por parte dos respondentes. Os resultados mostram que 46% concordam que os conselheiros se preparam com antecedência contra outros 19% que discordam e 8% que discordam totalmente. Andrade (2000) nos diz que a preparação para reuniões se inicia antes mesmo da sua realização, e possíveis falhas preparatórias representam perda de tempo e hesitações nas comunicações. Desta forma, embora os encontros virtuais tragam vantagens para o aumento da produtividade, otimização do tempo e redução de custos (ASSUNÇÃO *et al.*, 2005), faz-se necessária uma preparação antecedente satisfatória para que os conselheiros consigam se comunicar adequadamente e, principalmente, relacionar os pontos de pauta com as suas respectivas opiniões.

A experiência dos conselheiros e o conhecimento da gestão de recursos hídricos foi um item avaliado com 46% dos respondentes concordando (38%) ou concordando totalmente (8%) com a afirmação. Observa-se que outros 35% discordam (27%) ou discordam totalmente (8%), representando o segundo maior percentual de discordância avaliado nesta dimensão. Estes resultados indicam que, embora os conselheiros apresentem um nível de escolaridade elevado, este fato não resulta em domínio de conhecimentos específicos e linguagem técnica necessária para uma boa participação. Fonseca, Burstyn e Moura (2012) explicam esta aparente contradição devido aos múltiplos assuntos tratados na temática gestão ambiental e à necessidade de conhecimentos técnico-científicos e jurídicos, fundamentais para uma atividade de excelência. Ações de capacitação devem ser tomadas como prioritárias, em particular, na instrução dos conselheiros quanto à compreensão das linguagens técnicas e jurídicas. Como benefício, além de contribuir com melhor qualidade de participação, pode-se prevenir a dominação de alguns setores mais instruídos em relação aos menos capacitados.

Com estreita relação à experiência e conhecimento dos conselheiros, perguntou-se se os assuntos tratados no CERH-MG são facilmente compreendidos por eles. Neste sentido, obteve-se uma taxa de 62% de concordância ou concordância total, com apenas 23% dos respondentes afirmando discordar da assertiva. Assim como na questão anterior, o acesso à linguagem e o entendimento dos assuntos propostos são indicativos importantes de qualidade na participação (CRUXÊN *et al.*, 2013). Desta forma, embora a maioria dos conselheiros tenha afirmado que os assuntos são facilmente compreendidos, ressalta-se a necessidade da uniformização do conhecimento como forma de incluir diversos públicos no debate.

Indo pelo lado do engajamento, três afirmações foram colocadas em análise: a frequência de participação, a proposição na formação de pautas e nas discussões plenárias. A frequência de participação dos conselheiros foi avaliada com o maior percentual de concordância total entre as afirmações desta dimensão, alcançando 23% dos respondentes,

sendo acompanhados por outros 42% de concordância. A importância da frequência de participação justifica-se não só pelo aumento da amplitude setorial dos debates, mas também pela necessidade de existência de quórum mínimo para início da reunião e deliberações importantes.

Quanto à proposição na formação de pautas, a maioria dos conselheiros que responderam à assertiva discordam (35%) ou discordam totalmente (12%) da afirmação. Essa temática é especialmente importante, pois vai ao encontro de estudos que demonstram que os conselhos têm atuado de forma reativa às demandas do poder executivo, e grande parte de seu esforço técnico e deliberativo está centrada na sua própria organização interna (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012; MARCONDES; MOREIRA, 2021b). A proatividade dos conselheiros em propor e discutir temas relevantes para a gestão dos recursos hídricos corresponde a uma das principais atividades finalísticas do CERH-MG, que é a definição e o planejamento amplo das políticas públicas. Desta forma, torna-se evidente a necessidade de expansão das temáticas discutidas pelo CERH-MG, pautadas pelos próprios conselheiros, rompendo com a tradição de atuação responsiva. Sabe-se, contudo, que o dever da definição de pauta é da presidência do CERH-MG - exercida pelo governo estadual - desta maneira, para atuação proativa dos conselheiros exige-se autonomia destes frente às decisões governamentais.

Por fim, foi avaliada a participação dos conselheiros também durante as discussões plenárias. A maioria dos respondentes concorda (54%) ou concorda totalmente (12%) que os conselheiros são propositivos durante os debates no CERH-MG. Embora não seja unanimidade, esta afirmação nos leva a inferir que o engajamento durante as reuniões é positivo, mostrando um poder de debate e resolução de conflitos característico de um órgão colegiado.

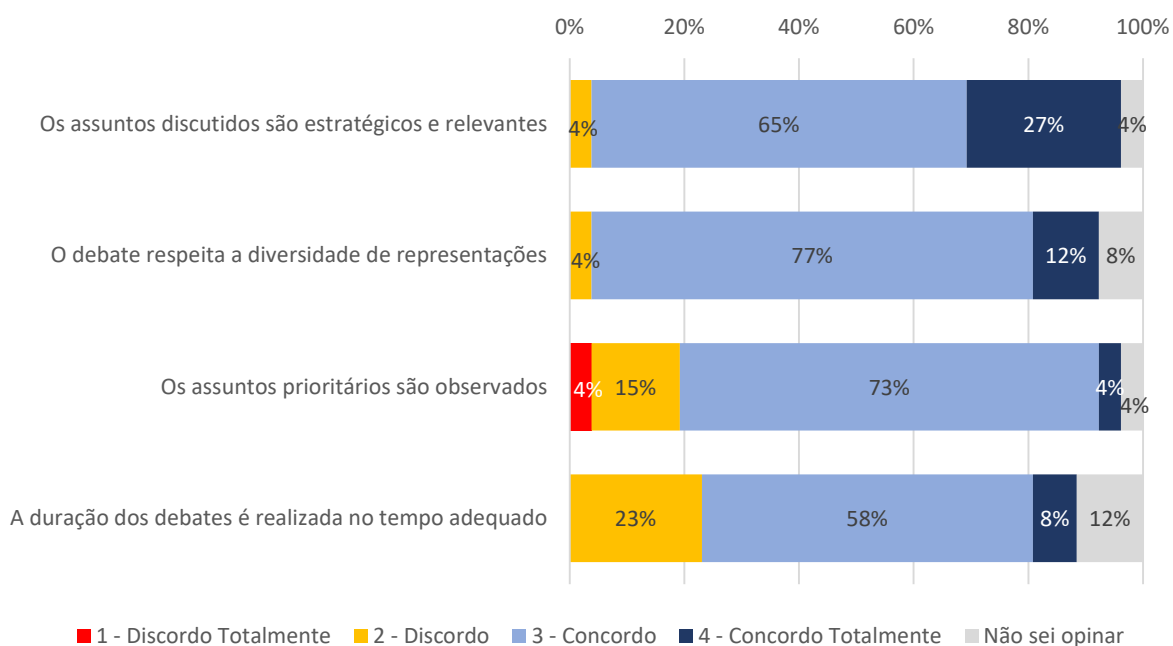
#### **5.3.4 Dimensão 4 – Nível de Debate**

As duas primeiras afirmações quanto ao nível de debate procuraram avaliar a percepção dos conselheiros quanto à relevância dos assuntos tratados no CERH-MG e se o debate respeita as diversas representações entre os segmentos, respectivamente. Conforme apresentado na Figura 10, há um alto percentual de concordância ou concordância total entre as assertivas, representando 92% na primeira questão e 89% na segunda. Estes resultados vão ao encontro da pesquisa realizada junto aos conselhos nacionais (CRUXÊN *et al.*, 2013), em que 78% dos respondentes afirmaram que as discussões são relevantes, dada a riqueza e diversidade de argumentos. O nível de debate, quando avaliado sob estas duas afirmações, confirma a importância do CERH-MG como órgão central do sistema de gerenciamento de

recursos hídricos e indica a sua capacidade em formar consensos na definição de políticas públicas.

A terceira questão proposta aos conselheiros buscou avaliar a observância aos assuntos prioritários. Neste sentido, 77% dos respondentes afirmaram que concordam ou concordam totalmente, contra 15% de discordância e 4% de discordância total. A discussão acerca do estabelecimento de prioridades visa tornar a reunião mais objetiva e com foco nos assuntos que realmente interessam àquele órgão colegiado. Cruxên *et al.* (2013) pressupõem que exista uma certa tensão entre a definição de prioridade de discussão e a autorização de um conselheiro trazer à tona temas não tão objetivos. Por isso, a condução da reunião pelo seu presidente, bem como a existência de um regimento interno sólido, ajuda na qualidade do debate e na transparência sobre as regras de discussão.

**Figura 10** - Resultados dos atributos avaliados na Dimensão 4 – Nível de Debate



Fonte: Os autores (2022).

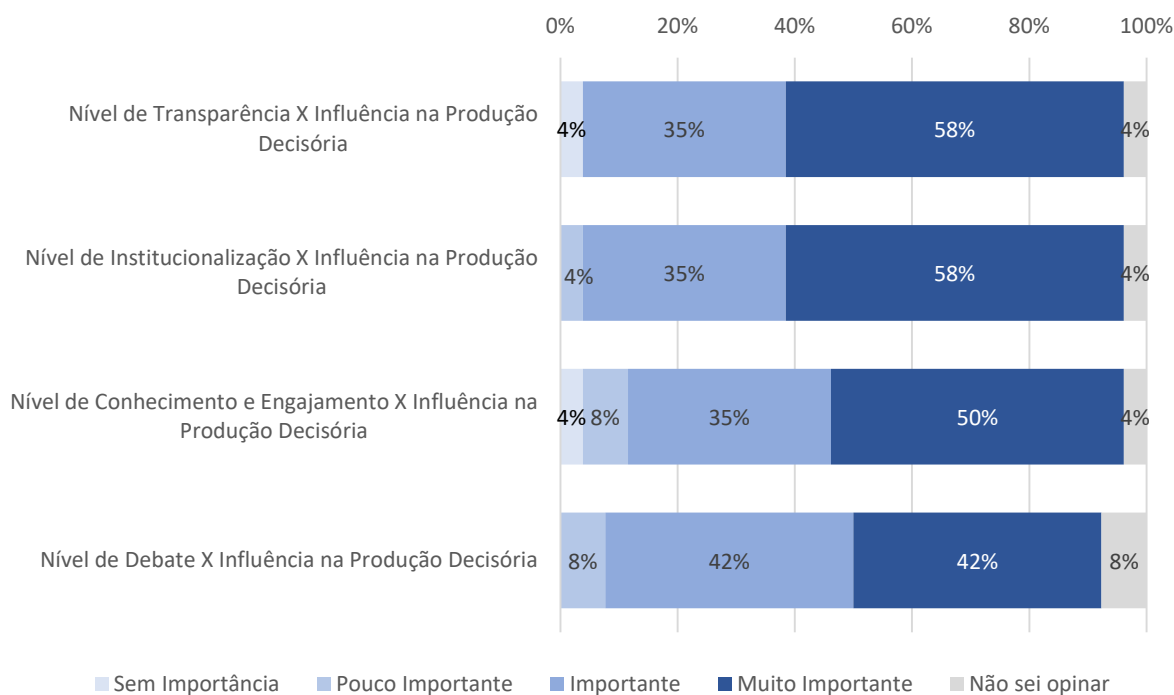
Almeida e Tatagiba (2012) explicam que os conselheiros já exercem diversas atividades e acumulam funções, por isso, é preciso "criar vazios produtivos na agenda dos conselhos", de modo que os seus representantes possam de fato contribuir para a política pública amplamente. Assim sendo, o estabelecimento de prioridades entre as discussões e a otimização do tempo dos conselheiros podem maximizar o desempenho do CERH-MG, consequentemente, com frutos no desenvolvimento da política.

A realização do debate no tempo adequado foi vista como positiva para 66% dos conselheiros, sendo que cerca de 23% dos respondentes afirmaram discordar da questão. Assim como houve um maior percentual de discordância quanto à frequência de reuniões (Dimensão 2), observou-se certo descontentamento com relação à duração delas. Pode-se inferir que assuntos burocráticos podem tornar as reuniões mais morosas, cuja qualidade do debate e, por consequência, o seu tempo de realização se mostram insuficientes. Portanto, sugere-se que novas metodologias de discussão possam ser levantadas, de modo que as reuniões possam ser mais frequentes e de menor duração, tornando-as mais produtivas e indo ao encontro das melhores práticas.

### 5.3.5 Dimensão X Produção Decisória

As quatro dimensões anteriormente avaliadas foram contrapostas quanto ao seu impacto na produção decisória do CERH-MG, conforme apresenta a Figura 11. Isto é, o quanto a dinâmica interna ou externa do conselho pode impactar na deliberação de atos administrativos frutos das decisões plenárias.

**Figura 11** - Relação entre as dimensões e o impacto na produção decisória do CERH-MG



Fonte: Os autores (2022).

Observa-se que os níveis de transparência e de institucionalização do CERH-MG foram tidos como aqueles mais importantes na percepção dos conselheiros, com 93% dos respondentes afirmando serem importantes (35%) ou muito importantes (58%). Este resultado nos leva a concluir que as questões externas ao conselho, tais como ampla divulgação de seus processos, canais de comunicação com a sociedade, atuação da secretaria executiva, periodicidade de reuniões, infraestrutura, decreto regulamentador, entre outras, são os quesitos mais importantes para a consecução da atividade-fim do CERH-MG.

Salienta-se que, embora os conselheiros tenham também o papel de colaborar na melhoria das questões anteriormente citadas, cabe ao poder público executivo estabelecer as condições necessárias de transparência e melhor institucionalização do CERH-MG para que ele cumpra o seu papel na PERH de forma plena.

Na sequência das dimensões que mais influenciam a produção decisória, segundo a percepção dos conselheiros, estão o nível de conhecimento e engajamento e o nível de debate, com 85% e 84%, respectivamente, afirmando serem importantes ou muito importantes. Nota-se que a grande maioria dos conselheiros considera que as questões internas também impactam significativamente nas decisões do CERH-MG. Neste cenário, considera-se fundamental a observância do órgão gestor quanto aos principais atributos de discordância apresentados na pesquisa, visando ao aprimoramento de seus administrativos e processos e oferecendo oportunidades de capacitação técnica e jurídica aos seus conselheiros.

## **5.4 Conclusão**

Embora os resultados apresentados não representem a opinião da totalidade dos integrantes do CERH-MG, as análises podem ser trabalhadas de forma exploratória, fornecendo um indício sobre os atributos avaliados. A taxa de resposta dos conselheiros ao questionário pode ser considerada razoável, tendo em vista a existência de dois suplentes para cada conselheiro titular, aumentando o número total da população em estudo. Por outro lado, considera-se satisfatório o fato de pouco mais de um terço dos conselheiros titulares terem respondido ao *Survey* de forma espontânea.

Tornaram-se perceptíveis o alto grau de escolaridade dos participantes e a experiência na participação em mais de três anos como conselheiro do CERH-MG. Essa característica é importante para a interpretação e o julgamento dos atributos colocados em avaliação, tornando os resultados da pesquisa mais robustos. Não obstante, o nível de escolaridade não reflete necessariamente em conhecimento da gestão ambiental e de recursos hídricos. Essa aparente

contradição pode refletir no desempenho na medida em que o conhecimento especializado é cada vez mais exigido e condição fundamental para uma atuação de excelência.

As fragilidades encontradas giram em torno tanto de fatores externos (transparência e institucionalização) ao conselho quanto também de cunho interno (conhecimento, engajamento e debate). No que diz respeito aos fatores externos, chama a atenção o julgamento quanto aos adequados canais de comunicação com a sociedade e a periodicidade das reuniões. Ambos os atributos obtiveram avaliação negativa para mais de 30% dos respondentes, o que significa uma prioridade a ser observada pelo órgão gestor no aprimoramento da visibilidade, transparência e produtividade do Conselho. Quanto aos atributos intrínsecos aos próprios conselheiros, a priorização pode ser iniciada na capacitação de seus membros quanto às pautas hídricas, de forma que os representantes possam ser cada vez mais participativos em plenária e grupos técnicos, migrando de uma atuação responsiva para uma atuação proativa.

Todas as dimensões avaliadas foram vistas com influência positiva na produção decisória do CERH-MG. Essa característica nos leva a concluir que os atributos colocados em avaliação têm papel determinante para uma efetiva gestão de recursos hídricos. Portanto, a melhoria contínua e sinérgica das dimensões avaliadas tende a causar impacto positivo na produtividade do Conselho e, por consequência, na qualidade e quantidade das águas.

Os estudos relacionados à efetividade das instituições participativas elucidam questões acerca do funcionamento deliberativo, capacidade decisória, organização social e democrática e capital intelectual, sendo, principalmente, importantes instrumentos de avaliação sobre a conjuntura na qual essas instituições estão inseridas. A pesquisa aqui apresentada indica caminhos de atuação para órgão gestor e, por óbvio, não esgota a temática, sendo fundamental que outros estudos possam complementar e ir além do debate proposto.

## **6 PRODUTO TÉCNICO**

O Produto Técnico desenvolvido tem como base o resgate censitário dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG, bem como a sua classificação quanto aos instrumentos de gestão da PERH e às competências do Conselho, conforme descrito no artigo intitulado “Gestão das Águas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG: Análise, Classificação e Panorama dos Atos Administrativos nos últimos 20 anos”, apresentado no Capítulo 4.

O produto consiste em um aplicativo no formato de planilha eletrônica do Microsoft Excel denominado “Buscador de Deliberações CERH-MG”. Segundo a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019), um *software* ou aplicativo é “um conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador, a fim de obter um determinado resultado”.

Desta forma, o objetivo do “Buscador de Deliberações CERH-MG” é oferecer, de forma simples e objetiva, todo o conteúdo já deliberado pela CERH-MG no intervalo pesquisado, possibilitando a busca detalhada e categorizada de acordo com o interesse do usuário. A planilha eletrônica contém duas abas, além do buscador: a lista de instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e a lista de competências do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG). Ambas as relações contêm os critérios adotados para classificação dos atos administrativos.

A aba principal apresenta instruções de utilização e dos filtros propostos para a busca de deliberações emitidas pelo CERH-MG. Além disso, caso o usuário deseje realizar buscas simultâneas, as instruções informam qual o procedimento a ser realizado, por meio dos campos “limpar” e “pesquisar”. Apresenta-se, na Figura 12, a tela principal a que o usuário terá acesso.

**Figura 12** - Tela principal do Produto Técnico

Buscador de Deliberações do CERH-MG

**Instruções:**

- 1 - Selecione um ou mais filtros nas listas suspensas e clique em "Pesquisar"
- 2 - Para desfazer um ou mais filtros, clique em "Limpar" e depois em "Pesquisar"
- 3 - Selecione mais de um filtro caso deseje resultados específicos
- 4 - Consulte as abas "Listas" da planilha para maiores informações sobre: Instrumentos, competências e assuntos

Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos

Competências do CERH-MG

LIMPAR PESQUISAR

Fonte: O autor (2021)

Destaca-se que o público-alvo da ferramenta são os gestores do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) e pesquisadores da área, já que a reunião

de todo o conteúdo deliberado pelo CERH-MG, categorizado por áreas de interesse, poderá ser útil no conhecimento e proposição de adequações ou novos normativos. Não obstante, dadas as novas deliberações e constantes atualizações, faz-se necessária uma atualização contínua do banco de dados para melhor utilização do produto. Por fim, todos os atos administrativos coletados entre 1999 e 2019 que fazem parte da pesquisa e do Produto Técnico podem ser visualizados no APÊNDICE.

### **6.1 Critérios para o produto técnico-tecnológico (PTT)**

Segundo a Capes (2019), há cinco critérios que auxiliam na validação de um produto técnico-tecnológico (PTT), a saber: aderência (obrigatório), aplicabilidade, impacto, inovação e complexidade.

A aderência de um PTT está relacionada com a linha de pesquisa e o projeto desenvolvido no âmbito do programa de pós-graduação. Dessa maneira, o produto elaborado tem estreita relação com o tema “Planejamento e Gestão Ambiental”, pois apresenta como objetivo a ampliação do conhecimento sobre os normativos e decisões emitidos pelo CERH-MG, órgão normativo e deliberativo central da Política Estadual de Recursos Hídricos. Ademais, o produto foi fruto do segundo artigo (Capítulo 4), presente nesta dissertação.

A facilidade e a abrangência (incluindo sua replicabilidade) com que o produto pode atingir o público desejado são descritas como a sua aplicabilidade. A ferramenta construída foi pensada com o intuito de ser autoexplicativa e de ampla usabilidade, já que as planilhas eletrônicas são bem difundidas no meio acadêmico e profissional. Além disso, dado o seu formato de aplicativo, na qual o usuário não precisa dominar o uso da ferramenta, aumenta-se a gama de utilização do produto. As limitações ficam por conta da necessidade de instalação prévia do Microsoft Office e da posse de um computador, tendo em vista que o aplicativo contém macro em sua composição. Por último, o PTT possui ampla abrangência, principalmente para gestores e pesquisadores da área, podendo ser útil no conhecimento e proposição de adequações ou novos normativos.

Como o PTT ainda não pôde ser utilizado pelo público-alvo, considera-se que os seus impactos (mudanças causadas) são potenciais. A criação do produto advém da necessidade da reunião dos atos administrativos publicados pelo CERH-MG, categorizados por assuntos de interesse. Desse modo, conforme citado acima, a sua utilização é para um público específico, visando contribuir na organização das informações e fornecer à comunidade, em especial, à

área ambiental, melhor conhecimento sobre os seus atos. Embora a abrangência dos atos e do produto seja estadual, pode ser replicado para outras regiões do Brasil.

A inovação, segundo a Capes (2019), pode ser uma “modificação de algo já existente ou a criação de algo novo”. Neste sentido, o produto elaborado teve como base o conteúdo publicado (atos administrativos), para, a partir dele, ser criado algo inédito, como a sua compilação e classificações posteriores. No entanto, o desenvolvimento não foi realizado com base em conhecimento inédito, mas sim na combinação de conhecimentos preestabelecidos, por exemplo, entre as leis, decretos, deliberações e metodologia de análise documental. Portanto, considera-se a produção com médio teor inovativo.

O entendimento acerca dos conceitos de complexidade é semelhante ao da inovação, na medida em que, quanto maior o conhecimento necessário para elaboração e desenvolvimento do produto, maior a sua complexidade. Soma-se à ideia da complexidade a interação com diversos atores, sendo, também, diretamente proporcional. Por consequência, acredita-se que o PTT ora apresentado se enquadra em média complexidade.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou avaliar a efetividade do CERH-MG de forma inédita, unindo três metodologias distintas e, ao mesmo tempo, com estreita relação quanto ao seu conteúdo. Tornou-se evidente que os órgãos colegiados de recursos hídricos, incluindo os comitês de bacia hidrográfica, são essenciais para um sistema de gerenciamento que depende fundamentalmente do êxito em seu funcionamento. Diversas constatações sobre estas instituições demonstraram pouco incentivo estatal, como apoio técnico, físico e financeiro, para uma condição deliberativa plena.

Por outro lado, os conselhos de recursos hídricos, embora também apresentem as suas deficiências, possuem tanto o capital intelectual quanto as condições institucionais mais bem fornecidas. No entanto, o alto grau de escolaridade dos conselheiros não implica necessariamente em conhecimento especializado da gestão ambiental e de recursos hídricos. Portanto, tanto as entidades responsáveis pelas indicações às cadeiras quanto o órgão gestor devem ficar atentos, no intuito de oferecer aprimoramentos profissionais que os capacitem para o exercício da função.

Os órgãos colegiados permitem que a sociedade, através de seus diversos interlocutores, construa conjuntamente as políticas públicas para que o executivo tome as ações em benefício de uma gestão eficiente. É inegável que a democracia participativa é uma

conquista da sociedade e permanecerá nas melhores práticas de gestão pública. A análise dos atos administrativos do CERH-MG revelou uma participação efetiva na gestão de águas no Estado, embora alguns instrumentos de gestão ainda careçam de regulamentação. Deve-se notar, no entanto, que a atuação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos é conjunta. Dessa maneira, muitas ações devem ser iniciadas em âmbito local, sendo de competência dos comitês de bacia hidrográfica iniciar esse processo, sob pena de fragilização de todo o sistema. Para que não se torne apenas mais um aparato estatal com pouca efetividade, fica evidente a necessidade de fortalecimento dessas instituições.

A reunião dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG mostrou-se satisfatória, embora tenham sido encontradas dificuldades em reunir todas as deliberações, sendo necessária incessante busca pela Imprensa Oficial do Estado. A transparência das ações institucionais - neste caso, amplia-se a abordagem para todos os comunicados, agendas, pautas, pareceres e documentos cuja informação seja pública - deve ser mantida nos portais oficiais de forma expandida e de fácil acesso. Ademais, acrescenta-se como um ponto de atenção, no que se refere à transparência, os canais de comunicação do Conselho com a sociedade, os quais foram percebidos como insuficientes.

O desafio de mobilização social para melhor participação e engajamento é outro aspecto percebido. A atuação responsiva dos conselhos a demandas do executivo ou externas não deve ser considerada regra. A proatividade dos conselheiros em propor ações, normas e orientações é fator essencial e que nos remete à razão de sua criação. Entretanto, para que ocorra de maneira precisa, faz-se necessário que pelo menos duas premissas sejam satisfeitas. A primeira consiste em garantir autonomia aos conselheiros para que eles sejam realmente escutados pela mesa diretora – responsável por pautar os assuntos – e, a segunda, que os seus membros estejam preparados e capacitados para a representação.

Sabe-se que o monitoramento da efetividade perpassa por diversos caminhos, e, portanto, o estudo aqui apresentado não pode e nem deve ser único. Forneceu-se uma avaliação sobre o CERH-MG que serve de balizamento para o trabalho dos órgãos gestores de recursos hídricos e parâmetros para pesquisas futuras. Espera-se que os pontos de atenção apresentados nos artigos possam ser considerados no aperfeiçoamento destas instituições participativas. Por fim, sugere-se que novas pesquisas envolvendo os conselhos e os comitês de bacia hidrográfica possam abranger novas variáveis metodológicas e se dilatarem no monitoramento da execução da política hídrica, tendo como fato motivador as normatizações advindas destes órgãos colegiados.

## REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. **Pesquisa de Marketing**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, 756 p.
- ABERS, R.; JORGE, K. D. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 99–124, 2005.
- ABERS, R. N; FORMIGA-JOHNSON, R. M; FRANK, B; KECK, M. E; LEMOS, M. C. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 115-132, 2009.
- AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. **Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil. Gestão da Água**. 2021. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/gestaoagua>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **A compensação financeira e o seu município**. Brasília: ANEEL, 2007, 27 p.
- ALENCAR, J; CRUXÊN, I; FONSECA, I; PIRES, R; RIBEIRO, U. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, v. 15, p. 112-146, 2013.
- ALEXANDRE, J. W. C.; ANDRADE, D. F.; VASCONCELOS, A. P. Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item. In: **XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção**. Ouro Preto (MG), p. 8, 2003.
- ALMEIDA, D. C. R; CUNHA, E. S. M. A Análise da Deliberação Democrática: Princípios, Conceitos e Variáveis Relevantes. In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 109-123.
- ALMEIDA, C; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 68-92, 2012
- ALMEIDA, M. S. **O papel do comitê de bacia dos afluentes mineiros dos rios Mogi-Guaçu e Pardo (MG): uma análise da efetivação da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Alfenas, Poços de Caldas, MG, 2014.
- ALVES, F; SOUZA, M. Democracia participativa: os conselhos gestores de políticas públicas como mecanismo de participação popular. **Argumenta Journal Law**, n. 28. p. 107-124, 2018.
- ANDRADE, A.; ROSSETI J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011, 596 p.
- ANDRADE, T. S. **Como Administrar Reuniões: Participação Programada**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

AMORIM, L. F. C. **O conflito pelo uso da água e o comitê da bacia hidrográfica da Baixada Santista**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional e Direito Ambiental) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204. 2009.

ASSUNÇÃO, D. D; ZEVE, C. M. D; CABRAL, A. R. Y; NICOLAO, M. Trabalho Cooperativo: Uma Ferramenta de Apoio para Reuniões à Distância. **PRÁXIS - Revista de Divulgação Científica (Guaíba)**, Guaíba, v. 2, p. 1-5, 2005.

ATANAZIO, R. **Pagamento por serviços ambientais como política pública de segurança hídrica e desenvolvimento regional: análise de estratégias de comitês de bacias hidrográficas**. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

AVRITZER, L. A Qualidade da democracia e a questão da efetividade de participação: mapeando o debate. *In*: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 13-25.

AZEVEDO, F. Z; ALENCASTRE, C. E. N; RANZANI, A. J. T; CRIVELENTI, R. Política de Recursos Hídricos e a Gestão das Águas Subterrâneas: Experiência dos Comitês do Estado de São Paulo. *In*: **Simpósio de Hidrogeologia do Sul-Sudeste**, 1., 2007. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22162>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 519 p.

BARBOSA, F. D. **Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil**. 2019. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de São Carlos, 2019.

BARBOSA, F. D; HANAI, F. Y; SILVA, P. A. R. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês de Bacia Hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 3, p. 34-36, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm). Acesso em: 22 abr. 2020.

BRYMAN, A. **Research Methods and Organization Studies**. Great Britain: Routledge, 1989, 283 p.

CAMARGOS, L. M. M. **Governança de recursos hídricos: um estudo das percepções dos stakeholders sobre a gestão das águas no Estado de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2008.

CAMPOS, V. N. O. **O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México**. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Institucional – Missão e Objetivos**. 2020. Disponível em: [https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pinstitutional&Itemid=104](https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pinstitutional&Itemid=104). Acesso em: 20 out. 2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica - Relatório de Grupo de Trabalho**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CARDOZO, J. E. M. Princípios constitucionais da administração pública (de acordo com a Emenda Constitucional n.º 19/98). *In*: MORAES, A. **Os 10 anos da Constituição Federal**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 277–292, 2002.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 18 ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 92 p.

CARVALHO, M. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. (org.) **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Pólis, 2000, 144 p.

CASTILHO, J. H. M. **A governança da água no comitê da bacia hidrográfica do rio Paranaíba**. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Sanitária) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

CASTRO, C. N. **Gestão das Águas: Experiências Internacional e Brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2012 (Texto para Discussão, n. 1744).

CENDÓN, B. V; RIBEIRO, N. A; CHAVES, C. J. Pesquisas de survey: análise das reações dos respondentes. **Informação & Sociedade**, v. 24, p. 29-48, 2014.

CHINAQUE, F. F.; SANTOS, A. C. A.; MELO, I. B. N., MARQUES, S. C. M. O papel dos comitês de bacia nos processos de licenciamento ambiental: um estudo de caso do comitê de bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê (SP). **Revista Ambiente & Água**, v. 12, n. 6, p. 1068-1081, 2017.

COHEN, J. Procedure and substance in deliberative democracy. *In*: DANS, M. J. B.; REHG, W. (Dir. publ.). **Deliberative democracy**. Cambridge: MIT Press, 1997.

COSTA, A. L. **Participação, redes e capital social para a governança da água no Brasil: um olhar sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos**. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, M. A. M. **Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso do CBH Velhas (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CERH-MG - CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Deliberação Normativa nº 1, de 17 de agosto de 1999 (revogada)**. Estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG. Minas Gerais, 1999. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32836>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CERH-MG - CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Deliberação CERH-MG nº 260, de 26 de novembro de 2010**. Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15394>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CERH-MG - CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Deliberação Normativa nº 44, de 6 de janeiro de 2014**. Estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG. Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31675>. Acesso em: 22 abr. 2020.

COSTA, A. L. **Participação, redes e capital social para a governança da água no Brasil: um olhar sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos**. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, A. L.; MERTENS, F. Governança, redes e capital social no plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 153-170, 2015.

COSTA, M. A. M. **Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso do CBH Velhas (MG)**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CRUXÊN, I; ALENCAR, J; LIMA, P; RIBEIRO, U. **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. (Relatório de Pesquisa). Brasília: Ipea, 2013.

CUMMINS, R.A.; GULLONE, E. Why we should not use 5-point Likert scales: the case for subjective quality of life measurement. *In*: **International Conference on Quality of Life in Cities**. Singapore, 2000.

CUNHA, E. S. M; ALMEIDA, D. C. R; FARIA, C. F; RIBEIRO, U. C. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional [...] In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 125-135.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, p. 161–174, 2013.

DUARTE, J. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública – Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Editora Atlas, 2009

ECONSERVATION. Estudos e Projetos Ambientais. **Relatório de Controle Ambiental (RCA) das Adequações do Terminal Industrial da Imetame: relatório técnico - RT ECV 057/17**. Espírito Santo, 2017. Disponível em: [https://iema.es.gov.br/RIMA\\_2017](https://iema.es.gov.br/RIMA_2017). Acesso em: 25 nov. 2021.

FALEIROS, F; KAPPLER, C; PONTES, F. A. R; SILVA, S. S. D. C; GOES, F. D. S. N. D; CUCICK, C. D. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, 2016.

FARIA, C. F; RIBEIRO, U. C. Desenho Institucional: Variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 125-135.

FLORES, R. K; MISOCZKY, M. C. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 109-131, 2008.

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M; EÇA, R. F. Justiça ambiental e práticas de governança da água:(re) introduzindo questões de igualdade na agenda. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 19-38, 2013.

FREITAS, N. J. **Ato administrativo**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

FREITAS, S. S. **Análise sobre a discussão para implementação da cobrança pelo uso da água: desafios da gestão participativa no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê**. 2014. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FONSECA, I. F; BURSZTYN, M.; MOURA, A. M. M. Institucionalização da participação social nas políticas ambientais: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE**, 5., Florianópolis: Anppas, 2010.

FONSECA, I. F; BURSZTYN, M; MOURA, A. M. M. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 183-198, 2012.

FUJITA, M. S. L. A Identificação de Conceitos no Processo de Análise de Assunto para Indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 60–90, 2003.

GARCIA, A. C. M. C. **Plano de bacia e relatório de situação dos recursos hídricos: limitações técnicas e obstáculos políticos às suas efetivações em dois comitês de bacias do Estado de São Paulo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

GOHN, M. D. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p.223-244, 2011.

GOMES, C. S; REIS, R. P; GALIZONI, F. M; RIBEIRO, E. M. Comitês de Bacias Hidrográficas de rios do Médio São Francisco: possibilidades e desafios de gestão do uso da água. **In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**, 46., 2008, Rio Branco, Acre. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/108139>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How Many Interviews Are Enough?: An Experiment with Data Saturation and Variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59–82, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. 151 p.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Relatório final – Consolidação da 1ª etapa do Plano Estadual de Recursos Hídricos. 2006. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/PERH/perhnet.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH**. Relatório final – volume II: instrumentos de gestão de recursos hídricos. Belo Horizonte: IGAM, 2011, 348 p.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Portal Info Hidro, Planejamento de Recursos Hídricos**. 2020a. Disponível em: <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/planejamento-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 26 abr. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Escassez Hídrica**. 2020b. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/component/content/article/16/1553-escassez-hidrica>. Acesso em: 14 mai. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Comitês de bacias hidrográficas**. 2020c. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/sistema-de-generenciamento/comites-de-bacias-hidrograficas>. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. Banco de Notícias. **Decreto reorganiza estrutura do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**. 2021. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2609--decreto-reorganiza-estrutura-do-conselho-estadual-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 06 jan. 2022.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 315-338, 2003.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 2, p. 237–244, 2007.

JACOBI, P. R.; MONTEIRO, F. Capital social e desempenho institucional: discussão teórica e metodológica sobre comitês de bacias hidrográficas na região metropolitana de São Paulo - Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 25-45, 2006.

JOSHI, A; KALE, S; CHANDEL, S; PAL, D. K. Likert scale: Explored and explained. **British Journal of Applied Science & Technology**, v. 7, n. 4, p. 396, 2015.

LABRA, M. E. É possível aferir a qualidade da representação dos usuários nos conselhos de saúde? **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 106-117, 2008.

LABRA, M. E.; FIGUEIREDO, J. A. Associativismo, participação e cultura cívica: o potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.537-547, 2002.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 33-41.

LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 609–650, 2016.

LESSA, A. S. Transparência Ativa: como os relatórios de ouvidoria podem orientar a comunicação institucional dos órgãos públicos? **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman** – v. 1, n. 1, p. 37, 2018.

LIMA, P. P. F; ALENCAR, J. L. O; RIBEIRO, U. C; CRUXÊN, I. A; SOUZA, C. H. L. **Conselhos Nacionais: elementos constitutivos para sua institucionalização**. Texto para Discussão nº 1951. Ipea, 2014.

LOPES, M. M; RIBEIRO, M. L; TEIXEIRA, D. O comitê de bacia hidrográfica como foco de estudo em dissertações e teses. **Revista Uniara**, v. 18, n. 2, p. 113-125, 2015.

LUCIAN, R. Repensando o uso da escala Likert: tradição ou escolha técnica? **Revista Brasileira de Pesquisa de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 9, n. 1, p. 12–28, 2016.

LUZ, J. P. **A governança dos recursos hídricos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. 2017. Tese (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017.

MADRUGA, F. N. **O papel dos comitês de bacias de Santa Catarina no sistema nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos.** 2007. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2007.

MARCONDES, F. S; MOREIRA, S. M. Avaliação dos Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica: Uma Revisão Sistemática. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 9, n. 3, p. 216-230, 2021a

MARCONDES, F. S; MOREIRA, S. M. Gestão das águas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG: Análise, classificação e panorama dos atos administrativos nos últimos 20 anos. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 10, n. 2, p. 150-170, 2021b.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, S. M. S. **O Parlamento das águas: a experiência dos comitês de bacia hidrográfica na política de recursos hídricos em Sergipe.** 2015. 210 f. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

MEIER, M. A. **A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS.** 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.

MENEZES, B. M. **Recursos hídricos e participação: o caso do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas, face à lei nº 5.965/97.** 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Alagoas, 2006.

MESQUITA, L. F. G. Os comitês de bacias hidrográficas e o gerenciamento integrado na Política Nacional de Recursos Hídricos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 56–80, 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 26.961, de 28 de abril de 1987.** Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, CERHI. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 37.191, de 28 de agosto de 1995 (revogado).** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG - e dá outras providências. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 1995.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 41.578, de 8 de março de 2001.** Regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre Política Estadual de Recursos Hídricos. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 2001.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.314, de 7 de junho de 2006.** Contém o Regulamento do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 2006.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.501, de 5 de maio de 2014.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 2014.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.960, de 7 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre a implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos no Estado e dá outra providência. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 8 fev. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 2021.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.504, de 20 de junho de 1994 (revogada).** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 1994.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 1999.

MOREIRA, M. F. **Comitês de bacias hidrográficas de Pernambuco: dificuldades, avanços e desafios.** 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MOREIRA, T. M. X. **Gestão participativa no Ceará: análise dos comitês das sub-bacias hidrográficas do baixo e médio Jaguaribe.** 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Hídricos) -Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MORGADO, A. **A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira - avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração Online**, v. 2, n. 3, 2001.

PARDINI, D. J.; GONÇALVES, C. A.; CAMARGOS, L. M. M. A Água - Governança Pública de Recursos Hídricos: manifestações dos stakeholders em Minas Gerais. **Reuna**, v. 18, n. 4, p. 37-56, 2013.

PEREIRA, M. C. N. **Composição do comitê da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu-BA: análise da origem geográfica e do setor econômico representado por seus membros como fatores intervenientes na gestão participativa de recursos hídricos.** 2008. 203 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINTO, P. S. B; PAULA, M. M; ALVES, F. J. S. A Relação entre as experiências com a Pesquisa Científica nos cursos de Graduação e as dificuldades para elaboração de artigos no mestrado acadêmico. **SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, 14(1), 21–34, 2010.

PIRES, A. P. N. **O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: a gestão das águas e a transposição do Rio São Francisco.** 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PIRES, R. R.C; VAZ, A. C. N; ALMEIRA, A; SILVA, F. S; LOPEZ, F. G; ALENCAR, J. L. O. Em busca de uma síntese: Ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação.** Brasília: Ipea, 2011, p. 347-364.

PROTA, M. G. **Análise do processo participativo na gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo: um estudo de caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê–Jacaré.** 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

QUERMES, P. A. A. **Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia.** 2006. 334 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAICHELIS, R. Sistematização: os conselhos de gestão no contexto internacional. **Conselhos gestores de políticas públicas.** São Paulo: Pólis, p. 41-46, 2000.

RODRIGUES, E. G; AREND, S. C. A Política De Gestão Dos Recursos Hídricos No Rio Grande Do Sul: Sua Estrutura E Percepção Dos Comitês De Bacia Hidrográfica. In: **SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**, 44., 2006, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/147940/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

RODRIGUES, F. P. **A efetividade dos conselhos municipais de habitação: mecanismos entre decisão e implementação.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROMÃO, W. M.; MARTELLI, C. G. Estudo sobre as instituições participativas: o debate sobre a sua efetividade. **Revista Pensamento e Realidade**, p. 124-143, 2013.

SÁ, S. M. F. **Análise da integração funcional dos conselhos e órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos.** 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SANTOS, P. R.; GUGLIANO, A. A. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 3–19, 2015.

SARDINHA, A. C. **Comunicação e deliberação de políticas públicas: um estudo da participação nos conselhos de recursos hídricos da Região Norte**. 2019. 227 f. Tese (Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2019.

SCARPARO, A. L. S; MARQUES, T. B. I; DEL PINO, J. C. Construção e validação de conteúdo de questionário para identificação de crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 14, n. 2, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD. **Conselhos Estadual de Recursos Hídricos**. 2020. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/cerh>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD. CERH-MG. **Agenda Copam e CERH-MG**. 2021a. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/cerh/agenda>. Acesso em: 2 out. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD. CERH-MG. **Reuniões do Copam e CERH-MG**. 2021b. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/cerh/-reunioes-copam-e-cerh-acesso-remoto>. Acesso em: 2 out. 2021.

SENRA, J. B. **Água para todos: avaliação qualitativa do processo de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M.; PEREIRA, I. C. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. 2ª ed. Brasília: ANEEL, 2000, 207 p.

SIAM. **Sistema de Informações Ambientais**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Legislação Ambiental, 2020. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/Consulta.do>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, M. B; HERREROS, M. M. A. G; BORGES, F. Q. Gestão integrada dos recursos hídricos como política de gerenciamento das águas no Brasil. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 1, p. 101-115, 2017.

SIMPLICIO, C. G. **A efetividade da gestão de recursos hídricos em Minas Gerais: Avaliação das normas e dos processos de regulamentação das águas e seu distanciamento da percepção dos Stakeholders**. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, M. B; HERREROS, M. M. A. G; BORGES, F. Q. Gestão integrada dos recursos hídricos como política de gerenciamento das águas no Brasil. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. 1, p. 101-115, 2017.

SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação e Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 19–34, 2014.

TEIXEIRA, A. C. C; MORONI, J. A; MARX, V. Políticas de participação e novas institucionalidades democráticas no contexto brasileiro recente. In: SERAFIM, L; MORONI, J. A (org.), **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Instituto Pólis/INESC, 2009.

TEIXEIRA, L.; SILVA, J.; LIMA, H. Administração no sistema prisional - um estudo das competências gerenciais. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 2, p. 55-67, 2011.

TRINDADE, L. L. **Gestão Integrada de Recursos Hídricos: papel, potencialidades e limitações dos comitês de bacias hidrográficas**. 2016. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

TRINDADE, M; SANTOS, A. M. **Regulação e Autorregulação no Brasil e a crise internacional**. Espaço Jurídico BM&FBOVESPA, 2009. Disponível em: <https://www.bsmsupervisao.com.br/assets/file/BSM-Artigo-MarceloTrindade-e-AlineMenezesSantos.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

VAZ, A. C. N. Da Participação à Qualidade da Deliberação em Fóruns Públicos: O Itinerário sobre Conselhos no Brasil. In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 91-107.

VEDOVOTO, G. L; NETO, M. D. A; RIBEIRO, L. F. M. Considerações sobre a implementação de comitê de bacias hidrográficas de rios federais – o caso do comitê de bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. **Sociedade brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Fortaleza, CE, 2006. Trabalho apresentado no 44º Congresso, 23-24 julho, 2006.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C (org.), **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: Ipea, 2011, p. 43-51.

ZARIFIAN, P. **Objetivo Competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001, 197 p.

**APÊNDICE – Atos Administrativos coletados entre 1999 e 2019**

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação Normativa CERH-MG	1	17/08/1999	Estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos–CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32836">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32836</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	2	15/12/2000	Institui a Unidade Técnica - UT do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=174">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=174</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	3	10/04/2001	Estabelece os critérios e valores para indenização dos custos de análise, publicações e vistoria dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=169">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=169</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	4	18/02/2002	Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=176">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=176</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	5	02/08/2002	Institui a Unidade Técnica - UT do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=175">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=175</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	6	04/10/2002	Estabelece as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5704">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5704</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	7	04/11/2002	Estabelece a classificação dos empreendimentos quanto ao porte e potencial poluidor, tendo em vista a legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=180">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=180</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	8	08/10/2003	Estabelece critérios objetivos para aplicação da sanção de multa em infração à legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	9 - As penalidades	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=181">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=181</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação Normativa CERH-MG	9	16/06/2004	Define os usos insignificantes para as circunscrições hidrográficas no Estado de Minas Gerais.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=209">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=209</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	10	16/06/2004	Estabelece diretrizes gerais para formação, organização e funcionamento de câmaras técnicas especializadas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=210">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=210</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	11	16/06/2004	Institui, em caráter permanente, a Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=211">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=211</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	12	16/06/2004	Institui, em caráter permanente, a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=212">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=212</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	13	16/06/2004	Institui, em caráter permanente, a Câmara Técnica Planos de Recursos Hídricos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=213">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=213</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	14	22/09/2004	Estabelece dispositivos transitórios para aplicação da Deliberação Normativa CERH n.º 8, de 8 de outubro de 2003, que dispõe sobre critérios objetivos para aplicação da sanção de multa em infração à legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	9 - As penalidades	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3707">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3707</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	15	22/09/2004	Altera a Deliberação Normativa CERH-MG n.º 06, de 04 de outubro de 2002, que estabelece as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3708">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3708</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	16	19/05/2005	Estabelece medidas emergenciais de recuperação e uso sustentável da bacia do rio Riachão.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=4948">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=4948</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação Normativa CERH-MG	17	08/06/2005	Institui a Unidade Estadual de Execução do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani e dá outras providências.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5338">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5338</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	18	21/12/2005	Altera a Deliberação Normativa CERH-MG n.º 06, de 04 de outubro de 2002, que estabelece as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5340">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5340</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	19	28/06/2006	Regulamenta o art. 19, do Decreto 41.578/2001 que dispõe sobre as agências de bacia hidrográfica e entidades a elas equiparadas e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8710">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8710</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	20	06/12/2007	Estabelece diretrizes gerais para a criação, organização e funcionamento de Câmaras Técnicas Especializadas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7670">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7670</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	21	25/08/2008	Estabelece as competências das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH-MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8318">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8318</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	22	25/08/2008	Dispõe sobre os procedimentos de equiparação e de desequiparação das entidades equiparadas da agência de bacia hidrográfica, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8337">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8337</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	23	12/09/2008	Dispõe sobre os contratos de gestão entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e as entidades equiparadas a Agências de Bacias Hidrográficas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8411">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8411</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	24	27/10/2008	Dispõe sobre procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos de água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8590">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8590</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	25	07/11/2008	Altera o inciso VI do Art.3º e o inciso III do Art. 5º da Deliberação Normativa CERH/MG Ndeg.21, de 23 de outubro de 2008 que estabelece as competências das Câmaras	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8731">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8731</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG.		funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação Normativa CERH-MG	26	18/12/2008	Dispõe sobre procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos de água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9028">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9028</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	27	18/12/2008	Dispõe sobre os procedimentos para arrecadação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8977">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8977</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	28	08/07/2009	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para análise e emissão da declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos em corpo de água de domínio do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9973">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9973</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	29	28/07/2009	Altera a Deliberação Normativa CERH N.º. 03, de 10 de Abril de 2001, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	IOF (n.p-29/07/2009)
Deliberação Normativa CERH-MG	30	26/08/2009	Altera a Deliberação Normativa CERH/MG n.º 04, de 18 de fevereiro de 2002, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10450">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10450</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	31	26/08/2009	Estabelece critérios e normas gerais para aprovação de outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor, pelos comitês de bacias hidrográficas.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10452">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10452</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	32	28/10/2009	Altera a Deliberação Normativa CERH N.º. 03, de 10 de Abril de 2001, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11530">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11530</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	33	20/11/2009	Define o uso insignificante de poço tubulares situados nos municípios da região semi-árida constantes do Anexo Único desta Deliberação Normativa e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11990">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11990</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					outorga de recursos hídricos	
Deliberação Normativa CERH-MG	34	16/08/2010	Define o uso insignificante de poços tubulares localizados nas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos que menciona e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14468">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14468</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	35	13/10/2010	Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15090">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15090</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	36	23/12/2010	Padroniza a utilização dos nomes, siglas e códigos das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) do Estado de Minas Gerais.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15534">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15534</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	37	04/07/2011	Estabelece procedimentos e normas gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos relativa a atividades minerárias, diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água - PUA e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17994">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17994</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	38	21/11/2011	Reabre o prazo para cadastramento dos poços tubulares nas Unidades de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH SF6, SF7, SF8, SF9, SF10, JQ1, JQ2, JQ3, PA1, MU1, ou nas bacias dos Rios do Jucuruçu e Itanhém, nos termos da Deliberação Normativa CERH Nº 34/09 e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19735">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19735</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	39	19/10/2011	Altera a Deliberação Normativa nº 19, de 28 de junho de 2006.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21396">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21396</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	40	13/12/2011	Altera as Deliberações Normativas nº 19, de 28 de junho de 2006, nº 21, de 25 de agosto de 2008, nº 22, de 25 de agosto de 2008 e nº 35, de 13 de outubro de 2010.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21397">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21397</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação Normativa CERH-MG	41	22/03/2012	Regulamenta o Art. 3º do Decreto Estadual nº 45.230, de 03 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23655">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23655</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	42	10/09/2013	Altera o artigo 4º da Deliberação Normativa nº 19, de 28 de junho de 2006.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=29956">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=29956</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	43	06/01/2014	Estabelece critérios e procedimentos para a utilização da outorga preventiva como instrumento de gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31635">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31635</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	44	06/01/2014	Estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31675">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31675</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	45	30/10/2014	Altera a Deliberação Normativa CERH n.º 41/2012, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35355">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35355</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	46	30/12/2014	Dispõe sobre o uso de recursos públicos oriundos do FHIDRO e da Cobrança pelo Uso da Água para a concessão de diárias, custeio de viagem, transporte e serviços de telefonia móvel.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36595">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36595</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	47	30/12/2014	Alterao artigo 8º da Deliberação Normativa nº 26, de 18 de dezembro de 2008.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36615">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36615</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	48	30/12/2014	Altera os artigos 12 e 14 da Deliberação Normativa CERH/MG N° 37,de 04 de julho de 2011.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36815">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36815</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação Normativa CERH-MG	49	25/03/2015	Estabelece diretriz e critérios gerais para a definição de situação crítica de escassez hídrica e estado de restrição de uso de recursos hídricos superficiais nas porções hidrográficas no Estado de Minas Gerais.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37775">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37775</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	50	09/10/2015	Altera a Deliberação Normativa CERH nº 49, de 25 de março de 2015.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39159">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39159</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	51	25/02/2016	Uniformiza regras e procedimentos para a análise das prestações de contas das viagens a serviço realizadas de 01/01/2010 até 31/12/2014 com os recursos públicos oriundos da Cobrança pelo Uso da Água.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40295">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40295</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	52	30/06/2016	Estabelece as diretrizes gerais, os princípios e fundamentos para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41459">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41459</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	53	22/12/2016	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para definição dos lançamentos de efluentes em corpo de água a serem considerados como usos insignificantes e passíveis de Cadastro de Uso Insignificante.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44259">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44259</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	54	09/05/2017	Dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para a elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, bem como mecanismos e critérios de acompanhamento de sua implantação e dá outras providências.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44281">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44281</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	55	13/03/2018	Altera o artigo 17-A da Deliberação Normativa CERH-MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o período de prorrogação dos mandatos dos conselheiros eleitos dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46439">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46439</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	56	28/09/2018	Altera a Deliberação Normativa CERH - MG nº 28, de 08 de julho de 2009.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46998">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46998</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	57	13/12/2018	Altera Deliberação Normativa CERH - MG nº 07, de 4 novembro de 2002.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47521">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47521</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					outorga de recursos hídricos	
Deliberação Normativa CERH-MG	58	13/12/2018	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande - UPGRH GD1.	4 - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes	16 - Aprovar e orientar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47482">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47482</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	59	13/12/2018	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água da Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes - UPGRH GD2	4 - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes	16 - Aprovar e orientar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	<a href="http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/212527">http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/212527</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	60	13/12/2018	Altera a Deliberação Normativa CERH/MG n.º 04, de 18 de fevereiro de 2002, e Deliberação Normativa CERH/MG n.º 52, de 30 de junho de 2016, para fins de ajuste do prazo dos mandatos dos Comitês de Bacias Hidrográficas	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47522">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47522</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	61	13/12/2018	Estabelece as dimensões do monitoramento da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47469">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47469</a>
Deliberação Normativa CERH-MG	62	17/06/2019	Altera Deliberação Normativa CERH-MG n.º 09, de 16 de junho de 2004.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49178">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49178</a>
Deliberação CERH-MG	4	23/08/2005	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas / CBH - Velhas.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10970">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10970</a>
Deliberação CERH-MG	5	23/08/2005	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Reservatório Entorno de Furnas / CBH - Furnas.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	IOF (n.p-02/09/2005)
Deliberação CERH-MG	6	23/08/2005	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí / CBH - Sapucaí.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	IOF (n.p-02/09/2005)
Deliberação CERH-MG	7	14/12/2005	Estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG para o biênio 2005-2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6539">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6539</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	8	27/12/2005	Aprova Termo de Referência do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2006-2009.	1 - Plano Estadual de Recursos Hídricos	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6930">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6930</a>
Deliberação CERH-MG	9	03/01/2006	Dispõe sobre a criação de Grupo Técnico para a regulamentação das Agências de Bacia Hidrográfica e Entidades Equiparadas e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10950">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10950</a>
Deliberação CERH-MG	10	02/02/2006	Altera a Deliberação CERH nº 09, de 03 de janeiro de 2006, em seu Art. 2º, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	IOF (n.p-06/02/2006)
Deliberação CERH-MG	11	24/02/2006	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6931">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6931</a>
Deliberação CERH-MG	12	14/03/2006	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6932">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6932</a>
Deliberação CERH-MG	13	05/06/2006	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5610">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5610</a>
Deliberação CERH-MG	14	21/07/2006	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5855">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5855</a>
Deliberação CERH-MG	15	09/08/2006	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5887">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5887</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	16	22/09/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5944">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5944</a>
Deliberação CERH-MG	17	22/09/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5945">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5945</a>
Deliberação CERH-MG	18	22/09/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5946">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5946</a>
Deliberação CERH-MG	19	22/09/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5947">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5947</a>
Deliberação CERH-MG	20	22/09/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5948">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5948</a>
Deliberação CERH-MG	21	28/09/2006	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5990">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5990</a>
Deliberação CERH-MG	22	26/10/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6141">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6141</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	23	26/10/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6142">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6142</a>
Deliberação CERH-MG	24	26/10/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6143">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6143</a>
Deliberação CERH-MG	25	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6150">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6150</a>
Deliberação CERH-MG	26	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6151">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6151</a>
Deliberação CERH-MG	27	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6152">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6152</a>
Deliberação CERH-MG	28	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6153">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6153</a>
Deliberação CERH-MG	29	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6154">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6154</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	30	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6155">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6155</a>
Deliberação CERH-MG	31	08/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6156">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6156</a>
Deliberação CERH-MG	32	20/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6301">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6301</a>
Deliberação CERH-MG	33	20/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6302">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6302</a>
Deliberação CERH-MG	34	22/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6303">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6303</a>
Deliberação CERH-MG	35	22/11/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6304">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6304</a>
Deliberação CERH-MG	36	04/12/2006	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6305">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6305</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	37	12/12/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6306">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6306</a>
Deliberação CERH-MG	38	12/12/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6307">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6307</a>
Deliberação CERH-MG	39	12/12/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6308">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6308</a>
Deliberação CERH-MG	40	12/12/2006	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6309">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6309</a>
Deliberação CERH-MG	41	31/01/2007	Aprova a composição da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Conselho Estadual de Recurso Hídricos de Minas Gerais – CTIG/CERH, biênio 2007/2009.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6438">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6438</a>
Deliberação CERH-MG	42	31/01/2007	Aprova a composição da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Conselho Estadual de Recurso Hídricos de Minas Gerais – CTPLAN/CERH, biênio 2007/2009.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6443">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6443</a>
Deliberação CERH-MG	43	09/02/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6445">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6445</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	44	09/02/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6447">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6447</a>
Deliberação CERH-MG	45	14/02/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6449">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6449</a>
Deliberação CERH-MG	46	01/03/2007	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6453">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6453</a>
Deliberação CERH-MG	47	09/03/2007	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6457">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6457</a>
Deliberação CERH-MG	48	09/03/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6459">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6459</a>
Deliberação CERH-MG	49	15/03/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6461">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6461</a>
Deliberação CERH-MG	50	15/03/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6463">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6463</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	51	15/03/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6465">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6465</a>
Deliberação CERH-MG	52	08/05/2007	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6832">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=6832</a>
Deliberação CERH-MG	53	09/07/2007	Estabelece a composição e designa os membros da Câmara Técnica Institucional e Legal, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CTIL/CERH, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7038">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7038</a>
Deliberação CERH-MG	54	10/07/2007	Designa membros da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CTIG/CERH-MG, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7041">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7041</a>
Deliberação CERH-MG	55	18/07/2007	Aprova a equiparação da entidade Associação Multissetorial de Usuário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Araguari à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7072">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7072</a>
Deliberação CERH-MG	56	18/07/2007	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB - Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7073">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7073</a>
Deliberação CERH-MG	57	18/07/2007	Altera Deliberação CERH N° 53, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7074">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7074</a>
Deliberação CERH-MG	58	20/07/2007	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7070">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7070</a>
Deliberação CERH-MG	59	30/07/2007	Revoga a Deliberação CERH N° 58, de 20 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7118">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7118</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	60	20/08/2007	Estabelece a designação dos membros da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais para o biênio de 2007 a 2009 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12370">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12370</a>
Deliberação CERH-MG	61	21/09/2007	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7270">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7270</a>
Deliberação CERH-MG	62	25/09/2007	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7271">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7271</a>
Deliberação CERH-MG	63	29/08/2007	Altera Deliberação CERH nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10910">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10910</a>
Deliberação CERH-MG	64	31/10/2007	Altera Deliberação CERH Nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7418">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7418</a>
Deliberação CERH-MG	65	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7450">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7450</a>
Deliberação CERH-MG	66	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7470">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7470</a>
Deliberação CERH-MG	67	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7471">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7471</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	68	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7472">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7472</a>
Deliberação CERH-MG	69	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7473">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7473</a>
Deliberação CERH-MG	70	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7474">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7474</a>
Deliberação CERH-MG	71	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7475">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7475</a>
Deliberação CERH-MG	72	12/11/2007	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7476">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7476</a>
Deliberação CERH-MG	73	12/11/2007	Altera Deliberação CERH Nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7477">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7477</a>
Deliberação CERH-MG	74	12/11/2007	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7478">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7478</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	75	14/11/2007	Aprova contrapartida financeira para execução do Programa PROÁGUA NACIONAL com recursos provenientes do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7492">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7492</a>
Deliberação CERH-MG	76	28/11/2007	Altera os membros da Unidade Regional Colegiada do Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, estabelecida pela Deliberação COPAM nº 166, de 01º de abril de 2005, e dá outras providências..	-	-	IOF (n.p-29/11/2007) e IOF (n.p-06/12/2007)
Deliberação CERH-MG	77	22/11/2007	Aprova a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10892">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10892</a>
Deliberação CERH-MG	78	22/11/2007	Aprova a equiparação da Associação Pró-Gestao das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP à Agência de Bacia Hidrográfica dos CBH's Pomba / Muriaé e Paraibúna / Preto, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10891">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10891</a>
Deliberação CERH-MG	79	22/11/2007	Aprova o Termo de Referência da Segunda Etapa do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	1 - Plano Estadual de Recursos Hídricos	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10890">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10890</a>
Deliberação CERH-MG	80	28/11/2007	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-29/11/2007)
Deliberação CERH-MG	81	28/12/2007	Altera Deliberação CERH Nº 42, de 31 de janeiro de 2007, que aprova a composição da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CTPLAN/CERH-MG, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7707">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7707</a>
Deliberação CERH-MG	82	28/12/2007	Altera Deliberação CERH-MG Nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7708">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7708</a>
Deliberação CERH-MG	83	28/01/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para análise da proposta de revisão do Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7831">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7831</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			recursos hídricos de domínio do Estado, e dá outras providências.		cobrança pelo uso de recursos hídricos	
Deliberação CERH-MG	84	28/01/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estabelecer diretrizes para a celebração de Contrato de Gestão e propor procedimentos para equiparação das Agências de Bacias, em revisão da Deliberação Normativa nº 19/2006, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7832">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7832</a>
Deliberação CERH-MG	85	07/02/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para análise da proposta de DN sobre outorga de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7850">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7850</a>
Deliberação CERH-MG	86	07/02/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para análise da proposta de DN sobre o enquadramento dos corpos de água, e dá outras providências	4 - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes	16 - Aprovar e orientar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7851">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7851</a>
Deliberação CERH-MG	87	15/02/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7874">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7874</a>
Deliberação CERH-MG	88	15/02/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7875">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7875</a>
Deliberação CERH-MG	89	15/02/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7876">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7876</a>
Deliberação CERH-MG	90	16/02/2008	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7881">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7881</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	90	16/02/2008	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12774">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12774</a>
Deliberação CERH-MG	91	29/02/2008	Estabelece as prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II, do SS1º, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8320">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8320</a>
Deliberação CERH-MG	92	03/03/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8321">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8321</a>
Deliberação CERH-MG	93	07/03/2008	Altera Deliberação CERH nº 083, de 28 de janeiro de 2008, que criou Grupo de Trabalho para análise da proposta de revisão do Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8322">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8322</a>
Deliberação CERH-MG	94	07/03/2008	Altera Deliberação CERH nº 083, de 28 de janeiro de 2008, que criou Grupo de Trabalho para análise da proposta de revisão do Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8323">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8323</a>
Deliberação CERH-MG	95	19/03/2008	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8324">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8324</a>
Deliberação CERH-MG	96	24/03/2008	Altera Deliberação CERH nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12790">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12790</a>
Deliberação CERH-MG	97	28/03/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8325">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8325</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais -FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	98	28/03/2008	Altera a Deliberação CERH nº 086, de 07 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para análise da proposta de DN sobre o enquadramento dos corpos de água, e dá outras providências.	4 - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes	16 - Aprovar e orientar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8326">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8326</a>
Deliberação CERH-MG	99	25/04/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de procedimentos para o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais -FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8327">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8327</a>
Deliberação CERH-MG	100	05/05/2008	Altera Deliberação CERH Nº 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8328">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8328</a>
Deliberação CERH-MG	101	20/05/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais -FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8329">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8329</a>
Deliberação CERH-MG	102	26/05/2008	Altera Deliberação CERH Nº 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8331">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8331</a>
Deliberação CERH-MG	103	09/06/2008	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8332">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8332</a>
Deliberação CERH-MG	104	12/06/2008	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8330">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8330</a>
Deliberação CERH-MG	105	16/06/2008	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8333">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8333</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	106	26/06/2008	Aprova os processos de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para atividades de grande porte e potencial poluidor ou degradador, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8002">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8002</a>
Deliberação CERH-MG	107	26/06/2008	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8335">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8335</a>
Deliberação CERH-MG	108	07/07/2008	Altera Deliberação CERH N° 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8026">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8026</a>
Deliberação CERH-MG	109	07/07/2008	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8027">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8027</a>
Deliberação CERH-MG	110	07/07/2008	Altera Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8028">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8028</a>
Deliberação CERH-MG	111	25/08/2008	Aprova conteúdo mínimo, conforme Quadro Informativo, para a elaboração de Relatório de Atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8319">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8319</a>
Deliberação CERH-MG	113	15/09/2008	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9104">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9104</a>
Deliberação CERH-MG	114	15/09/2008	Altera Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9105">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9105</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	115	09/10/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de diretrizes para as propostas de conversão de multas aplicadas, e dá outras providências.	9 - As penalidades	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9118">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9118</a>
Deliberação CERH-MG	116	13/10/2008	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10756">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10756</a>
Deliberação CERH-MG	117	28/10/2008	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Comitê da Sub Bacia Mineira do Rio Urucuia, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10755">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10755</a>
Deliberação CERH-MG	118	28/10/2008	Aprova a equiparação da equiparação Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá à Agência de Bacia, e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10754">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10754</a>
Deliberação CERH-MG	119	30/10/2008	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia do Rio Sapucaí, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10753">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10753</a>
Deliberação CERH-MG	120	30/10/2008	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia do Rio Suaçuí, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10790">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10790</a>
Deliberação CERH-MG	121	21/11/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10741">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10741</a>
Deliberação CERH-MG	122	21/11/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10740">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10740</a>
Deliberação CERH-MG	123	24/11/2008	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de Deliberação Normativa visando a definição de critérios e procedimentos para a aprovação de outorgas de	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10739">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10739</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			empreendimentos de grande porte pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, e dá outras providências.			
Deliberação CERH-MG	124	02/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10738">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10738</a>
Deliberação CERH-MG	125	02/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10737">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10737</a>
Deliberação CERH-MG	126	02/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10736">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10736</a>
Deliberação CERH-MG	127	04/12/2008	Aprova os processos de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para atividades de grande porte e potencial poluidor ou degradador, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10751">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10751</a>
Deliberação CERH-MG	128	05/12/2008	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10872">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10872</a>
Deliberação CERH-MG	129	23/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	IOF (n.p-29/12/2008)
Deliberação CERH-MG	130	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10735">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10735</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	131	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10734">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10734</a>
Deliberação CERH-MG	132	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10750">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10750</a>
Deliberação CERH-MG	133	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10733">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10733</a>
Deliberação CERH-MG	134	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10732">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10732</a>
Deliberação CERH-MG	135	30/12/2008	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10731">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10731</a>
Deliberação CERH-MG	136	30/12/2008	Altera a Deliberação CERH n.º 115, de 09 de outubro de 2008, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de diretrizes para as propostas de conversão de multas aplicadas, e dá outras providências.	9 - As penalidades	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10730">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10730</a>
Deliberação CERH-MG	137	19/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9099">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9099</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	138	19/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9100">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9100</a>
Deliberação CERH-MG	139	19/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9101">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9101</a>
Deliberação CERH-MG	144	29/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10713">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10713</a>
Deliberação CERH-MG	145	29/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10692">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10692</a>
Deliberação CERH-MG	146	29/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10712">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10712</a>
Deliberação CERH-MG	147	30/01/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10711">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10711</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	148	06/02/2009	Altera Deliberação CERH Nº 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10710">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10710</a>
Deliberação CERH-MG	149	05/03/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10871">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10871</a>
Deliberação CERH-MG	150	06/02/2009	Altera Deliberação CERH nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10691">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10691</a>
Deliberação CERH-MG	151	06/02/2009	Altera Deliberação CERH Nº 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10690">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10690</a>
Deliberação CERH-MG	152	12/03/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10679">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10679</a>
Deliberação CERH-MG	153	13/03/2009	Altera a Deliberação CERH n.º 115 de 09 de outubro de 2008, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de diretrizes para as propostas de conversão de multas aplicadas, e dá outras providências.	9 - As penalidades	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	IOF (n.p-16/03/2009)
Deliberação CERH-MG	154	18/03/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10678">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10678</a>
Deliberação CERH-MG	155	19/03/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10677">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10677</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	156	19/03/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10676">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10676</a>
Deliberação CERH-MG	157	19/03/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10675">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10675</a>
Deliberação CERH-MG	158	23/03/2009	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-24/03/2009)
Deliberação CERH-MG	159	30/03/2009	Altera Deliberação CERH N° 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-31/03/2009)
Deliberação CERH-MG	160	30/03/2009	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-31/03/2009)
Deliberação CERH-MG	161	16/04/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10674">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10674</a>
Deliberação CERH-MG	162	16/04/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10673">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10673</a>
Deliberação CERH-MG	163	16/04/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10672">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10672</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	164	17/04/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10671">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10671</a>
Deliberação CERH-MG	165	30/04/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10670">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10670</a>
Deliberação CERH-MG	166	14/05/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10654">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10654</a>
Deliberação CERH-MG	167	28/05/2009	Altera Deliberação CERH Nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10653">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10653</a>
Deliberação CERH-MG	168	28/05/2009	Altera Deliberação CERH Nº 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10652">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10652</a>
Deliberação CERH-MG	169	15/06/2009	Dispõe sobre a reabertura dos trabalhos do Grupo criado para análise da Deliberação Normativa sobre o enquadramento dos corpos de água, e dá outras providências.	4 - Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes	16 - Aprovar e orientar o enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas	IOF (n.p-16/06/2009)
Deliberação CERH-MG	170	20/05/2009	Prorroga o mandato dos atuais membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10651">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10651</a>
Deliberação CERH-MG	171	19/06/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9491">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9491</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	172	01/07/2009	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para análise do Manual de Procedimentos Técnicos para Obtenção de Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO) e dá outras providências.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10650">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10650</a>
Deliberação CERH-MG	173	08/07/2009	Aprova a desequiparação do Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Rios São João, Santana, Mogi-Guaçu, Pardo e Grande à Agência de Bacia Hidrográfica do CBH Mogi-Guaçu e Pardo.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10613">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10613</a>
Deliberação CERH-MG	174	09/07/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10633">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10633</a>
Deliberação CERH-MG	175	09/07/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10632">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10632</a>
Deliberação CERH-MG	176	15/07/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10612">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10612</a>
Deliberação CERH-MG	177	16/07/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10611">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10611</a>
Deliberação CERH-MG	178	17/07/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	IOF (n.p-20/07/2009)

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	179	21/07/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10631">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10631</a>
Deliberação CERH-MG	180	07/08/2009	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10630">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10630</a>
Deliberação CERH-MG	181	14/08/2009	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10390">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10390</a>
Deliberação CERH-MG	182	13/08/2009	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-31/08/2009)
Deliberação CERH-MG	183	26/08/2009	Aprova as prorrogações dos prazos para celebração dos contratos de gestão entre IGAM e as entidades equiparadas AGB Peixe Vivo e ABHA.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	14 - Reconhecer e orientar a formação de Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10471">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10471</a>
Deliberação CERH-MG	184	26/08/2009	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, na forma da Resolução do CBH Araguari n° 12, de 25 de junho de 2009.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10453">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10453</a>
Deliberação CERH-MG	185	26/08/2009	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, na forma da Deliberação Normativa do CBH Velhas n° 03, de 20 de março de 2009, com redação dada pela Deliberação Normativa do CBH Velhas n° 04, de 06 de julho de 2009.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10470">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10470</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	186	26/08/2009	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10472">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10472</a>
Deliberação CERH-MG	187	26/08/2009	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB - Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10473">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10473</a>
Deliberação CERH-MG	188	01/09/2009	Altera Deliberação CERH Nº 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10550">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=10550</a>
Deliberação CERH-MG	189	08/09/2009	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-10/09/2009)
Deliberação CERH-MG	190	28/09/2009	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11050">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11050</a>
Deliberação CERH-MG	191	21/10/2009	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11590">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11590</a>
Deliberação CERH-MG	192	04/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12011">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12011</a>
Deliberação CERH-MG	193	04/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12030">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12030</a>
Deliberação CERH-MG	194	06/11/2009	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11632">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=11632</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	195	23/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	IOF (n.p-24/11/2009)
Deliberação CERH-MG	196	23/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	IOF (n.p-24/11/2009)
Deliberação CERH-MG	197	26/11/2009	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12070">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12070</a>
Deliberação CERH-MG	198	27/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12090">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12090</a>
Deliberação CERH-MG	199	27/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12110">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12110</a>
Deliberação CERH-MG	200	27/11/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12130">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12130</a>
Deliberação CERH-MG	201	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12612">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12612</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	202	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12613">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12613</a>
Deliberação CERH-MG	203	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12615">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12615</a>
Deliberação CERH-MG	204	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12630">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12630</a>
Deliberação CERH-MG	205	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12616">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12616</a>
Deliberação CERH-MG	206	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12617">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12617</a>
Deliberação CERH-MG	207	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12631">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12631</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	208	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12632">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12632</a>
Deliberação CERH-MG	209	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12618">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12618</a>
Deliberação CERH-MG	210	02/12/2009	Recomenda e aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12633">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12633</a>
Deliberação CERH-MG	211	04/12/2009	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12470">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12470</a>
Deliberação CERH-MG	212	04/12/2009	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12392">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12392</a>
Deliberação CERH-MG	213	27/03/2009	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, na forma da Deliberação Normativa dos Comitês PCJ nº 021, de 18 de dezembro de 2008.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12391">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12391</a>
Deliberação CERH-MG	214	10/12/2009	Altera Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12350">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12350</a>
Deliberação CERH-MG	215	15/12/2009	Aprova a indicação do Agente Financeiro e do Agente Técnico para a cobrança pelo uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12414">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12414</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	216	15/12/2009	Aprova o Manual Financeiro e o Manual Técnico da cobrança pelo uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12415">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12415</a>
Deliberação CERH-MG	217	17/12/2009	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (n.p-18/12/2009)
Deliberação CERH-MG	218	18/12/2009	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12419">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12419</a>
Deliberação CERH-MG	219	22/12/2009	Aprova os processos de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para atividades de grande porte e potencial poluidor ou degradador, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12491">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12491</a>
Deliberação CERH-MG	220	28/12/2009	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12492">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12492</a>
Deliberação CERH-MG	221	20/01/2010	Aprova o processo de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para atividade de grande porte e potencial poluidor ou degradador, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12770">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12770</a>
Deliberação CERH-MG	222	19/03/2010	Altera Deliberação CERH Nº. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12971">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12971</a>
Deliberação CERH-MG	223	05/04/2010	Aprova o processo de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para atividade de grande porte e potencial poluidor ou degradador, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12973">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12973</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					falta do comitê de bacia	
Deliberação CERH-MG	224	08/04/2010	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos e normas gerais para a manifestação prévia dos usuários de recursos hídricos nos casos de outorga coletiva e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13030">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13030</a>
Deliberação CERH-MG	225	08/04/2010	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos e normas gerais de outorga de direito de uso de recursos hídricos relativa às atividades minerárias e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13091">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13091</a>
Deliberação CERH-MG	226	08/04/2010	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos e normas gerais para a concessão de outorga coletiva e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13110">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13110</a>
Deliberação CERH-MG	227	09/04/2010	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13111">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13111</a>
Deliberação CERH-MG	228	09/04/2010	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13130">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13130</a>
Deliberação CERH-MG	229	09/04/2010	Altera Deliberação CERH N° 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13131">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13131</a>
Deliberação CERH-MG	230	22/04/2010	Altera a Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, que estabelece a designação dos membros da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13146">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13146</a>
Deliberação CERH-MG	231	12/05/2010	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para definição dos critérios de avaliação de desempenho para fins de acréscimos ou supressões dos recursos repassados aos Comitês, bem como para a proposição de modelo do relatório	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13291">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13291</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			anual de atividades a ser apresentado, conforme determinação do Decreto Estadual nº 45.230/2009		atividades dos comitês de bacia	
Deliberação CERH-MG	232	12/05/2010	Aprova a equiparação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13273">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13273</a>
Deliberação CERH-MG	233	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13274">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13274</a>
Deliberação CERH-MG	234	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13275">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13275</a>
Deliberação CERH-MG	235	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pará.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13315">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13315</a>
Deliberação CERH-MG	236	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13276">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13276</a>
Deliberação CERH-MG	237	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=26655">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=26655</a>
Deliberação CERH-MG	238	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13278">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13278</a>
Deliberação CERH-MG	239	12/05/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13279">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13279</a>
Deliberação CERH-MG	240	14/05/2010	Altera Deliberação CERH Nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13331">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13331</a>
Deliberação CERH-MG	241	27/05/2010	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13410">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13410</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	242	31/05/2010	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13492">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13492</a>
Deliberação CERH-MG	243	11/06/2010	Altera Deliberação CERH nº 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13610">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13610</a>
Deliberação CERH-MG	244	11/06/2010	Altera a Deliberação CERH nº 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13593">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13593</a>
Deliberação CERH-MG	245	11/06/2010	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13594">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13594</a>
Deliberação CERH-MG	246	14/06/2010	Altera a Deliberação CERH-MG nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13652">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=13652</a>
Deliberação CERH-MG	247	28/06/2010	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14014">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14014</a>
Deliberação CERH-MG	248	28/06/2010	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14015">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14015</a>
Deliberação CERH-MG	249	06/08/2010	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14370">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14370</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	250	16/08/2010	Aprova a incorporação de estudos ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14469">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14469</a>
Deliberação CERH-MG	251	16/08/2010	Aprova os estudos sobre os aquíferos do Norte de Minas.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14470">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14470</a>
Deliberação CERH-MG	252	30/08/2010	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14531">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14531</a>
Deliberação CERH-MG	253	01/09/2010	Altera a Deliberação CERH-MG nº 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências. (Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” – 02/09/2010)	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14553">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14553</a>
Deliberação CERH-MG	254	17/09/2010	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14730">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14730</a>
Deliberação CERH-MG	255	21/09/2010	Altera a Deliberação CERH-MG nº 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14761">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14761</a>
Deliberação CERH-MG	256	13/10/2010	Aprova a composição da Câmara Técnica de Acompanhamento dos Contratos de Gestão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CTCG/CERH, biênio 2009/2011.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15091">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15091</a>
Deliberação CERH-MG	257	14/10/2010	Dispõe sobre a prorrogação de prazo por um período de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15111">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15111</a>
Deliberação CERH-MG	258	22/10/2010	Altera Deliberação CERH nº 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15190">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15190</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	259	12/11/2010	Altera Deliberação CERH N°. 256, de 13 de outubro de 2010, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15292">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15292</a>
Deliberação CERH-MG	260	26/11/2010	Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.	1 - Plano Estadual de Recursos Hídricos	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15394">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15394</a>
Deliberação CERH-MG	261	26/11/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15395">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15395</a>
Deliberação CERH-MG	262	26/11/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai e Pacuí.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15396">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15396</a>
Deliberação CERH-MG	263	26/11/2010	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15397">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15397</a>
Deliberação CERH-MG	264	10/12/2010	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21055">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21055</a>
Deliberação CERH-MG	265	10/12/2010	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21056">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21056</a>
Deliberação CERH-MG	266	27/12/2010	Aprova o processo de concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	8 - Aprovar outorga para empreendimentos de grande porte na falta do comitê de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15580">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=15580</a>
Deliberação CERH-MG	267	11/02/2011	Dispõe sobre o prazo para a eleição dos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16094">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16094</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	268	18/03/2011	Altera Deliberação CERH N°. 07, de 14 de dezembro de 2005, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16435">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16435</a>
Deliberação CERH-MG	269	01/04/2011	Estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o biênio 2011-2013 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16676">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16676</a>
Deliberação CERH-MG	270	08/04/2011	Dispõe sobre a prorrogação de prazo até a data de 08 (oito) de abril de 2011 para conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico, e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16775">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16775</a>
Deliberação CERH-MG	271	08/02/2010	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16934">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16934</a>
Deliberação CERH-MG	272	26/04/2011	Prorroga o prazo estipulado pela Deliberação CERH/MG nº 231, de 12 de Maio de 2010.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16995">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16995</a>
Deliberação CERH-MG	273	09/05/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17194">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17194</a>
Deliberação CERH-MG	274	20/05/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17314">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17314</a>
Deliberação CERH-MG	275	07/06/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17635">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17635</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	276	17/06/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17796">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17796</a>
Deliberação CERH-MG	277	04/07/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, na forma da Deliberação Normativa N° 04, de 12 de abril de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17995">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17995</a>
Deliberação CERH-MG	278	04/07/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga, na forma da Deliberação Normativa N° 09, de 13 de abril de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17996">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17996</a>
Deliberação CERH-MG	279	04/07/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, na forma da Deliberação Normativa N° 15, de 14 de abril de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17997">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17997</a>
Deliberação CERH-MG	280	04/07/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, na forma da Deliberação Normativa N° 28, de 26 de abril de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17998">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=17998</a>
Deliberação CERH-MG	281	12/07/2011	Altera o Art. 2º, da Deliberação CERH N° 231, de 12 de maio de 2010, que estabelece a composição do Grupo de Trabalho.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18134">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18134</a>
Deliberação CERH-MG	282	12/07/2011	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18154">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18154</a>
Deliberação CERH-MG	283	12/07/2011	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18155">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18155</a>
Deliberação CERH-MG	284	13/07/2011	Dispõe sobre a reabertura das atividades do Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos e normas gerais para a concessão de outorga coletiva e dá outras providências.	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18177">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=18177</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	286	18/10/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19294">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19294</a>
Deliberação CERH-MG	287	04/11/2011	Altera a Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19437">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19437</a>
Deliberação CERH-MG	288	04/11/2011	Altera a Deliberação CERH N° 284, de 13 de julho de 2011, e dá outras providências	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19438">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19438</a>
Deliberação CERH-MG	289	07/11/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19474">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19474</a>
Deliberação CERH-MG	290	21/11/2011	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19697">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19697</a>
Deliberação CERH-MG	291	26/10/2011	Altera Deliberação CERH-MG N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19736">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19736</a>
Deliberação CERH-MG	292	24/11/2011	Dispõe sobre o enquadramento ao Plano Estadual de Recursos Hídricos dos projetos a que se refere, conforme Edital SEMAD/IGAM n° 01/2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19737">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19737</a>
Deliberação CERH-MG	293	29/11/2011	Dispõe sobre o enquadramento ao Plano Estadual de Recursos Hídricos dos projetos a que se refere, conforme Edital SEMAD/IGAM n° 01/2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19818">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19818</a>
Deliberação CERH-MG	294	30/11/2011	Altera o art. 5º, da Deliberação CERH n° 284, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre o prazo para apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho que tem como objetivo	5 - Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	5 - Estabelecer diretrizes para a	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19797">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19797</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			estabelecer procedimentos e normas gerais para a concessão de outorga coletiva.		outorga de recursos hídricos	
Deliberação CERH-MG	295	16/12/2011	Aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica - IBIO à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçui e Manhuaçu.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19956">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19956</a>
Deliberação CERH-MG	296	16/12/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu, na forma da Deliberação Normativa do CBH Manhuaçu, nº 01, de 03 de agosto de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19974">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19974</a>
Deliberação CERH-MG	297	16/12/2011	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, na forma da Deliberação Normativa do CBH Santo Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19957">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19957</a>
Deliberação CERH-MG	298	21/12/2011	Altera Deliberação CERH nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20075">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20075</a>
Deliberação CERH-MG	299	22/12/2011	Altera Deliberação CERH Nº 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20097">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20097</a>
Deliberação CERH-MG	300	20/03/2012	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20818">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=20818</a>
Deliberação CERH-MG	301	22/05/2012	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros das Câmaras Técnicas Especializadas do CERH e convalida os atos por elas praticados.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21398">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21398</a>
Deliberação CERH-MG	302	22/03/2011	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Araçuaí.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21399">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21399</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	303	22/03/2011	Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Pardo.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21400">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21400</a>
Deliberação CERH-MG	304	20/06/2011	Aprova o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21401">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21401</a>
Deliberação CERH-MG	305	20/06/2011	Aprova o Plano de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.	2 - Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	2 - Aprovar os Planos de Recursos Hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21402">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21402</a>
Deliberação CERH-MG	306	13/12/2011	Aprova a alteração do nome Comitê da Sub-bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21403">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21403</a>
Deliberação CERH-MG	307	29/05/2012	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	IOF (Pg.40-30/05/2012)
Deliberação CERH-MG	308	15/06/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21615">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21615</a>
Deliberação CERH-MG	309	28/06/2012	Altera Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21660">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21660</a>
Deliberação CERH-MG	310	28/06/2012	Altera Deliberação CERH N° 53, de 09 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21661">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21661</a>
Deliberação CERH-MG	311	28/06/2012	Altera Deliberação CERH N° 54, de 10 de julho de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21662">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21662</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	312	28/06/2012	Altera Deliberação CERH N° 60, de 20 de agosto de 2007, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21663">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21663</a>
Deliberação CERH-MG	313	05/07/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21671">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21671</a>
Deliberação CERH-MG	314	31/07/2012	Estabelece a composição e designa os membros da Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.20-01/08/2012)
Deliberação CERH-MG	315	31/07/2012	Estabelece a composição e designa os membros da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.20-01/08/2012)
Deliberação CERH-MG	316	31/07/2012	Estabelece a composição e designa os membros da Câmara Técnica de Planos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.20-01/08/2012)
Deliberação CERH-MG	317	11/09/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21977">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=21977</a>
Deliberação CERH-MG	318	28/09/2012	Altera a Deliberação CERH N° 315, de 31 de julho de 2012.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22076">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22076</a>
Deliberação CERH-MG	319	29/10/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22137">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22137</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	320	31/10/2012	Dispõe sobre a desequiparação do Consórcio PCJ das funções de Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23215">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23215</a>
Deliberação CERH-MG	321	31/12/2012	Dispõe sobre a convalidação dos processos eleitorais promovidos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari para os mandatos de 2009-2011 e 2011-2013, bem como sobre a prorrogação do atual mandato dos membros e da Diretoria do CBH PJ.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23235">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23235</a>
Deliberação CERH-MG	322	31/10/2012	Dispõe sobre o Edital do Processo Eleitoral para o mandato 2013-2017 dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=24855">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=24855</a>
Deliberação CERH-MG	323	28/10/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23056">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23056</a>
Deliberação CERH-MG	324	11/12/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.17-12/12/2012)
Deliberação CERH-MG	325	11/12/2012	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.17-12/12/2012)
Deliberação CERH-MG	326	06/02/2013	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23976">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=23976</a>
Deliberação CERH-MG	327	01/03/2013	Altera a Deliberação n° 322, de 31 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Edital do Processo Eleitoral para o mandato 2013-2017 dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	0 - Não se Aplica	12 - Aprovar e orientar a formação de Comitês de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=24835">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=24835</a>
Deliberação CERH-MG	328	02/07/2013	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28355">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28355</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	329	16/04/2013	Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e de suas respectivas Câmaras Técnicas Especializadas.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.34-17/04/2013)
Deliberação CERH-MG	330	16/04/2013	Aprova a desequiparação da AGB Peixe Vivo das funções de Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica do rio Pará.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	IOF (Pg.34-17/04/2013)
Deliberação CERH-MG	331	03/05/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 01 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=26495">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=26495</a>
Deliberação CERH-MG	332	05/07/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28495">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28495</a>
Deliberação CERH-MG	333	19/07/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28955">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=28955</a>
Deliberação CERH-MG	334	01/08/2013	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estabelecer normas e diretrizes para a análise e a aprovação de programas e projetos apresentados ao FHIDRO, bem como para a aplicação dos recursos do FHIDRO nas ações de estruturação física e operacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32435">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32435</a>
Deliberação CERH-MG	335	20/08/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30376">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30376</a>
Deliberação CERH-MG	336	25/10/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.30-26/10/2013)
Deliberação CERH-MG	337	19/11/2013	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento do Programa de Fortalecimento	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30815">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30815</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			Institucional do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.		funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	338	21/11/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31095">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31095</a>
Deliberação CERH-MG	339	28/11/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30995">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=30995</a>
Deliberação CERH-MG	340	04/12/2013	Aprova Projeto para financiamento no âmbito do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32375">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32375</a>
Deliberação CERH-MG	341	17/12/2013	Altera Deliberação CERH Nº 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.26-18/12/2013)
Deliberação CERH-MG	342	23/12/2013	Dispõe sobre a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído pela Deliberação CERH nº 334, 01 de agosto de 2013, para estabelecer normas e diretrizes para a análise e a aprovação de programas e projetos apresentados ao FHIDRO, bem como para a aplicação dos recursos do FHIDRO nas ações de estruturação física e operacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32436">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=32436</a>
Deliberação CERH-MG	343	19/12/2013	Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo à Agência de Bacia.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31795">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31795</a>
Deliberação CERH-MG	344	19/12/2013	Aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Pará, na forma da Deliberação Normativa do CBH Pará nº 24, de 27 de fevereiro de 2013.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31775">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=31775</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	345	06/03/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.12-07/03/2014)
Deliberação CERH-MG	346	14/03/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.35-15/03/2014)
Deliberação CERH-MG	347	25/03/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.32-26/03/2014)
Deliberação CERH-MG	348	26/05/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.26-27/05/2014)
Deliberação CERH-MG	349	26/05/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outra providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.22-28/05/2014)
Deliberação CERH-MG	350	02/06/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.27-03/06/2014)
Deliberação CERH-MG	351	06/06/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.24-07/06/2014)
Deliberação CERH-MG	352	11/06/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=33155">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=33155</a>
Deliberação CERH-MG	353	04/08/2014	Reabre o prazo estabelecido no artigo 4º da Deliberação CERH/MG n° 334, de 02 agosto de 2013, para apresentação dos resultados Grupo de Trabalho que instituiu.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH,	IOF (Pg.51-05/08/2014)

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					do Plano Estadual e dos Planos Diretores	
Deliberação CERH-MG	354	12/09/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 06 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=34955">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=34955</a>
Deliberação CERH-MG	355	23/09/2014	Dispõe sobre os mecanismos e valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos rios Preto e Paraibuna e na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35115">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35115</a>
Deliberação CERH-MG	356	25/09/2014	Dispõe sobre a equiparação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP à Agência da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35075">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35075</a>
Deliberação CERH-MG	357	16/10/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 01 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35255">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35255</a>
Deliberação CERH-MG	358	27/10/2014	Altera Deliberação CERH N° 269, de 01 de abril de 2011, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.65-28/10/2014)
Deliberação CERH-MG	359	30/10/2014	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para discutir e propor a minuta do Edital para o ano de 2014, do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas - Fhidro.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35335">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35335</a>
Deliberação CERH-MG	360	30/10/2014	Aprova o Plano Estadual do Programa Água Doce e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35357">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35357</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	361	26/11/2014	Estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35816">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35816</a>
Deliberação CERH-MG	362	05/12/2014	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35975">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=35975</a>
Deliberação CERH-MG	363	10/12/2014	Aprova a atuação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas como Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36375">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36375</a>
Deliberação CERH-MG	364	10/12/2014	Aprova a celebração de Termo de Parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) para executar a Política Pública de fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas por meio de sua estruturação física e operacional.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36376">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36376</a>
Deliberação CERH-MG	365	30/12/2014	Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de Indicadores de Governança para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36596">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=36596</a>
Deliberação CERH-MG	366	10/02/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37355">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37355</a>
Deliberação CERH-MG	367	24/02/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37475">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37475</a>
Deliberação CERH-MG	368	04/03/2015	Aprova a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o mandato 2015-2017.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37535">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37535</a>
Deliberação CERH-MG	369	12/03/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37575">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37575</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	370	20/03/2015	Altera a Deliberação CERH nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37635">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37635</a>
Deliberação CERH-MG	371	25/03/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37756">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=37756</a>
Deliberação CERH-MG	372	15/06/2015	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para o estabelecimento de critérios de excepcionalidade de restrição de uso para captações de água.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38455">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38455</a>
Deliberação CERH-MG	373	15/06/2015	Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para o estabelecimento de diretrizes e critérios gerais para a definição de situação crítica de escassez hídrica e estado de restrição de uso de recursos hídricos subterrâneos no Estado de Minas Gerais.	0 - Não se Aplica	1 - Estabelecer diretrizes da PERH, do Plano Estadual e dos Planos Diretores	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38456">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38456</a>
Deliberação CERH-MG	374	19/06/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38475">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=38475</a>
Deliberação CERH-MG	375	15/10/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39235">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39235</a>
Deliberação CERH-MG	376	23/10/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39236">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39236</a>
Deliberação CERH-MG	377	27/10/2015	Altera Deliberação CERH Nº 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39275">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39275</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	378	05/11/2015	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39276">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39276</a>
Deliberação CERH-MG	379	01/12/2015	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39495">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39495</a>
Deliberação CERH-MG	380	09/12/2015	Dispõe sobre a recomposição do Grupo de Trabalho para elaboração de Indicadores de Governança para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos estabelecido pela Deliberação CERH-MG n° 365, de 30 de Dezembro de 2014	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47258">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47258</a>
Deliberação CERH-MG	381	16/12/2015	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39675">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39675</a>
Deliberação CERH-MG	382	22/12/2015	Aprova a prorrogação da equiparação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, como Agência de Bacia da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - SF2.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39915">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=39915</a>
Deliberação CERH-MG	383	16/02/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40215">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40215</a>
Deliberação CERH-MG	384	17/03/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40855">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=40855</a>
Deliberação CERH-MG	385	02/05/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41095">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41095</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	386	17/05/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41235">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41235</a>
Deliberação CERH-MG	387	19/05/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41275">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41275</a>
Deliberação CERH-MG	388	31/05/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41329">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41329</a>
Deliberação CERH-MG	389	01/06/2016	Altera o planejamento e aprova novo quadro de detalhamento das metas para o Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41335">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41335</a>
Deliberação CERH-MG	390	14/06/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.20-15/06/2016)
Deliberação CERH-MG	391	15/06/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41356">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41356</a>
Deliberação CERH-MG	392	17/06/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41396">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41396</a>
Deliberação CERH-MG	393	05/08/2016	Aprova a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o mandato 2015-2017.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41796">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=41796</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	394	06/09/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.36-07/09/2016)
Deliberação CERH-MG	395	09/09/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42135">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42135</a>
Deliberação CERH-MG	396	23/09/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42335">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42335</a>
Deliberação CERH-MG	397	27/09/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.66-28/09/2016)
Deliberação CERH-MG	398	08/11/2016	Altera a Deliberação CERH-MG n° 393, de 05 de agosto de 2016, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42858">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42858</a>
Deliberação CERH-MG	399	23/11/2016	Aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica - IBIO à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu .	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42763">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=42763</a>
Deliberação CERH-MG	400	13/12/2016	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43416">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43416</a>
Deliberação CERH-MG	401	22/12/2016	Aprova a atuação supletiva do Igam, para estruturar e operacionalizar os Comitês de Bacias Hidrográficas que não tenham instituídas Agência de Bacia ou entidades a elas equiparadas.	0 - Não se Aplica	19 - Deliberar sobre recursos do FHIDRO e relatório de atividades dos comitês de bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43962">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43962</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	402	02/03/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43821">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43821</a>
Deliberação CERH-MG	403	10/03/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	IOF (Pg.83-11/03/2017)
Deliberação CERH-MG	404	22/03/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43945">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=43945</a>
Deliberação CERH-MG	405	05/04/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44021">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44021</a>
Deliberação CERH-MG	406	19/04/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44519">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44519</a>
Deliberação CERH-MG	407	08/06/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44520">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44520</a>
Deliberação CERH-MG	408	19/06/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44583">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44583</a>
Deliberação CERH-MG	409	26/07/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44798">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=44798</a>
Deliberação CERH-MG	410	11/09/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45204">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45204</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
					funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	411	10/11/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45343">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45343</a>
Deliberação CERH-MG	412	08/11/2017	Altera Deliberação CERH N° 361, de 26 de novembro de 2014.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45578">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45578</a>
Deliberação CERH-MG	413	09/11/2017	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45461">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45461</a>
Deliberação CERH-MG	414	22/11/2017	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45501">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45501</a>
Deliberação CERH-MG	415	04/12/2017	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45502">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45502</a>
Deliberação CERH-MG	416	09/03/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46994">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46994</a>
Deliberação CERH-MG	417	12/04/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46989">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46989</a>
Deliberação CERH-MG	418	27/04/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46990">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46990</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
Deliberação CERH-MG	419	24/08/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46991">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46991</a>
Deliberação CERH-MG	420	14/09/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 361, de 26 de novembro de 2014, que estabeleça composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2014 - 2017 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46992">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46992</a>
Deliberação CERH-MG	421	21/09/2018	Estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH - para o triênio 2018 - 2021 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46993">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46993</a>
Deliberação CERH-MG	422	13/12/2018	Aprova a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o mandato 2018-2021.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48438">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48438</a>
Deliberação CERH-MG	423	12/12/2018	Altera a Deliberação CERH n.º 421, de 21 de setembro de 2018 que estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2018 - 2021 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47320">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47320</a>
Deliberação CERH-MG	424	28/09/2018	Cria o Grupo de Trabalho Conjunto das Câmaras Técnicas Institucional e Legal (CTIL) e de Instrumentos de Gestão (CTIG) com o objetivo de aprimoramento instrumento cobrança pelo uso de recursos hídricos.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	6 - Estabelecer diretrizes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47599">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=47599</a>
Deliberação CERH-MG	425	22/04/2019	Altera a Deliberação CERH n.º 421, de 21 de setembro de 2018 que estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2018 - 2021 e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48519">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48519</a>
Deliberação CERH-MG	426	14/06/2019	Altera a Deliberação CERH n.º 421, de 21 de setembro de 2018 que estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o triênio 2018 - 2021 e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49038">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49038</a>
Deliberação CERH-MG	427	17/06/2019	Dispõe sobre a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o mandato 2018-2021, convalida os atos praticados sob a	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49160">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49160</a>

<b>Tipo de Deliberação</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>	<b>Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos</b>	<b>Competências</b>	<b>Endereço eletrônico ou data de publicação</b>
			vigência da Deliberação CERH/MG nº 422, de 16 de outubro de 2018, e dá outras providências.		funções estabelecidas em lei ou regulamento	
Deliberação CERH-MG	428	17/06/2019	Aprova o Novo Quadro de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO – para o período de 2019 a 2023.	3 - Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49199">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49199</a>
Deliberação CERH-MG	429	23/07/2019	Altera a Deliberação CERH nº 427 de 17 de julho de 2019 que dispõe sobre a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o mandato 2018- 2021, convalida os atos praticados sob a vigência da Deliberação CERH nº 422, de 16 de outubro de 2018, e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49361">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49361</a>
Deliberação CERH-MG	430	09/09/2019	Altera a Deliberação CERH nº 421 de 21 de setembro de 2018 que estabelece a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH – para o triênio 2018 – 2021 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49505">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49505</a>
Deliberação CERH-MG	431	09/09/2019	Altera a Deliberação CERH nº 427 de 17 de julho de 2019 que dispõe sobre a composição das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG para o mandato 2018- 2021, convalida os atos praticados sob a vigência da Deliberação CERH nº 422, de 16 de outubro de 2018, e dá outras providências	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49506">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49506</a>
Deliberação CERH-MG	432	18/11/2019	Dispõe sobre a equiparação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP à Agência da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibana e da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50142">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50142</a>
Deliberação CERH-MG	433	18/11/2019	Dispõe sobre a equiparação da Associação Multissetorial de usuário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica – ABHA à Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.	6 - Cobrança pelo uso de recursos hídricos	15 - Aprovar Entidades Equiparadas à Agência de Bacia	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50141">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50141</a>
Deliberação CERH-MG	434	12/12/2019	Altera a Deliberação CERH nº 421 de 21 de setembro de 2018 que estabelece a composição do Conselho Estadual de recursos Hídricos – CERH – para o triênio 2018 – 2021 e dá outras providências.	0 - Não se Aplica	20 - Exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei ou regulamento	<a href="http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50400">http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=50400</a>

## ANEXO – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A GESTÃO DAS ÁGUAS PELO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS (CERH-MG): AVALIAÇÃO E DESAFIOS

**Pesquisador:** FELIPE SILVA MARCONDES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 33667120.2.0000.5091

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.140.270

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto que busca avaliar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG) — sua produção decisória e como ela pode implicar na gestão dos recursos hídricos — a partir de levantamento censitário dos seus atos administrativos e da percepção de especialistas em relação à sua efetividade.

Resumo: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), instituído em 1987, é um órgão colegiado, deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG), e tem a finalidade principal de promover a gestão das águas. Contudo, após 33 anos desde a sua criação, nota-se a ausência de avaliação quanto a sua produção decisória e como ela pode implicar na gestão dos recursos hídricos. Cita-se também ser desconhecida a percepção de especialistas sobre a atuação do CERH-MG, particularmente sobre como as questões internas e externas ao CERH-MG podem afetar a produção decisória e, conseqüentemente, a gestão das águas. Neste sentido, a avaliação da promoção da gestão das águas pelo CERH-MG será realizada com foco na produção decisória ou deliberativa (outputs). A primeira parte da pesquisa consiste no levantamento censitário dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG, e em seguida a classificação quanto aos instrumentos de gestão a que se referem (1), quanto às competências atribuídas ao CERH-MG (2) e quanto aos principais conceitos extraídos da norma (3). Na segunda etapa do estudo, de caráter exploratório,

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715

**Bairro:** Barro Preto

**CEP:** 30.190-002

**UF:** MG

**Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3349-7825

**Fax:** (31)3349-7825

**E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.140.270

será realizada uma entrevista e aplicado um questionário no formato Likert com 12 especialistas integrantes do SEGRH-MG que possuam 10 anos ou mais de experiência na área ambiental ou de recursos hídricos. Projeta-se que este trabalho reúna o conteúdo suficiente para que os técnicos e gestores em recursos hídricos possam concentrar seus esforços em assuntos pouco explorados pelo CERH-MG e ainda, eventualmente, detectar atos decisórios que precisem de adequações. Além disso, espera-se que por meio das entrevistas se possa elucidar as relações existentes entre a Política de Recursos Hídricos e o CERH-MG, as suas questões internas e externas, o impacto dos normativos na gestão das águas e àqueles específicos que necessitam de aprimoramentos.

Hipótese: Não há hipóteses, por se tratar de pesquisa exploratória e qualitativa.

Metodologia: O estudo será dividido em duas partes:

Parte 1. Resgate e compilação seguida da análise e classificação dos atos administrativos;

Parte 2. Aplicação do questionário e entrevista com especialistas integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG).

Na segunda etapa, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas e um questionário baseado no formato Likert, com uma escala par de quatro pontos (grau de concordância ou discordância) e a opção “não sei opinar” [o roteiro das entrevistas e o modelo do questionário foram apresentados no apêndice do projeto]. O intuito é levantar os fatores que podem influenciar na produção decisória do CERH-MG e, daí, na gestão das águas. O critério de inclusão para a entrevista seguirá amostragem não probabilística, levando em conta o nível exploratório da pesquisa e o acesso aos especialistas. Serão selecionados apenas aqueles com 10 anos ou mais de experiência na área ambiental ou de recursos hídricos. Serão entrevistadas 12 pessoas porque, segundo Guest et al (2006), em grupo relativamente homogêneo, obtém-se a saturação do conteúdo estudado com 12 entrevistas. O questionário e as entrevistas poderão ser respondidos presencial ou virtualmente. As respostas ao questionário serão tabuladas e apresentadas de forma gráfica de acordo com a sua frequência de ocorrência, com o objetivo de visualizar os atributos com maior concordância ou discordância dos entrevistados. A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), será utilizada no tratamento e análise dos dados qualitativos da entrevista, com o intuito de se identificar características específicas e fazer inferências sobre os conteúdos. O estudo pode ser considerado uma investigação mista, pois na primeira parte a abordagem é majoritariamente quantitativa e na parte 2 é qualitativa e observacional, tendo a análise dos dados caráter

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715  
**Bairro:** Barro Preto **CEP:** 30.190-002  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.140.270

exploratório e interpretativo. A natureza da pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois tem o intuito de investigar e destacar os atributos relacionados ao CERH-MG que precisam ser aprimorados para uma melhor e efetiva gestão das águas.

**Metodologia de Análise de Dados:** As respostas ao questionário serão tabuladas e apresentadas de forma gráfica de acordo com a sua frequência de ocorrência, com o objetivo de visualizar os atributos com maior concordância ou discordância dos entrevistados. A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), será utilizada no tratamento e análise dos dados qualitativos da entrevista em profundidade, com o intuito de se identificar características específicas e fazer inferências sobre o conteúdo.

**Critérios de inclusão e exclusão:** Serão entrevistados especialistas com o mínimo de 10 anos de experiência na área ambiental ou de recursos hídricos. Será critério de inclusão também o acesso ao especialista.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Analisar os atos administrativos emitidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG entre 1999 e 2019, classificando-os segundo critérios qualitativos, com o intuito de levantar a percepção de especialistas do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) quanto às questões internas e externas ao CERH-MG que possam prejudicar a sua produção decisória e, conseqüentemente, a gestão das águas.

**Objetivos Secundários:**

- Promover o levantamento dos atos administrativos emitidos pelo CERH-MG entre 1999 e 2019;
- Classificar os atos administrativos quanto aos instrumentos de gestão (1), às competências do CERH-MG (2) e quanto aos assuntos principais e secundários deliberados (3);
- Analisar os atos administrativos obtidos relacionando-os com a gestão de recursos hídricos;
- Ponderar sobre os fatores internos e externos ao CERH-MG que exercem influencia na produção decisória e na gestão de recursos hídricos, a partir da percepção dos especialistas integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG);
- Analisar os resultados da entrevista e extrair informações que propiciem uma análise crítica do papel desempenhado pelo CERH-MG no âmbito da Política Estadual de Recursos Hídricos e os principais fatores que podem afetar a produção decisória do CERH-MG.

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715  
**Bairro:** Barro Preto **CEP:** 30.190-002  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.140.270

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Quebra de confidencialidade e divulgação dos dados. Mas serão tomados todos os cuidados para que não seja divulgada a identidade do entrevistado. Será solicitado aos entrevistados sua anuência e, além disso, antes da realização da entrevista será solicitado a anuência do entrevistado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Benefícios:** De acordo com o projeto, busca-se mensurar o quanto as questões internas e externas ao CERH-MG podem comprometer a sua capacidade decisória. O resultado da pode indicar aos gestores da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) eventuais fragilidades nos processos internos do CERH-MG e mesmo questões relacionadas à sua própria institucionalização. Espera-se também que por meio das entrevistas, seja possível possa elucidar as relações existentes entre a PERH e o CERH-MG, extraindo as percepções dos especialistas em relação ao impacto dos normativos emitidos pelo CERH-MG na gestão das águas e o que precisa ser aprimorado. O resultado da análise pode provocar o debate sobre o funcionamento do CERH-MG como regulamentador da PERH e ainda instigar uma reflexão sobre a condução dessa Política desde que foi instituída, em 1999.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é relevante para a compreensão da atuação do CERH-MG e pode contribuir para seu aprimoramento. Em relação à metodologia, tive dúvida na aplicação de questionário a apenas 12 pessoas, o que, certamente não constitui uma amostra significativa do ponto de vista quantitativo. De todo modo, o roteiro semi estruturado de entrevistas está adequado e, desse modo, o questionário pode ser visto apenas como um extra.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes termos: folha de rosto; projeto completo; formulário de informações básicas e TCLE.

**Recomendações:**

Sem prejuízo a aprovação do estudo, este Comitê aponta as seguintes recomendações:

- Aplicação de questionário em pesquisa quantitativa pode ser revista.
- A coordenação deve garantir que o processo de obtenção de consentimento seja adequadamente realizado, mesmo que o processo ocorra virtualmente. O consentimento dos participantes deverá

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715  
**Bairro:** Barro Preto **CEP:** 30.190-002  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.140.270

ser registrado de alguma forma (ex: por gravação, por email).

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após análise criteriosa, constamos que o estudo atende aos aspectos fundamentais da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Diante do exposto, o Comitê de Ética do IRR/FIOCRUZ Minas, de acordo com as atribuições a ele concedidas pela Legislação vigente, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto. Firma-se, diante deste documento, a necessidade de serem apresentados os relatórios semestrais e final, bem como a notificação de eventos adversos, de emendas ou modificações no protocolo para apreciação do CEP.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1570202.pdf	15/06/2020 19:49:44		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Projeto_CERH_MG_15_06_2020.docx	15/06/2020 19:48:40	FELIPE SILVA MARCONDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_15_06_2020.docx	15/06/2020 19:48:20	FELIPE SILVA MARCONDES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Assinada_final.pdf	15/06/2020 19:47:19	FELIPE SILVA MARCONDES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715  
**Bairro:** Barro Preto **CEP:** 30.190-002  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3349-7825 **Fax:** (31)3349-7825 **E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU  
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.140.270

BELO HORIZONTE, 07 de Julho de 2020

---

**Assinado por:**  
**Ana Paula Granato Ribeiro**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida Augusto de Lima, 1715

**Bairro:** Barro Preto

**CEP:** 30.190-002

**UF:** MG

**Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3349-7825

**Fax:** (31)3349-7825

**E-mail:** cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br